

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG**

LOHAINE JARDIM BARBOSA

**EXPERIMENTAÇÕES EM RIMBAUD NA “CASA DOS DOIDOS”:
PENSANDO JUSTIÇA ESPACIAL NO ESTUDO DE CASO DE DUAS
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS, EM CARIACICA – ES**

VITORIA

2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG**

**EXPERIMENTAÇÕES EM RIMBAUD NA “CASA DOS DOIDOS”:
PENSANDO JUSTIÇA ESPACIAL NO ESTUDO DE CASO DE DUAS
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS, EM CARIACICA -ES**

TESE DE DOUTORADO

LOHAINE JARDIM BARBOSA

**VITORIA - ES
2019**

LOHAINE JARDIM BARBOSA

**EXPERIMENTAÇÕES EM RIMBAUD NA “CASA DOS
DOIDOS”: PENSANDO JUSTIÇA ESPACIAL NO ESTUDO
DE CASO DE DUAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS, EM
CARIACICA -ES**

Tese apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração “Natureza, Produção do Espaço e Território”, para a obtenção do título de Doutora.

Professor Orientador Dr. Júlio Bentivoglio

VITORIA-ES

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B238e BARBOSA, Lohaine, 1984-
Experimentações em Rimbaud na "casa dos
doidos"; : Pensando justiça espacial no estudo de caso de
duas Residências Terapêuticas, em Cariacica- ES / Lohaine
BARBOSA. - 2019.
207 f. : il.

Orientador: Júlio César Bentivoglio.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Justiça espacial. 2. Residenciais terapêuticas. 3.
Diferença. 4. Copertencimento. 5. Poética do Espaço. 6. Arthur
Rimbaud. I. Bentivoglio, Júlio César. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 91

Dedico esta tese a Alex e a Benjamin; os amores
da minha vida

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que tornam possível esta trajetória, e que contribuíram para a minha história, mas existem aquelas que tornaram o projeto viável, e que impulsionaram-me adiante . Entre esses seres iluminados sem os quais todas as palavras aqui não seriam fato, destaco:

Minha mãe, Maria Aparecida Jardim, por me exigir: “coloque a bunda na cadeira, faça o seu projeto e inicie o doutorado”.

Aos amigos: Alessandro Leite, Ludmila Martins, Ivan Lima, Marina Médice, Marina Barreto que muito me ensinaram, apoiaram e inspiraram.

Aos mestres que me orientaram em minhas primeiras viagens: Francisco Albernaz, Dra Marcia Barros Rodrigues, Dra Celeste Ciccarone, Dra Cristina Dadalto, Dr. Claudio Marcio Coelho. Em especial Dra Claudia Henschel de Lima por me ensinar sobre o outro que nos habita e não me permitir ser vencida por meus complexos de inferioridade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Julio Bentivoglio que me acolheu em seu grupo de Estudos, permitindo-me a continuidade desse projeto, mesmo em meio aos percalços da vida cotidiana e os desencontros acadêmicos. Com ele aprendi que o verdadeiro mestre ensina com amor, e inspira, não corrige com vara, não tortura, nem corta as asas, apenas direciona o voo e corrige as coordenadas, para que possamos alçar sempre mais.

Ao meu companheiro, Alexsander Silvera, pela compreensão, apoio incondicional, por secar as minhas lágrimas quando tudo parecia ruir, por me acompanhar a cada passo e cada vitória, por me fazer ver as coisas que realmente importam e por me permitir o Benjamin, no meio desse processo, mostrando-me que sou mais forte do que imagino, mais resistente do que acredito ser, e que projetos são construídos e reconstruídos, aperfeiçoados e redirecionados, e que o que nos constitui são as experiências que acumulamos nessa jornada, e não resultados parciais ou os

percalços.

Agradeço à Secretaria de Estado e Saúde, na pessoa do Dr. Hugo que avaliou meu projeto e a solicitação da realização deste trabalho.

Aos técnicos da CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) que me levaram ao campo, me ensinaram muito sobre saúde mental e me mostraram o quanto existe de amor e militância nessa área. Meu muito obrigada por seus exemplos e pelas entrevistas concedidas.

Aos vizinhos das duas residências, meu muito obrigada por me receberem em suas casas, pelo bolo, pelo café, pela atenção, pela recepção, pela sinceridade e por me abrir suas vidas.

E como a vida não é feita apenas de bons encontros mais também de desencontros que nos fragmentam, mas também nos constituem, devo agradecer aos meus percursos interrompidos, a cada crítica que me fez refletir, aprofundar minha leitura para assim ter condições de resposta, a cada incompreensão que me forçou a ser mais clara e nítida em minhas argumentações, aos narizes torcidos quando eu falava sobre Rimbaud; agradeço imensamente, pois, sem vocês não compreenderia que esta abordagem que proponho é uma postura política e que em dias como os que vivemos hoje, principalmente devido ao cenário nacional, posturas políticas são motor de vida, são a poesia que precisamos viver, afinal,:

são fôlego, força, tensão e respiração,
são cada batida, cada contração,
são palavras escritas, fazeção
são ideias, são vidas e são emoção.

São afetos que definem,
são motor da história: sua, minha, nossa!
Dessa revolução que está por vir.

Hoje, amanhã e ontem lutamos, morremos, e forjamos ideias que sentem, e

palavras que tem dificuldade para expressar o que o afeto grita.

Gratidão é grátis!



Quadro de Fernando Diniz 1918-1999, o mais famoso paciente da Dr^a Nise da Silveira¹

Tudo fiz para que se desvanecesse em meu espírito a esperança humana. Como um animal feroz, investi cegamente contra a alegria para estrangulá-la. Conjurei os verdugos para morder, na minha agonia, a culatra de seus fuzis. Conjurei as pragas, para afogar-me na areia, no sangue. Fiz da desgraça a minha divindade. Refocilei na lama. Enxuguei-me ao ar do crime. E preguei boas peças à loucura (ARTHUR RIMBAUD)

¹ (Fonte: Blog BOITEMPO, Desencontro com Nice da Silveira, disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/02/desencontro-com-nise-da-silveira/>> acesso em 10/abr.2019)

RESUMO

Esta tese procura exercitar uma relação dialógica entre a linguagem literária de Arthur Rimbaud e a linguagem geográfica, instituindo-se enquanto postura política de experimentação acerca de uma poética do espaço. Ela se destina a dar uma contribuição para o avanço de discussões epistemológicas caras à geografia. Parte da poética do espaço de Arthur Rimbaud para discutir o conceito de coexistência e copertencimento propiciando novos olhares e possibilidades para se pensar o conceito de justiça espacial. A hipótese a ser verificada, sob esta perspectiva, é a de que a justiça espacial em condições de justiça social só se faz efetiva em contextos de coexistência e copertencimentos dos indivíduos e dos espaços, com base na promoção e na valorização da diferença enquanto positividade. Para a validação desta hipótese foi efetuada uma pesquisa de campo em duas RTs (Residências Terapêuticas: casas utilizadas como moradia dos ex-pacientes de hospitais psiquiátricos com objetivo de ressocialização) localizadas no município de Cariacica no Espírito Santo, e também realizadas entrevistas com a vizinhança e os técnicos do serviço de saúde do Estado, responsáveis por atender aos moradores. A experiência do campo valida a importância dos conceitos discutidos para sanar injustiças espaciais e sociais, e a perspectiva humanística e afetiva proposta, pode ser de grande valia para superação das limitações de abordagens macrosociais que reduzem o conceito de justiça à sua componente social, ampliando-se este debate e sua importância na superação das injustiças produzidas espacialmente no mundo globalizado.

Palavras-Chave: justiça espacial, diferença, copertencimento, poética do espaço.

ABSTRACT

This thesis seeks to exercise one dialogic relation with literature language of the Arthur Rimbaud and geography language while politic posture of the experimentation of one spatial in favor of advance in epistemological discussions, expensive to geography. This research begin from the poetic space of Arthur Rimbaud to discuss the coexistence and co-pertenciment concepts, propitiate a new perspectives and possibilities to spatial justice concept. The hypothesis to be verified, under this perspective, is that spatial justice, in social justice conditions, just occur in contexts of coexistence and co-pertenciment of peoples and spaces, and based in promotion and valorization of difference while positivity. In order to validate this hypothesis, was realize um field research in two TRs (Terapeutics Residences: houses used as habitations by ex-patients of psychiatric hospitals with aim of “social reintroduction”) located in Cariacica City, Espírito Santo State, and also carried out interviews with the neighborhood and the technicians of the state health service, responsible for attending to the residents. The field experience validates the importance of the concepts discussed to heal spatial and social injustices and the proposed humanistic and affective perspective can be of great value in overcoming the limitations of macrossocial approaches that reduce the concept of justice to its social component, expanding this debate and its importance in overcoming the injustices produced spatially in the globalized world.

Keywords: spatial justice, difference, coperteciment, space poetic.

Lista de Figuras

FIGURA 01 – Relação conceitual entre Rimbaud e Massey	41
FIGURA 02 – Mapa da Residência de Tabajara	95
FIGURA 03 – Mapa da Residência de Oriente.....	97
FIGURA 04 – Croqui da Residência de Oriente.....	122
FIGURA 05 – Croqui da Residência de Tabajara.....	124

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
RTs	Residências Terapêuticas
OCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
SESA	Secretaria de Estado e Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Sumário

INTRODUÇÃO	15
1.DAS QUESTÕES NORTEADORAS AOS CONCEITOS	21
1.1 A poesia espacial de Arthur Rimbaud	26
1.2 O conceito no campo: um caso de injustiça espacial	43
1.3 O enamoramento da Geografia com a Literatura	56
2.A CASA DOS DOIDOS: O CAMPO DOS POSSÍVEIS	67
2.1 Os antecedentes do Movimento Antimanicomial	68
2.2 As Residências Terapêuticas como locus privilegiado para se discutir justiça espacial	77
3.A INJUSTIÇA ESPACIAL NO CAMPO DOS POSSÍVEIS	84
3.1 Justiça espacial como prática espacial	84
3.2 O campo na casa dos doidos	92
3.3 Sobre a loucura em que Habita	105
4.A CASA COMO O PRIMEIRO COSMO	114
4.1 Subsídios para o campo	126
4.2 Impressões do campo na casa dos doidos	139
4.3 O que senti das entrevistas ou o afetar-se do campo	146
CONCLUSÕES SEM FINDAR	167
REFERÊNCIAS	172
BIBLIOGRAFIA	173
ANEXO 1 - Autorizações das Entrevistas	190
ANEXO 2 - Modelo de Roteiro das Entrevistas	209

INTRODUÇÃO

Aquela que me habita²

Na minha casa mora o sujeito do espelho
Ele sempre me olha tão profundamente, as vezes me esquivo, noutras
encaro,
Está sempre lá, o sujeito do espelho...
às vezes ele fala comigo, noutras fica calado.
Nem sei se ele mora aqui, junto com os outros,
Nem sei onde moramos, mas o cara do espelho sempre aparece
Às vezes se veste estranho, não sei de onde vêm suas roupas
Nem as minhas, elas aparecem por ai...
Às vezes vestem bem, mas são sempre coloridas.
Aqui ao contrário a vida segue em preto em branco,
Agora a comida cheira e já dá vontade de comer, mas devo esperar
Sempre se espera, aqui tem hora pra tudo, mas não sei onde fica o
relógio!
Tem uma tia que passa na rua, e olha pra cá, sempre olha pra cá e
sorri,
Não sei para onde ela vai, as vezes eu queria ir...
Gosto daqui, é melhor do que lá...
Mas, às vezes, não consigo dormir...
Acho que é o cara do espelho, que as vezes me acorda!
Esse cara está lá, novamente, tento falar com ele, mas nem sempre
responde
Não sei onde ele dorme, só o vejo pela manhã...
Mas todo o dia ele está lá, assim como o cheiro da comida.
Hoje eu não gostei do cheiro, mas amanhã não sei!
Posso perguntar ao sujeito do espelho, qual será o prato de hoje!
Sento no refeitório e como, pego sol no quintal, aqui é melhor que lá,
Mas me pergunto, e acho que vou perguntar ao sujeito do espelho:
- Que dia vou estar de alta?

² Poesia da autoral (2019).

Não por acaso este trabalho parte do fim, que é o começo das ideias. Ele resulta de uma experimentação, de uma vivência com outros e com um *Outro*³ que habita esta que aqui escreve. A forma como escrevo este trabalho, promove um efeito de escrita em espiral, devido ao método que aqui procurei aplicar.

Inspirando-se na proposta Deleuziana (2004, 2006), segundo o método da bricolagem sob a influência das ideias de Deleuze e Guattari, que propõem um método reflexivo que fornece subsídios para que o pesquisador/filosofo se esquive da lógica cientificista, permitindo a inter-relação entre diversos saberes, sem hierarquização, a exemplo da arte, antropologia, sociologia, saberes populares, geografia e da própria loucura, permitindo a produção de um pensamento rizomático, de vertente transdisciplinar, dando conta da diferença e da razão inconsciente: condição fundamental para dar conta da complexidade dos fenômenos sociais na atualidade, a exemplo de meu estudo de caso nas Residências Terapêuticas.

Nesta proposta metodológica da bricolagem, a estrutura não é universal, portanto esta age de diferentes maneiras conforme o contexto histórico, social, cultural, econômico, político, psicológico e pedagógico. Por meio dela é possível construir um método de pesquisa, enquanto processo ativo, onde cada pesquisador fará uso das ferramentas que têm em mãos, não deixando de lado o objeto de pesquisa. Pois a bricolagem é composta por partes que divergem entre si e formam um todo heterogêneo, há uma aparente não coesão embora as peças dialoguem, não se trata de uma mosaico coeso, mas sim de um todo heterogêneo não coeso mas dialógico.

O *bricoleur* (ICHIKAWA; RAMPAZO, 2009) trabalha nos limites do conhecimento, realizando conexões entre os espaços e as margens proporcionando uma ponte para uma nova consciência. O objetivo não está em apenas juntar partes de coisas variadas, mas conectá-las, e por meio de um rizoma criando algo novo, diferente e

³ O “EU” é outro, de Rimbaud, se refere a um outro como sujeito próprio: “Outro” que fiz questão de frisar aqui, trata-se de um “eu poético” que seria diferente do poeta, como um outro ser que o habita. Trata-se do eu das profundezas, do eu que não reconhecemos em nós, e que nos move. Como um “eu inconsciente” capaz de se apresentar enquanto este eu poético, a partir do método do “desregramento dos sentidos”, proposto por Rimbaud, para se chegar ao conhecimento e se tornar poeta. O “eu é um outro”: ele se descobre poeta sem o querer, e chega ao desconhecido, isto é, àquilo que desperta em um momento qualquer na alma universal por meio do “desregramento de todos os sentidos” – que seria o seu método da vidência. Ao fazer isso Rimbaud inaugura uma poesia da experimentação, uma poesia com base nos sentidos. Ver (BARBOSA, 2010; VASCONCELOS, 2000; VICENTE, 2010; WHITE, 2010).

resultante de uma mistura de heterogêneos, sempre novo e sempre inacabado. E o interessante é que por se tratar de uma construção pautada numa transdisciplinaridade o *bricoleur* não desconsidera o contexto da pesquisa, mas muito pelo contrário cria uma forma de atuação que visa analisar o contexto vigente.

Os bricoleurs de fato inventam novas formas de rigor e novos desafios a outros pesquisadores, com a finalidade de que ampliem os limites metodológicos e interpretativos da mesma forma que Rimbaud cria sua poesia no novo, da ruptura e porque não dizer da bricolagem de sentidos e sensações, em oposição as regras parnasianas.

Tais perspectivas apresentam diferenças nos “campos de saber-fazer”, onde ideias utilizadas apresentam semelhanças com as características das práticas “trans”, em especial com a noção de transdisciplinaridade e os princípios do rizoma proposto por Deleuze e Guattari, afirmando que a:

(...)bricolagem possui um sentido parcialmente parecido com o conceito de rizoma, pois, um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas. Rizoma é aliança, unicamente aliança, ele tem como tecido a conjunção, há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 36).

Essa forma de interrelacionar saberes, não se restringe apenas aos saberes com status acadêmico, mas também com os campos das artes, da tecnologia e fortemente com os saberes populares. A prática trans gera um abalo nas estruturas dos campos epistemológicos do saber, por intermédio de uma força crítica que perturba as divisões encontradas nesse campo e entre as especialidades por meio das relações de poder. Dessa forma, a partir da proposta transdisciplinar que aqui faço, procuro caminhar entre possibilidades por meio de um sistema múltiplo, integrativo que faz uso da arte, partindo da poesia de Arthur Rimbaud, e também perpasso o saber do louco, sem pautá-los em linhas hierárquicas, e objetivando um novo olhar sobre o conceito de justiça espacial.

Rimbaud sempre me afetou, de diversas formas, e foi em minha análise que

descobri onde determinadamente ele me transpunha: numa espécie de sacrifício, que levava para minha vida e obra, e a forma como encarava o mundo e seus desafios. Rimbaud sempre esteve dentro, e por isso, numa tentativa inconsciente eu o colocava para fora: foi assim em meu trabalho final de graduação, em minha dissertação de mestrado, e agora, nesta tese. Mas o que difere ela das demais fontes de afetação? Aqui Rimbaud foi aceito por dentro, com os devidos cuidados que se deve ter, por se tratar de uma tese. E por isso, não podia começar de outra forma, senão pela poesia produzida ao final desta pesquisa, como síntese de minhas experimentações, sensações, angústias e afetos.

Neste trabalho pude reunir minhas inquietações acerca do conceito de “justiça espacial”, minha experiência no curso de psicologia e em especial com a escuta de psicóticos graves, e minhas leituras e experimentações na poesia de Rimbaud: coisa esta que faço desde os meus quinze anos de idade, mas, de forma diversa a cada reencontro.

Este trabalho se constitui a partir de uma proposta vinda dos diálogos existentes e possíveis entre a Geografia Cultural e a Literatura, procurando se efetivar como um exercício de reflexão estético e político, que visa promover uma discussão epistemológica acerca do conceito de justiça espacial⁴, propondo sobre este, novos olhares, com vistas à superação do binômio razão *versus* emoção, e à proposição de um conceito de justiça espacial que parta de uma ética, que possa contemplar a diferença. A hipótese a ser verificada, sob esta perspectiva, é a de que a justiça espacial em condições de justiça social só se faz efetiva em contextos de coexistência e copertencimentos e com base na promoção e valorização da diferença⁵ enquanto

⁴ O conceito de justiça espacial surge a partir das discussões iniciadas na Universidade Paris X – Nanterre e a Escola de Autos Estudos em Ciências Sociais de Paris (EHESS), sobre o desenvolvimento das sociedades urbanas, visando pensar a cidade, a sociedade e a justiça, explorando seus diversos entrelaçamentos possíveis. Partindo de um enfoque sobre o território, considerando este como muito mais do que um cenário ou palco onde se expressam fisicamente as desigualdades sociais e econômicas, o compreendem como possuindo papel fundamental na estruturação e desenvolvimento das injustiças sociais. Autores como Philippe Gervais-Lambony, Frédéric Dufaux e Alain Musset se dedicaram aos estudos urbanos e a justiça espacial e tentaram demonstrar que as teorias sobre a justiça tentem a descartar o “espaço” de suas discussões. Eles discorrem sobre temas como a governabilidade, a desigualdade, a vulnerabilidade social, a natureza da “justiça” e da “justiça espacial”, apoiando- se, para esses últimos temas em particular, em estudos como os de Iris Marion Young, John Rawls, David Harvey e Alain Reynaud (MUSSET, Alain (org.). *Ciudad, sociedad, justicia: um enfoque espacial y cultural*. Mar Del Plata: EUDEM, 2010).

⁵ Utilizo aqui “diferença” e não “diferenças” por trabalhar com o conceito de “diferença” em Gilles Deleuze, tendo como ponto de partida a obra *Diferença e repetição* (2006) segundo o qual: “a diferença é este estado em que se

positividade.

Longe de desconsiderar as influências e a importância da *Teoria de Justiça* de John Rawls, o que pretendo aqui é contribuir com esta discussão destacando o lugar e o papel da diferença, e propor um novo olhar sobre o conceito de justiça espacial, colocando, em lugar da moral, a ética como um ponto de partida, e mediante uma articulação entre “razão-emoção” como o cerne desta episteme⁶.

Segundo Rawls a sociedade é “uma associação mais ou menos suficiente de pessoas que em suas relações mútuas reconhecem certas regras de conduta como obrigatórias e que, a maioria das vezes, agem de acordo com elas” (RAWLS, 2002, p.4). Mas e aqueles que não reconhecem essas leis? Ou aqueles que optam por não agir de acordo com elas? Ou ainda, e quando a sociedade impulsiona os indivíduos a agirem em desacordo com essas regras de conduta por existir a crença de que isso seria mais vantajoso, algo na linha do famoso dito consagrado entre os brasileiros: “o mundo é dos mais espertos”⁷.

A sociedade de Rawls pressupõe indivíduos racionais e conscientes de seus direitos e deveres, mas exclui os indivíduos que não alcançam essa “racionalidade” ou não possuem de forma assimilada essas referências sociais.

São constituintes de nossa sociedade: o conflito e o jogo de interesses que

pode falar de a determinação”. Para o filósofo, a diferença “entre” duas coisas é apenas empírica e as determinações correspondentes são extrínsecas”, e acrescenta: “a diferença é esse estado de determinação como distinção unilateral. Da diferença, portanto, é preciso dizer que ela é condicionada ou que ela se estabelece como na expressão “estabelecer a diferença”, e a mesma é diferente da alteridade e da diversidade, que justificariam um uso da palavra no plural, “a diferença em geral se distingue da diversidade ou da alteridade”, pois, segundo ele, “dois termos diferem quando são outros, não por si mesmos, mas por alguma coisa” e aqui, aborda a questão da (DELEUZE, 2006, p. 36). Desta forma, uso “diferença” no singular, por se tratar de um conceito que se refere a uma produção, uma mediação, que é diferente de uma relação à oposição, à analogia ou à semelhança DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006).

⁶ Entendo como proposta “moral” a teoria de John Rawls (2002) e proponho pensar a teoria da justiça a partir de uma ética, que não se sujeitaria à vontade de poder, ou à dominação sofrida, uma ética que remeteria à potência de criação, ao devir. Entendo aqui, que a moral produziria um poder impotente, assujeitado, investido na servidão e nos limites. E a ética estaria investida de poder de potência, se indagaria a partir do novo e pelo diferente: O que está em nossas mãos? Ao que nossa potência pode se ligar? Como podemos nos potencializar a ponto de gerar a diferença em nós mesmos? Somos capazes de transvalorar todos os valores? Afinal, é no campo da imanência que produzimos a micropolítica, na capacidade que temos de nos produzir é que está a liberdade e que se liga a potência. Dessa forma, as possibilidades de justiça não estariam circunscritas numa moral, mas sim, numa ética.

⁷ Parafraseando um ditado popular.

acontecem quando todos têm a possibilidade de uma vida melhor do que teria qualquer um dos membros se cada um dependesse de seus próprios esforços. Para que esta equação se efetive, exige-se um conjunto de princípios para escolher entre várias formas de ordenação social que determinam essa divisão de vantagens e para a concretização de acordo sobre as partes distributivas adequadas.

Tais princípios seriam os princípios da justiça social segundo Rawls (2002). São eles que designam uma maneira de atribuição de direitos e obrigações nas chamadas instituições básicas da sociedade e delimitam a distribuição adequada dos benefícios e encargos da cooperação social, mas, como cooperar quando não se partilha a mesma “racionalidade” e quando o conjunto dos princípios para escolher entre várias formas de ordenação social que determine essa divisão de vantagens e o acordo sobre as partes distributivas adequadas não constituem consenso?

Essas e muitas outras questões, proponho analisar neste trabalho, de forma a refletir sobre um conceito de justiça que não parta de uma moral, mas de uma ética⁸, valorizando o sensível, e não exclusivamente o racional, sobretudo se pensarmos na racionalidade pré-existente nesse contratualismo hipotético. Dessa forma, ao repensar uma teoria de justiça para a contemporaneidade parto de uma poética do espaço ao pensar os conceitos de coexistência e copertencimento como necessários à efetivação da justiça espacial em condições de justiça social.

⁸ Nietzsche propõe uma nova abordagem sobre a genealogia moral e a formação histórica dos valores morais. As concepções morais são elaboradas pelos homens, a partir de interesses humanos. E as religiões teriam papel fundamental nisso, ao imprimirem valores humanos como sendo produtos da “vontade de Deus”. O filósofo chegou à conclusão de que não existem noções absolutas de bem e mal. Afinal, se os valores morais seriam produto histórico-cultural, logo, também seriam mutáveis. A grande crítica de Nietzsche às éticas socrática, kantiana e cristã, é a de que estas seriam “morais de rebanho”. O conceito de ética universal coincide com os preceitos de uma religião que tenta controlar as paixões e assim, homogeneizar os homens. A individualidade, tão valorizada por Nietzsche, acaba sendo diluída no meio do rebanho. Nietzsche questiona o conceito de bem e mal em busca de novos valores “afirmativos da vida”, como a vontade, a criatividade e o sentimento estético, que se aproximam dos conceitos de “devir” e “apresentação” em Deleuze.

1. DAS QUESTÕES NORTEADORAS AOS CONCEITOS

Em minha dissertação de mestrado já havia produzido um diálogo entre a Literatura e as Ciências Humanas, realizando uma leitura indiciária das poesias e da biografia de Arthur Rimbaud, efetuando reflexões sobre subalternidade e hibridismo na teoria pós-colonial. Desde essa primeira leitura a geograficidade poética⁹ de Rimbaud me instigava, ao ponto de destacar em sua análise devires temporais e espaciais (BARBOSA, 2010).

Rimbaud trouxe-me questionamentos de ordem epistemológica e política que foram fundamentais para definir o meu lugar enquanto pesquisadora, enquanto cientista social, enquanto doutoranda em geografia. Não me considero geógrafa e isso é um indício de algo! Rimbaud me levou a questionar a produção de conhecimento tal como também me fez Foucault, no contexto do pensamento científico. E a partir deles me surgiram várias perguntas: O que pode produzir pensamento? O que pode produzir conhecimento? A diferença, é que Rimbaud é um poeta, e ao problematizarmos sua poesia, rompemos a hegemonia da ciência e questionamos: Só conhecimento científico pode ser conhecimento? Claro que não! E a Antropologia resolveu isso muito bem! Glifford Geertz já bem colocava a importância dos “saberes locais” e das artes:

A capacidade de uma pintura de fazer sentido (ou de poemas, melodias, edifícios, vasos, peças teatrais, ou estátuas) que varia de um povo para outro, bem assim como de um indivíduo para outro, é, como todas as outras capacidades plenamente humanas, um produto da experiência coletiva que vai bem mais além dessa própria experiência (GEERTZ, 2008, p. 165).

⁹ Geograficidade (MARANDOLA JÚNIOR, 2010) refere-se à existência humana na terra, à criações simbólicas à partir do viver humano, das transformações humanas e a forma como o homem se constitui ao transformar e ser transformado pelo mundo que o cerca. A geograficidade refere-se a experiência experiencial e cultural pensada em suas relações geográficas. Este termo cunhado pela primeira vez por Eric Dardel (2011) parte do princípio de que não percebemos o ambiente apenas pela visão ou pela audição, mas sim por todos os nossos sentidos, que funcionam de forma a mediar a nossa experiência espacial, tendo eles significados culturais específicos (MERLEAU-PONTY, 1971). As experiências teriam cor, sabor, cheiro e memória, e serviriam de base à nossas experiências e inspirações poéticas, sendo a poesia extremamente propícia para a expressão da geograficidade existente em nossa relação com os espaços que nos cercam, sejam os físicos, como os simbólicos (MARANDOLA JÚNIOR, 2010).

A arte excede a experiência em seu sentido estrito e relaciona-se com vários âmbitos da cultura, disponibilizando elementos que intermediam a nossa relação com a realidade: "as ideias são audíveis, visíveis e [...] tactíveis [sic], que podem ser contidas em formas que permitam aos sentidos, e através destes, às emoções, comunicar-se com elas de uma maneira reflexiva" (GEERTZ, 2008, p. 181).

Geertz ensina que muito mais do que compreender o papel que os signos possuem em uma cultura e em uma sociedade, o significado que as narrativas literárias têm sobre a vida e para o comportamento cotidiano, ele nos revela uma história social de nossa própria imaginação. O autor relaciona a arte ao sistema cultural e aponta que a partir desse entendimento seria possível pensar que o produto cultural ou a arte não diferem da ciência, uma vez que o conhecimento científico também seria um produto cultural assim como a arte, a música ou o mito.

Os meios através dos quais a arte se expressa e o sentimento pela vida que os estimula são inseparáveis. Assim como não podemos considerar a linguagem como uma lista de variações sintáticas, ou o mito como um conjunto de transformações estruturais, tampouco podemos entender objetos estéticos, como um mero encadeamento de formas puras. (GEERTZ, 2008, p. 148).

Embora a preocupação de Geertz (1989) resida nas formas de representar o outro, buscando abandonar os cânones tradicionais da antropologia na qual o antropólogo diz quem é o outro, e revolucionando assim, o método antropológico de investigação. Para ele, a antropologia se baseava em uma interpretação da interpretação do outro, ou seja, a leitura de uma leitura.

Geertz aproxima a ciência das artes e do saber comum, retira-lhe o *status* de única forma de conhecer o mundo, deixando claro que se trata de interpretações, de produções culturais. O autor abre caminhos para debatermos sobre a literatura, a música e a pintura enquanto produtores e produtos do conhecimento.

Entre a experiência de vida daquele que decifra as imagens e as imagens

decifradas existe uma relação fundamental. A trajetória de vida de cada pessoa, e as histórias, percepções, sensações e vivências acumuladas no decorrer de sua existência é que constrói e seleciona, no homem, cada forma vista, para entender a imagem a ser decodificada.

Nesse processo se encontram entrelaçados os símbolos, percepções, as atitudes e os pensamentos que nunca são iguais, nem mesmo para duas pessoas residentes numa mesma localidade. Cada ser humano sente o mundo de uma maneira particular. E as particularidades do poeta e do leitor são representadas por imagens, onde estão adicionadas suas subjetividades, suas marcas de vida, suas experiências vividas. Geografia e Literatura estão dessa forma, imbricadas, colocando em justaposição: ciência e arte.

Michel Collot (2013, p. 20), escrevendo em prol de uma geografia literária relacionando a paisagem e o texto ficcional, faz a seguinte asserção: “os romancistas contemporâneos não fornecem à geografia somente documentos preciosos, mas são eles mesmos, ao seu modo, geógrafos, há um pensamento espacial do romance que propicia um modo peculiar de se fazer a geografia”. Ou seja, a poesia também seria detentora de um pensamento espacial que reflete um modo peculiar de se fazer a geografia, em determinado tempo, contexto histórico, cultural, social e político.

Lendo Rimbaud, em minha dissertação de mestrado, pude perceber que o conceito de hibridismo e de desterritorialização não são circunscritos ao pós-colonial (BARBOSA, 2010), e que a sua proposta de desregramento dos sentidos, que visa incluir as emoções na produção do conhecimento, poderia complementar o espaço em que a ciência moderna se viu carente e faltosa.

Penso a paisagem não apenas como um regime estético representativo, mas também como possibilidade de desenvolver um pensamento desterritorializante (DELEUZE; GUATTARI, 2003); um pensamento que se preocupa em ocupar o sensível na proposição de uma nova política da espacialidade, promovendo a criação de outras narrativas geográficas sobre os lugares. Pensada à partir do conceito de diferença de Deleuze, a paisagem não se estabiliza em uma forma representativa,

mas sim amplia as possibilidades de compreensão do conceito, numa contínua rearticulação das geografias possíveis.

Doreen Massey, em sua obra *Pelo Espaço* (2008) nos propõe a pensar as categorias geográficas para além do plano da materialidade, de forma a ampliar e potencializar nossos horizontes teóricos e metodológicos. Doreen observa o espaço para além de sua constituição como plano concreto, como superfície apenas; apresentando-o como produto de inter-relações que lhe proporcionam pluralidade¹⁰. Isto é, o espaço está continuamente em construção, pois é fruto de relações entre entidades que podem ou não se efetivarem, daí sua característica de ser aberto:

Finalmente, e precisamente porque o espaço é o produto de relações-entre relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito - nunca está finalizado, nunca se encontra fechado (MASSEY e KEYNES, 2004, p. 8).

O pensamento de Rimbaud em virtude de sua rica geografia tornou possíveis reflexões teóricas que me instigaram a propor novos olhares sobre conceitos firmados e ou muito debatidos cientificamente na atualidade a exemplo da própria ideia de “razão”, ou categorias como “lugar”, “espaço” e “imagem”.

Em Rimbaud, os poemas e sua prosa poética são demarcados por um intenso sentimento de liberdade, e um idealismo infantil - de quem descreve o mundo como um viajante. Sua poesia traz consigo pensamentos alegóricos e sinestésicos que constituem paisagens únicas e descrevem lugares da memória do poeta adolescente.

Suas fugas de casa, suas viagens errantes e experiências diversas se misturam à natureza e se tornam uma coisa só: uma experiência geográfica no mundo. Sua inovação é a de justamente produzir “uma poesia que deixa transparecer um

¹⁰ “O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera, na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na existência da pluralidade: Multiplicidade e espaço são co-constitutivos” (MASSEY e KEYNES, 2004, p. 8).

sentimento de plenitude, motivada pela expansão do eu poético junta à natureza e pela intensidade das sensações que aí afloram” (VICENTE, 2010, p.21).

Sua poesia motivada em grande parte, no início de sua obra, pela sensação de revolta e sufocamento advindas da sua experiência durante a guerra franco-prussiana, contém um levante contra a ordem e a moral burguesa, a hipocrisia da guerra e da religião, e propõe à vidência enquanto método para empreender o conhecimento, em nítida crítica à razão iluminista.

Bernard-Henry Levy (1991) ao efetuar uma crítica a rótulos como: poeta menino e poeta vidente, propõe um retorno à obra de Rimbaud, uma leitura fria de sua obra, sem mitos e sem enaltecimentos.

Eu prefiro neste trabalho, ler Rimbaud como um sentimento, uma sensação, pois somente assim, considero possível extrair suas visões. Vasconcelos (2000, p.20) destaca que em Rimbaud “a complexidade da elaboração da imagem vem acrescida de um extremo empenho na elaboração de uma dicção própria, com tudo que implica a redefinição do lugar do poeta na sociedade moderna”, o autor considera Rimbaud um porta-voz de uma palavra nova, sempre em conflito.

Após ler muitos críticos e biógrafos do autor, como Fowlie (2005), Nicholl (2007), Scarpari (1992), White (2010), e Vicente (2010), percebo em Vasconcelos a leitura mais espacial sobre a obra de Rimbaud. O autor é o que melhor capta sua poesia da experiência ou poesia do devir, sua obra nascendo da necessidade de vivenciar experiências, sabores, cores e viver uma pluralidade de vidas, desvelando mistérios a partir da descrição de todas as paisagens.

Vasconcelos acredita que sua poesia opera a libertação da imagem enquanto uma experiência integral de experimentação a partir de um esforço estético em promover uma produção sobre-humana, recriações e expansão da experiência através dos sentidos, abrindo um espaço múltiplo de escrita. Para o autor haveria em Rimbaud “um tom de experimentação” e “um esposar do inúmero jogo de possibilidades de ser e estar na variedade, na simultaneidade”, e aqui eu acrescento,

na coexistência (VASCONCELOS, 2000, p.20-21).

A linguagem simbólica da poesia de Rimbaud opera esta libertação da imagem através da explosão de versos que promovem um diálogo para além da experiência literária, virtualizando-se em visões fulgurantes. “A imagem rimbaudiana traz consigo a emoção e a música novas. Emoção, e não evocação sentimental como no romantismo. Barulho, e não melodia inefável e controlada pela arte estática parnasiana” (VASCONCELOS, 2000, p.21).

Deleuze (2006) em vez de pensar a essência do homem como o único animal racional, explora os lugares de indeterminação e de indiscernibilidade entre o homem e o animal, em que a arte serviria de operadora, como expressão de um mundo, de um espaço no qual o homem e o animal se tornam indiscerníveis. Deleuze faz da arte o denominador máximo de um anti-humanismo cerrado contra a tradição aristotélica. Neste sentido, Deleuze afirma que o gesto primordial da arte é recortar, talhar, delimitar um território, para nele fazer surgir as sensações, o que Rimbaud promove em suas poesias, através de suas imagens poéticas e das paisagens que descreve através de sinestesias, aliterações e reinvenções de palavras e efeitos de sentido.

1.1. A poesia do espaço em Rimbaud

Escolhi em especial seis poemas de Rimbaud para demonstrar de onde extraí os conceitos de coexistência e copertencimento. Nesses poemas experienciamos um programa total de experiências que evocam a expressão da subjetividade e do corpo como elementos constituintes da prática poética, onde a imagem, a emoção, a música e os ruídos rimbaudianos penetram os objetos em cena, extrapolando as imagens e dobrando o espaço-tempo.

Em seu poema *Sensation* (Rimbaud, 1994 p.41), este saúda a estrada que o recebe como viajante, as paisagens que encontra em suas andanças se misturam ao seu próprio eu.

Nas tardes de verão, irei pelos vergéis,
Picado pelo trigo, a pisar a erva miúda:
Sonhador, sentirei um frescor sob os pés
E o vento há de banhar-me a cabeça desnuda.
Calado seguirei, não pensarei em nada:
Mas infinito amor dentro do peito abrigo,
E como um boêmio irei, bem longe pela estrada,
Feliz – qual se levasse uma mulher comigo.
Março de 1870

A imaginação poética, em Rimbaud, apresenta-se como uma força infinita que interfere e faz a mediação na formação do processo de conhecimento por meio do enfraquecimento da razão como elemento estabilizador e determinante.

Sensation é um poema que demarca um Rimbaud adolescente que descobre a sua sensualidade, e logo, sua obscuridade. É o primeiro poema em que o poeta se utiliza do eu de modo direto, produzindo a afirmação de uma poesia revelada como um mergulho nas sensações (VASCONCELOS, 2000; WHITE, 2010).

Seus versos apresentam um Rimbaud experimentador imediato, que celebra os sentidos, e onde traços de atividade e passividade coexistem. É a poesia da coexistência entre Natureza¹¹ e corpo. Ao ser “sonhador” e “boêmio, ele projeta uma atividade criadora e também uma passiva que se permite receber os efeitos da Natureza e ser submetido a uma ordem natural: “começa e mantém-se ao longo do poema, e parece não se extinguir depois de sua leitura, o elo entre escrita e caminhada, entre mediação de um *eu* e a ação operada por ele” (VASCONCELOS, 2000, p.51).

Ao convocar a Natureza o *eu* inaugura uma relação íntima com o espaço aberto que se encontra desenhado de forma sensorial, tornando a imagem um acontecimento¹²:

¹¹ Natureza esta aqui propositadamente em maiúsculo por se referir a esta como sujeito na relação com o eu da poesia (VASCONCELOS, 2000)

¹² Digo “acontecimento” em sentido deleuziano: constituído de efetuação e contra-efetuação, uma dupla lógica,

A “sensação” transformada em acontecimento não ocorre como eco de um esforço melódico originário da artesanaria poética, em correspondência com a força de relação eu/Natureza, invocada pelo sujeito romântico como sonho a conquistar, ao mesmo tempo que se projetam emoções passadas, constituindo no todo uma espécie de nostalgia de futuro (VASCONCELOS, 2000, p.53)

Rimbaud não produz uma Ode ou referência à Natureza, não se trata de descrevê-la, ou observá-la, ele a experimenta, o seu eu-potência¹³ mimetiza a natureza, dissolve-se nela. O seu *eu* de sensações, não se apresenta apenas como força motora, produtor de imagens, mas como contaminado e possuído pelo movimento dessa paisagem, misturado a ela, como pertencente ao mesmo tempo em que a produziu, a esse movimento chamo: copertencimento.

O conceito de copertencimento que extraio em Rimbaud, se constitui a partir de uma estratégia de movimento anulador do corpo em proveito de um envolver-se do eu, onde o mesmo é afetado, afeta e se afeiçoa. Mistura-se ao que lhe afeta.

Esse copertencimento do qual me aproprio em Rimbaud demarca uma outra alteridade (BARBOSA, 2010) onde não há contemplação e nem mediação entre o eu e o outro, sujeito e objeto, dentro e fora, uma vez que no plano da experimentação rimbaudiana esses elementos se misturam e estão impressos no corpo.

A natureza de *Sensation* toma a forma de uma mulher que o acompanha: aproxima a sensação e a coisa revelada e atualiza a relação tempo-espaco revelando um corpo presença¹⁴ (DELEUZE, 2003).

Em suas duas *Cartas do Vidente*, uma enviada ao seu amigo Georges

em que seu sentido se configura mais do que um estado de coisas, podendo ser também seu referente. Trata-se de um conceito de acontecimento desprendido de flexões temporais, seu sentido não esta nem antes e nem depois do acontecimento, mas pode coincidir com ele em um tempo diverso (Cf. DELEUZE, 2003).

¹³ Faço referência ao poder de potência, da proposta de uma ética, que valoriza a diferença quanto positividade.

¹⁴ A presença se refere a algo se efetiva primeiramente no corpo e não necessariamente se busca uma relação imediata de sentido, dessa forma, um corpo presença seria um corpo enquanto acontecimento (DELEUZE, 2003), um corpo que tensiona o sentido por meio de efeitos de presença e que se torna seu próprio referente.

Izambard, e outra endereçada a Paul Demeny, respectivamente com as poesias *Alquimia do Verbo* e *Canto de Guerra Parisiense*, escolhi destacar ambas, por considerar que exista um projeto de uma nova forma de se empreender o conhecimento, proposto pelo poeta, se encontra particularmente descrito nesses dois poemas (BARBOSA, 2010).

Alquimia do Verbo

Para mim. A história das minhas loucuras.

Há muito me gabava de possuir todas as paisagens possíveis, e julgava irrisórias as celebridades da pintura e da poesia moderna.

Gostava das pinturas idiotas, em portas, decorações, telas circenses, placas, iluminuras populares; a literatura fora de moda, o latim da igreja, livros eróticos sem ortografia, romances de nossos antepassados, contos de fadas, pequenos livros infantis, velhas óperas, estribilhos ingênuos, ritmos ingênuos.

Sonhava com as cruzadas, viagens de descobertas de que não existem relatos, repúblicas sem histórias, guerras de religião esmagadas, revoluções de costumes, deslocamentos de raças e continentes: acreditava em todas as magias.

Inventava a cor das vogais! - A negro E branco, I vermelho, O azul, U verde. Regulava a forma e o movimento de cada consoante, e, com ritmos instintivos, me vangloriava de ter inventado um verbo poético acessível, um dia ou outro, a todos os sentidos. Era comigo traduzí-los.

Foi primeiro um experimento. Escrevia silêncios, noites, anotava o inexprimível. Fixava vertigens.” (RIMBAUD, 1983:91).

“Há muito me gabava de possuir todas as paisagens possíveis” já anuncia em seus primeiros versos. O projeto iniciado em *Sensation* é anunciado aqui como método do poeta: o criador, o degustador, é também o transmissor de uma experiência e se transforma através do que vê e sente, “é transformado pelo o que vê, pelo que se objetiva na paisagem: caminhada, trânsito do sujeito para fora de seus domínios racionados, racionalizados” (VASCONCELOS,2000, p.59).

Assim, Rimbaud, com sua poesia da fragmentação, da justaposição e da coexistência dos contrários, promove o enfraquecimento da razão instrumental,

associada a uma moral burguesa, por meio da revalorização dos sentidos (da emoção e da sensibilidade) que permitiria chegar ao autoconhecimento ou “ao desconhecido”. A proposta do poeta de efetuar o “desregramento dos sentidos” como método de se alcançar o desconhecido em nada remete à razão cartesiana, trata-se de dar vazão ao inconsciente (à razão inconsciente), permitindo a coexistência das imagens que não seguem mais princípios de verossimilhança e coerência:

Desregrar os sentidos significa deixá-los agir livremente. As imagens (...) nascem e conformam-se, não mais seguindo os princípios de verossimilhança, coerência ou não contradição que regem o mundo tal qual o conhecemos e tal qual nossa razão o organiza, mas segundo o modo de operar do inconsciente. (VICENTE, 2010, p.36)

A proposta poética de Rimbaud é a de resgate das emoções, do sensível e dos sentidos capazes de propiciar conhecimentos que a razão cartesiana não permite, configurando-se uma ruptura com a moral burguesa, e com o conceito de indivíduo iluminista que irá solapar a ideia de indivíduo do liberalismo político conservador¹⁵. Rimbaud potencializou a dimensão do ser no mundo, ao reconhecê-lo enquanto devir: “o eu é Outro”!

O poeta propõe o desregramento dos sentidos e a coexistência. Sua poesia sinestésica reúne diferentes, contraditórios, mostrando que não existe relação causa-efeito, e que a razão instrumental do liberalismo clássico não é capaz de abarcar as diferenças enquanto positividade. Como a correspondência abaixo dá a ver:

Charleville, 13 de maio de 1871

Caro Senhor!

Ei-lo novamente professor. Devemo-nos à Sociedade, disse-me o senhor; o senhor faz parte dos corpos de ensino: o senhor vai no bom caminho. – Eu também, sigo o princípio: faço-me cinicamente sustentar; desenterto antigos imbecis do colégio: tudo o que posso inventar de idiota, de sujo, de ruim, em ação e em palavras, dou a eles: pagam-me em canecas e em moças.

¹⁵ Refiro-me aqui a noção de indivíduo racional, que age com vistas à consecução de objetivos, o indivíduo do liberalismo crente no progresso e otimista em relação a razão, e que coloca-se em oposição ao coletivismo, no que concerne à propriedade. Remeto a um individualismo que parte de doutrina moral, econômica ou política que valoriza a autonomia individual, em detrimento da hegemonia da coletividade despersonalizada (BENTHAN, 1979; RAWLS, 1997).

– Devo-me à Sociedade, está certo, – e tenho razão. – O senhor também, o senhor tem razão, por hoje. No fundo, o senhor só vê em seu princípio poesia subjetiva: sua obstinação em voltar à manjedoura universitária – perdão! – o prova. Mas o senhor sempre terminará como um satisfeito que nada fez, já que nada quis fazer. Sem contar que sua poesia subjetiva sempre será horivelmente enfadonha. Um dia, espero – muitos outros esperam a mesma coisa –, verei em seu princípio a poesia objetiva – eu a verei mais sinceramente do que o senhor seria capaz! Serei um trabalhador: é essa a idéia que me retém quando as loucas cóleras me impelem para a batalha de Paris, onde tantos trabalhadores ainda morrem enquanto lhe escrevo! Trabalhar agora, jamais, jamais; estou em greve. Agora encrapulo-me o mais possível. Por quê? Quero ser poeta, e trabalho para tornar-me vidente: o senhor não compreenderá de modo algum, e eu quase não poderia explicar-lhe. Trata-se de chegar ao desconhecido pelo desregramento de todos os sentidos. Os sofrimentos são enormes, mas é preciso ser forte, ter nascido poeta, e eu me reconheci poeta. Não é absolutamente minha culpa. Está errado dizer: Eu penso. Deveríamos dizer: Pensam-me. Perdão pelo jogo de palavras.

EU é um outro. Azar da madeira que se descobre violino, e danem-se os inconscientes que discutem sobre o que ignoram completamente!

O senhor não é professor para mim. Dou-lhe isto: será sátira, como o senhor diria? Será poesia? É fantasia, ainda. – Porém, suplico-lhe, não sublinhe nem com lápis, nem demais com o pensamento:

CORAÇÃO SUPLICIADO¹⁶

[...]

Isso quer dizer alguma coisa.

RESPONDA-ME, endereçando ao sr. Deverrière, para A. R. Bom dia de coração,”

Arthur Rimbaud¹⁷ (RIMBAUD, 1994, p.152)

Sua poesia é um projeto político que visa empreender o conhecimento, é um experimento pessoal, partindo da criação de uma linguagem nova, sua mistura própria, seu projeto de hibridação (BARBOSA, 2010), ao desregrar os sentidos propõe

¹⁶ Rimbaud transcreverá nestas cartas alguns poemas, mais tarde publicados. Remetemos o leitor à edição brasileira bilíngüe preparada em 1995 por Ivo Barroso. Esse poema será depois conhecido como "Coração roubado" ["Coeur volé"] (Em: Rimbaud, Arthur. Poesia completa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994:152-3).

¹⁷ N. do T. Rimbaud transcreverá nestas cartas alguns poemas, mais tarde publicados. Remetemos o leitor à edição brasileira bilíngüe preparada em 1995 por Ivo Barroso. Esse poema será depois conhecido como "Coração roubado" ["Coeur volé"] (Em: Rimbaud, Arthur. Poesia completa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994:152-3)

uma subversão à racionalidade moderna, ao recuperar as sensações que o homem perdeu para a razão.

Ao dizer que o “Eu é um Outro” Rimbaud também rompe com a ideia de representação e identidade, inaugurando novas possibilidades de se pensar justiça. É aqui que Rimbaud nos ensina, e produz conhecimento. Ao propor a apreensão do mundo a partir do sensível, do sensório e das emoções, apontando para a ideia da coexistência entre diferentes, não harmônica, mas, tensional, de forma a promover o movimento, ele aponta para a necessidade de se positivar a diferença, num contexto de multiplicidades. Como já o percebia na modernidade, a emoção se coloca como fundamental para se pensar o mundo, os homens e sua ação no mundo.

Em seu poema “*Ville*” a pobreza e a miséria estão retratadas na figura dos “espectros” que rolam entre as fumaças das chaminés nas indústrias, sem cor, sem luz, sem vida, como zumbis:

Ville (cidade)

Sou um efêmero e não muito descontente cidadão de uma metrópole que julgam moderna porque todo o estilo conhecido foi excluído das mobílias e do exterior das casas bem como da planta das cidades. Aqui você não nota rastros de nenhum monumento de superstição. A moral e a língua estão reduzidas às expressões mais simples, enfim! Estes milhões de pessoas que nem têm necessidade de se conhecer levam a educação, o trabalho e a velhice de um modo tão igual que sua expectativa de vida é muitas vezes mais curta do que uma estatística louca encontrou para os povos do continente. Assim como, de minha janela, vejo novos espectros rolando pela espessa e eterna fumaça de carvão, - nossa sombra dos bosques, nossa noite de verão! – as Erínias novas, na porta da cabana que é minha pátria e meu coração, já que tudo aqui parece isto, - Morte sem lágrimas, nossa filha ativa e serva, um Amor desesperado, e um Crime bonito uivando na lama da rua. (RIMBAUD, 2005, p.45)

Aqui a moral burguesa se encontra reduzida, bem como a língua, e os operários

se tornam uma grande massa de seres homogêneos, amorfos e cinzentos, e nota-se sua clara crítica a uma noção de “moderno” que seria equivocada, assim como todo o projeto de modernidade burguês, que poeta não compartilha. Esse poema bem como outros, traduzem descrições das cidades pelas quais Rimbaud passou, onde seres e muitas vezes seu próprio eu lírico se misturam com as paisagens locais.

Em virtude disso, acredito ser devida a ênfase na geograficidade de sua poesia, entendendo geograficidade como uma existência experiencial humana que se dá através da experiência geográfica, ou seja, da relação que o homem estabelece com o seu meio (DARDEL, 1952), uma experiência pautada na cultura, na existência humana, na intersubjetividade (MARANDOLA JÚNIOR, 2005; 2009) enquanto essência da relação entre o homem e o espaço que o cerca, e que me atrevera a denominar uma geograficidade dos afetos.

Em outra carta, endereçada à Paul Demeny¹⁸ Rimbaud reflete sobre a guerra, a condição de um eu fragmentado, cindido, e apresenta seu projeto de se tornar vidente que está para além de uma metáfora poética, se torna verdadeiramente o seu projeto político poético (BARBOSA, 2010).

Esse “Eu” cuja acusação de ter encontrado sua falsa significação, remete a sua famosa frase: “Eu é outro”, e reforça a condição híbrida desse eu, bem como sua condição não racional, ou seja: um Eu que é fruto de um inconsciente.

Sua busca reside num conhecimento alquímico, ou híbrido: que nasce de muitas misturas e da tentativa de casar razão e emoção na busca pela quintessência de todo o conhecimento. Em sua “Carta ao Vidente”, Rimbaud comenta a própria escrita e aponta a tarefa do poeta vidente: “chegar ao desconhecido pelo desregramento de todos os sentidos”. A criação poética implica, desde seu início, a ação do caótico, do indeterminado e do obscuro, suspendendo o sujeito de sua consciência e permitindo que o trabalho interno do alquimista/poeta se realize. (BARBOSA, 2010, 47)

¹⁸ RIMBAUD, Arthur. Carta a Georges Izambard. Alea, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 154-163, Jan. 2006.

Sua crítica à razão, aos clássicos, às formas de rima e versos regidos por regras rígidas é percebida também na poesia “*Canto de Guerra Parisiense*”, na qual crítica seus antecessores, representados pelo Parnasianismo:

Charleville, 15 de maio de 1871

Resolvi dar-lhe uma hora de literatura nova. Começo de imediato por um salmo atual:

CANTO DE GUERRA PARISIENSE

[...]

– Agora um pouco de prosa sobre o futuro da poesia:

Toda poesia antiga termina na poesia grega, Vida harmoniosa. – Da Grécia ao movimento romântico, – idade média – há letrados, versificadores. De Ennius a Théroldus, de Théroldus a Casimir Delavigne, tudo é prosa rimada, um jogo, deformação e glória de inúmeras gerações idiotas: Racine é o puro, o forte, o grande. – Houvessem insuflado suas rimas, embaralhado seus hemistíquios, e o Divino Idiota seria hoje tão ignorado quanto o primeiro autor de Origens. – Depois de Racine, o jogo embolorou. Durou dois mil anos!

Nem pilhéria nem paradoxo. A razão me inspira mais certezas sobre o tema do que, de raiva, poderia um dia ter um Jeune-France. De resto, os novos são livres para execrar seus antecessores: estamos em casa e temos tempo. O romantismo jamais foi bem julgado. Quem o teria julgado? os críticos!! Os românticos? Que provam tão bem que a canção poucas vezes tem a ver com a obra, isto é, com o pensamento cantado e compreendido pelo cantor?

Pois EU é um outro. Se o cobre desperta clarim, não é por sua culpa. Isso me é evidente: assisto à eclosão de meu pensamento; contemplo-o; escuto-o; faço um movimento com o arco: a sinfonia faz seu movimento no abismo, ou de um salto surge na cena.

Se os velhos imbecis não houvessem encontrado do Eu apenas a significação falsa, não teríamos que varrer estes milhões de esqueletos, que há um tempo infinito, acumularam os produtos de sua inteligência caolha, proclamando-se autores!

Na Grécia, eu disse, versos e líras ritmam a Ação. Depois, música e rimas são jogos, passatempos. O estudo desse passado encanta os curiosos: muitos se divertem renovando essas antigüidades: – isso é feito para eles. A inteligência universal sempre lançou suas idéias naturalmente; os homens reuniam uma parte desses frutos do cérebro: agia-se por eles, escreviam-se

livros: essa era a marcha, uma vez que o homem não trabalhava a si mesmo, não havia ainda despertado, não estava ainda na plenitude do grande sonho. Funcionários, escritores: autor, criador, poeta, esse homem nunca existiu!

O primeiro estudo do homem que quer ser poeta é seu próprio conhecimento, completo; ele busca sua alma, investiga-a, tenta-a, aprende-a. Assim que a conhece, deve cultivá-la; isso parece simples: em qualquer cérebro se realiza um desenvolvimento natural; tantos egoístas se proclamam autores; e há outros que atribuem a si mesmos seu próprio progresso intelectual! – Mas trata-se de tornar a alma monstruosa: à maneira dos comprachicos, ora! Imaginem um homem implantando e cultivando verrugas em seu próprio rosto.

Digo que é preciso ser vidente, fazer-se vidente.

O poeta se faz vidente por meio de um longo, imenso e estudado desregramento de todos os sentidos. Todas as formas de amor, de sofrimento, de loucura; ele busca por si mesmo, esgota em si todos os venenos, para guardar apenas suas quintessências. Inefável tortura em que ele precisa de toda a fé, de toda a força sobre-humana; em que ele se torna entre todos o grande doente, o grande criminoso, o grande maldito, – e o supremo Sábio! – Pois ele chega ao desconhecido! Já que cultivou sua alma, já rica, mais que qualquer outro! Ele chega ao desconhecido; e quando, enlouquecido, acabar perdendo a inteligência de suas visões, ele as viu! Que exploda em seu salto por entre as coisas inauditas e inomináveis: outros horríveis trabalhadores virão, e começarão pelos horizontes em que o outro se perdeu! (RIMBAUD, 1994, p.132).

Rimbaud acaba com a linearidade do tempo que enclausura o espaço num lugar fixo, e dá a esse espaço fluidez, suspende a relação tempo-espaço, efetuando uma justaposição de ambos:

O “Eu” rimbaudiano continua vivo, continua produzindo vozes exiladas no seio de suas próprias pátrias, continua se constituindo na sobreposição, na contingência e não apenas numa alteridade que revela a dimensão material, mas sim na complexa e caótica fábrica de sujeitos subalternos híbridos. (BARBOSA, 2010, p.86).

E onde Rimbaud conversa com a Geografia? Pois bem, para além das categorias espaciais que permeiam a sua poesia, sua poética ao promover a

reelaboração da relação tempo-espaço, suspendendo o tempo e perpassando-o por um espaço fluído, promove uma coexistência, e o copertencimento das relações espaciais: a justaposição, o descontínuo e a fragmentação confrontam a articulação lógica de sua narrativa colocando em questão o próprio mundo, enquanto linearidade histórica, constituído da sucessão de eventos.

O pensamento de Rimbaud, ao produzir um deslocamento físico entre “imaginação” e o “tempo visível das imagens” (VASCONCELOS, 2000, p. 59) apresenta pontos de contato com o pensamento da geografa Doreen Massey, acerca do espaço.

Em poucas e singelas linhas, para Doreen o espaço é o “entrelaçamento de trajetórias em curso, das quais algo novo pode emergir. O movimento, o encontro, e a construção das relações entre as trajetórias levam tempo” (2008, p. 165), uma das potencialidades do espaço seriam as possibilidades de “justaposição circunstancial de trajetórias previamente não conectadas [criadoras de um] estar junto não-coordenado” (2008, p.143), trata-se da coexistência e da justaposição rimbaudiana, das aliteraões, e das sinestesias, do encontro do profano com o sagrado de sua poesia. Trata-se desse heterogêneo não coeso e conflitivo do tecido social, das relações sociais e das relações espaciais.

Assim como em Rimbaud, Massey defende que o espaço “não é, de forma alguma, uma superfície” (2008, p.160), e sim “a esfera da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias” (2008, p. 29) humanas e não humanas, materiais e imateriais, que “envolve contato com alguma forma de negociação social” (2008, p. 143). O espaço para ambos é “um produto contínuo de interconexões e não- conexões [...] sempre inacabado e aberto” (2008, p. 160) sempre em devir, sempre implicando o inesperado.

Rimbaud procura uma nova linguagem poética para pensar o espaço, e Doreen um novo conceito de espaço enquanto trajetórias coetâneas e heterogenias, e de lugar associado à co-presença de constelações específicas de trajetórias que não pré-

existem ao encontro¹⁹, mas se constituem dele, se gestam enquanto tensão e negociação, sempre em devir.

A cada poesia um encontro com esse *eu* que é Outro! Rimbaud e Massey afirmam o não-humano presente no espaço, que a um só tempo extrapola e afirma o humano, promovendo o encontro entre humano e não humano, que constitui e faz o primeiro, sendo imanente a ele:

Precisamente porque es la esfera de la yuxtaposición de los distintos relatos, del forjamento de relaciones nuevas, la espacialidade es tambien una fuente para la producción de *nuevas* trayectorias, *nuevas* historias. Es una fuente de producción de espacios nuevos, identidades nuevas, relaciones y diferencias nuevas” (MASSEY, 1999, p. 174-175 – grifos da autora)²⁰

Ao aproximar Rimbaud e Massey pretendo trazer para primeiro plano das ideias um pensar sobre o movimento de desterritorialização (geográfica, política, cultural, social), a partir do qual, por meio da arte, Rimbaud promove com sua proposta de reterritorialização, através da valorização sensorial (dos sentidos, dos afetos e das emoções).

Essa reterritorialização passa pela efetivação das relações de coexistência e copertencimento, enquanto elementos indispensáveis ao reconhecimento na diferença, ou seja, impreteríveis para se pensar práticas efetivas de justiça espacial e justiça social.

Este espaço tensionado, multifacetado, multiconstituído, é o espaço da diferença deleuziana, que não necessariamente é criador de desigualdades, ao contrário pode ser, a partir da desterritorialização que este promove, um espaço e ao

¹⁹ A través de sua concepção relacional de espaço, Massey definiu lugar como uma imbricação de múltiplas trajetórias, considerando o movimento e a transformação como constituintes fundamentais na construção do espaço. O termo aparentemente simples “trajetória” sintetiza esta dupla constituição espaço-temporal: não é possível definir trajetória sem vincular de maneira indissociável espaço e tempo. Trajetória encontra-se intimamente associada, também, com encontro, outro tema recorrente na obra de Doreen e fundamental para a ênfase que ela dá ao espaço como dimensão da multiplicidade e da diferença. Seu conceito de lugar, ao contrário de visões antes dominantes, envolve sobretudo redes, conexões, encontros (MASSEY, 2008; 1999).

²⁰ Precisamente porque é a esfera da justaposição das diferentes histórias, do forjamento de novas relações, a espacialidade é também uma fonte para a produção de novas trajetórias, novas histórias. É uma fonte de produção de novos espaços, novas identidades, novas relações e diferenças (minha tradução).

mesmo tempo uma condição *sine qua nom* para a produção da justiça espacial em condições de justiça social.

O que promovo neste trabalho, é um esforço de pensar uma justiça que esteja para “além do bem e do mal”, parafraseando Nietzsche. Uma justiça que exista para além do ressentimento, de uma quase vingança do Estado, “como um acerto entre poderosos mais ou menos iguais (o equilíbrio como pressuposto de todo contrato, portanto de todo direito); do mesmo modo” (NIETZSCHE, 2009, p. 10) para uma justiça que abarca a diferença em sua positividade, e que não parte de uma moral do bom e do mal, mas de uma ética do bem comum.

Ao levar ao extremo a ideia de “formas de desterritorialização”, e aplicá-las ao próprio corpo: um corpo que se desterritorializa, para se reterritorializar na coexistência e copertencimento, Rimbaud nos ensina a pensar a diferença positivada na produção de justiças espaciais e sociais. Nesse sentido, ele representa uma crítica à moral burguesa, em virtude de seus atos e arte denunciarem as contradições de um sistema econômico-político que subalterniza territórios e identidades, por meio de racionalidades estratégicas.

Sua resistência ao racional e seu recurso ao sensorial, à fantasia, ao imaginário-simbólico (fadas, mitos, divindades e figuras fantásticas) e as indicações das categorias geográficas, presentes em suas poesias, em especial em *Illuminations* (RIMABUD, 2002, p. 25), evidenciam o embaralhar desses elementos causando uma imprecisão da determinação espacial.

Ao reorientar a realidade objetiva Rimbaud, cria um universo político a partir do estabelecimento de uma nova relação tempo-espço, na qual o tempo está subordinado ao espaço, invertendo-se assim a lógica da razão iluminista.

Em Deleuze (1995, 1996, 1996b, 1997, 2003b, 2006) a arte é o movimento auto expressivo do sensível, uma epifania de formas de vida, e para melhor explicar a relação do artista com as forças inumanas, o autor propõe o conceito de devir, enquanto uma experiência da absoluta alteridade, do absoluto desnudamento de si

mesmo, de todos os traços que caracterizam um indivíduo particular e estratificado. Assim o artista descobriria uma multidão que o constitui. O devir, segundo Deleuze (2003b), é um fenómeno que pertence ao mundo dos afetos, onde uma vida se manifesta como vida imanente e liberta das amarras subjetivas, uma vida independente das vivências pessoais.

Para Deleuze, o pensamento tem um funcionamento pela transbordância, pela intersecção, pela simbiose; escapa a uma organização segundo a imagem-árvore, ultrapassa a dualidade. Como na “Vênus Anadiomene” em que Rimbaud se torna o regente de uma obra concebida como “movimento, ato voluntário e suscetível aos obstáculos da caminhada”. Espaço este, também presente em Doreen, que ressalta o espaço aberto ao movimento, como dimensão da multiplicidade e da diferença.

Vênus Anadiomene

Qual de um verde caixão de zinco, uma cabeça
Morena de mulher, cabelos emplastados,
Surge de uma banheira antiga, vaga e avessa,
Com déficits que estão a custo retocados.

Brota após grossa e gorda a nuca, as omoplatas
Anchas; o dorso curto ora sobe ora desce;
Depois a redondez do lombo é que aparece;
A banha sob a carne espraia em placas chatas;

A espinha é um tanto rósea, e o todo tem um ar
Horrendo estranhamente; há, no mais, que notar
Pormenores que são de examinar-se à lupa...

Nas nádegas gravou dois nomes: Clara Vênus;
- E o corpo inteiro agita e estende a ampla garupa
Com a bela hediondez de uma úlcera no ânus.

A opção do poeta por coroar a Vênus como uma espécie de “regente da grande arquitetura espiritual” criaria as bases materializáveis da elevação de toda a humanidade a um “imenso amor” dessa forma, ele tornaria o mito animado em função de um corpo, não como resquício de um parnasianismo, mas como forma de dialogar

com a “estética hegemônica” (VASCONCELOS, 2000, p. 61) e promover uma espécie de poesia claramente subalterna (BARBOSA, 2010).

Rimbaud parte de um mito hegemônico (Vênus) para aludir o selvagem da condição terrena (lombo, banha, carne). A deusa Vênus se desdobra em outras entidades renovando a beleza aos apelos da carne e se transmutando no corpo, tal qual o espaço de Doreen se abre a múltiplas possibilidades de imaginações espaciais.

Em Rimbaud, a Vênus mulher, Vênus deusa, Vênus carne e são um só corpo ambivalente, sem se descartar as suas diferenças, valoriza-se os aspectos positivos de cada um de seus princípios. Eis o ponto chave do conceito de copertencimento que extraio em Rimbaud: não se trata apenas de se relacionar com a diferença, mas em experimentá-la, experienciar a partir dela, viver com e com-viver.

O Esquema (Figura 1) foi criado como forma de sistematizar as ideias até aqui expostas:

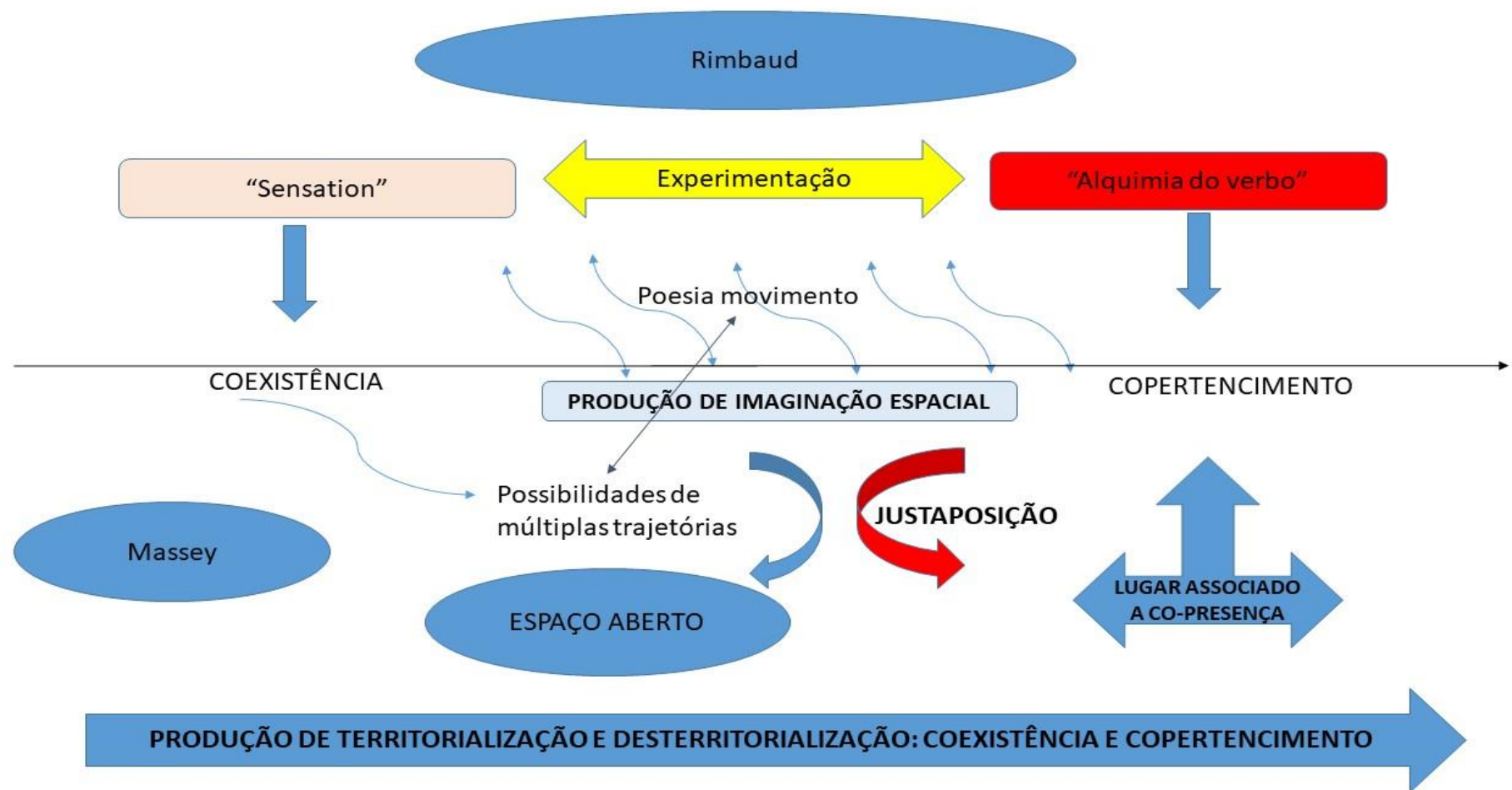


FIGURA 1 – Relação conceitual entre Rimbaud e Massey

Partindo das poesias de Rimbaud, e em especial *Sensation* e *Alquimia do Verbo* a partir de uma experimentação poética, que considera a poesia enquanto movimento, e seu efeito produzido na própria relação entre o leitor e a poesia em si, extraio os conceitos de coexistência e copertencimento.

Considerando a poesia como produtora de imaginação espacial, os conceitos dela extraídos engendram possibilidades de múltiplas trajetórias e justaposições (MASSEY, 2008) em sua constituição. Dessa forma, a coexistência em contexto que a diferença se encontra positivada, produz a possibilidade de lugares associados a co-presença. Ou seja, a partilha dos afetos²¹; a coexistência em devir, de forma “que o devir funcione sempre a dois, que aquilo que se devém devesse tanto quanto aquele que devém, é isso que faz um bloco, essencialmente móvel, jamais em equilíbrio” (Deleuze, 1996, p.117).

Trata-se de um movimento de dupla captura, uma coexistência de supera a alteridade efetuando sobre ela a dobra (justaposição) sobre o eu que copertence a si e ao outro, produzindo territorialização e desterritorialização ao conjugar coexistência e copertencimento: produzindo alteridade e familiaridade, afetos e tensões, velocidades e intensidades. Produzindo humanos e trajetórias, devires singulares e autênticos. Deleuze percebe na literatura um lugar privilegiado para se pensar a diferença e a repetição, a literatura seria o campo da simultaneidade, da coexistência do idêntico, ou daquilo que se projeta na diferença, também, da repetição observada que funcionaria como um fio condutor da vida das personagens, sua forma de sentir e comportamento.

Segundo Deleuze, a filosofia estaria atrasada em relação à literatura, uma vez que a primeira caminhará no sentido de valorar o pensamento sem conjectura, e a segunda se esforçará na busca de sentidos novos, tão válidos quanto não encontrados, traçando teias e sempre se abrindo aos possíveis (DELEUZE, 2006). A Filosofia recusaria a *doxa* enquanto que a Literatura por não a descartar, permite-a ser o amplo espaço da sensibilidade, necessária ao sujeito pensante, e segundo a

²¹ Afecção remete a um estado do corpo afetado e implica a presença do corpo afetante, ao passo que o afeto remete à transição de um estado a outro, tendo em conta variação correlativa dos corpos afetantes (DELEUZE, 2002, p. 56)

qual este é capaz de se mostrar e dizer se si, bem como, procurar saber sobre si.

Como atestaria Deleuze, a dissolução se dá na “imagem de um pensamento que pressupõe a si próprio, gênese do ato de pensar no próprio pensamento.” (DELEUZE, 2006, p. 203), já a literatura seria o espaço aberto do pensamento, impossível de ser capturado de forma unidirecional.

O pensamento de Rimbaud em virtude de sua rica geografia composta por aliteraões, sinestésias e uma profunda descrição de lugares, sentimentos, povos, a vida operária, entre outros temas de sua constelação de imagens poéticas, tornou possível profundas reflexões teóricas que me instigaram a propor novos olhares sobre conceitos firmados e ou muito debatidos cientificamente, na atualidade.

Dessa forma, parto da poética geográfica de Rimbaud para estudar os fenômenos da contemporaneidade, coexistentes com influências modernas de pensamento social e espacial. Rimbaud inspira o pensar o descompasso das políticas públicas que visam sanar injustiças sociais e acabam por promover injustiças espaciais. Essas injustiças resultantes da divisão do espaço geográfico - proliferam-se em prol de uma ideia de democracia que não conjuga reconhecimento e diferença, e não são capazes de fornecer a essa última positividade estruturante na constituição dos espaços sociais.

Na crítica veemente à racionalidade em Rimbaud, é possível visualizar a luta, atual, contra a racionalidade capitalista, que insiste em não dissociar o político do econômico promovendo uma antidemocracia (BRAWLEY, 2009).

1.2 O CONCEITO NO CAMPO: UM CASO DE INJUSTIÇA ESPACIAL

Para vislumbrar os efeitos da construção das relações de coexistência e copertencimento, promovo como exercício de campo, o estudo de duas residências

terapêuticas^{22 23}, localizadas no município de Cariacica, e que exemplificam bem a realidade das RTs capixabas, por se tratar de uma das residências mais antigas e outra, das mais recentes, que passaram a abrigar os moradores do último Hospital Psiquiátrico a ser fechado (Santa Isabel).

Essas residências como parte do pacote de projetos que visam a desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos em resposta a demandas da luta antimanicomial²⁴ que se iniciou ao final da década de 1970. Funcionam como moradias ou casas inseridas preferencialmente na comunidade, destinadas a cuidar de pessoas com algum sofrimento psíquico e que estiveram internadas por longo

²² As residências terapêuticas constituem-se como alternativas de moradia para um grande contingente de pessoas que estão internadas há anos em hospitais psiquiátricos por não contarem com suporte adequado na comunidade, as mesmas foram criadas dentro da lógica da desinstitucionalização efetiva e reintegração das pessoas com transtornos mentais graves à sociedade. Juntamente com o programa do Sistema Único de Saúde- SUS; “De volta para a casa” e o “Programa de reestruturação dos Hospitais Psiquiátricos e do serviço Residencial Terapêutico, as residências Terapêuticas foram criadas para servir de apoio a usuários de outros serviços de saúde mental, que não contem com suporte familiar e social suficientes para garantir espaço adequado de moradia. (Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Residências terapêuticas: o que são, para que servem / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004 Disponível in: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>

²³ Em 2012, surgem as Residências Terapêuticas, devido ao processo de descentralização e repasse da gestão dessas casas às ONGs e Fundações. “A proposta de implantação de Residências Inclusivas está em sintonia com as metas previstas no Plano Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite – Eixo Inclusão, lançado pela Presidenta da República Dilma Rousseff, em 17 de novembro de 2011[...]A Residência Inclusiva é uma unidade que oferta Serviço de Acolhimento Institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, conforme estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Tratam-se de residências adaptadas, com estrutura física adequada, localizadas em áreas residenciais na comunidade. Devem dispor de equipe especializada e metodologia adequada para prestar atendimento personalizado e qualificado, proporcionando cuidado e atenção às necessidades individuais e coletivas. [...]A partir da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, a Política Nacional de Assistência Social passou a reconhecer no rol das ofertas afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência ofertado em Residências Inclusivas, compondo as ofertas de serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade”. (Disponível em; <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/servicos-de-alta-complexidade/servicos-de-acolhimento-institucional-em-residencia-inclusiva>. Acessado em 11 de setembro de 2015). Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, em situação de dependência, em Residência Inclusiva, foram definidos conforme pactuação na CIT de 11 de abril de 2012, Resolução CNAS nº 11, de 24 de abril de 2012, Portaria nº 140, de 28 de junho de 2012, Portaria Interministerial nº 03 de 21 de setembro de 2012 que regulamenta a parceria entre SUS e SUAS na Residência Inclusiva, Resolução CIT nº 3 de 07 de março de 2013 e Resolução CNAS nº 06 de 13 de março de 2013.

²⁴ Luta dos Movimentos Sociais pela Reforma psiquiátrica Brasileira. Ver AMARANTE, P. Franco Basaglia: novas histórias para a desinstitucionalização. In: O Homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996; AMARANTE, P. Loucura, Cultura e Subjetividade. Conceitos e Estratégias, Percursos e Atores da Reforma Psiquiátrica Brasileira. In: FLEURY, S (org). Saúde e Democracia. A Luta do CEBES. Pp. 163-185, Rio de Janeiro: Lemos Editorial, 1997 e também BARROS, D. D. Cidadania versus periculosidade social: a desinstitucionalização como desconstrução do saber. In: AMARANTE, P. (org). Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

período em hospitais psiquiátricos, não possuindo laços sociais e vínculos familiares.

O Ministério da Saúde introduziu este serviço/residência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2000, com a Portaria nº 106/20001, atualizada pela Portaria 3090/2012. A denominação híbrida serviço/residência tem como objetivo reforçar o fato de que se trata de uma resposta à demanda por moradia dos usuários em sofrimento ou transtorno psíquico, por um modelo diferenciado de serviço no SUS.

Porém, na realidade, nesta denominação estão sobrepostas duas dimensões: o *morar-casa* como uma proposta de construção de laços sociais, familiares e subjetivos, e o *morar-serviço* porque ali circulam funcionários e diferentes instrumentos administrativos de um serviço de saúde.

Optei por chamar apenas de Residência, para reforçar o sentimento de moradia, e não de serviço. Entretanto, nessas residências trabalham cuidadores que possuem o nível médio completo e uma supervisão técnica (que pode ser um funcionário do Centro de Atenção Psicossocial-CAPS ou uma contratação à parte da equipe do CAPS), mas que conforme observei durante as visitas, não possuem capacitação/formação suficientes para promover de fato a reabilitação psicossocial da qual necessitam os moradores.

Atualmente existem poucos estudos sobre as RTs, em virtude da dificuldade da resistência da gestão das RTs, por parte da OCIP (Organização Civil de Interesse Público) Invisa, sua atual administradora. Moreira (2007) realizou sua pesquisa de doutorado no município de Cariacica com residências que foram instaladas em 2006, no entanto, naquela época as residências tinham outro formato e outra proposta mais alinhada com a reforma psiquiátrica italiana.

O seu controle era exercido diretamente pelo poder público e a Universidade Federal do Espírito Santo contava com projetos de oficinas de convivência, passeios, e pesquisas realizadas pelos alunos do curso de psicologia, em projetos de extensão universitárias inspirados na experiência de desinstitucionalização italiana desenvolvida por Basaglia (1982, 1985), que a experimentação de novos espaços

para intermediar possíveis encontros entre os cidadãos e os sujeitos em sofrimento psíquico.

O estudo mais recente encontrado sobre o tema das RTs no Estado do Espírito Santo, foi o trabalho de Ribeiro Neto (2015). Em sua Tese de Doutorado em psicologia, buscou analisar as relações intergrupais no contexto da convivência com Residências Terapêuticas (RTs) por meio de perspectiva etnográfica com entrevistas e observações de campo, com objetivo de compreender as concepções de habitantes de um bairro que receberam três RTs sobre a convivência com estes dispositivos e a interação com os moradores nos espaços públicos.

A pesquisa de Neto (2015) foi a última desde a mudança em relação ao repasse da administração dessas Residências à Invisa. De lá para cá, não encontrei estudos que tivessem campo dentro das residências. Motivo pelo qual, também o meu campo, foi realizado com aval da Secretaria de Estado e Saúde (SESA) através do CAPS, e juntamente com a equipe responsável pelo atendimento aos moradores, realizei meu campo nas RTs, uma vez que a INVISA não respondeu nem mesmo ao envio do meu projeto, em 2015.

Esse programa tem sofrido muitas dificuldades para a sua efetivação em território nacional, desde a sua criação, em virtude principalmente das resistências das comunidades vizinhas, o que pode ser evidenciado nas recusas em alugar imóveis, abaixo assinados para a retirada das RTs e por diversas atitudes de preconceito e rejeição por parte dos moradores (RIBEIRO NETO, 2014; MOREIRA, 2007). Essa rejeição, que culminou no estabelecimento dessas residências em locais periféricos, longe dos equipamentos sociais, o que dificultou ainda mais a efetiva justiça social e espacial aos ex-internos dos hospitais psiquiátricos no Espírito Santo.

Dessa forma, além de estudar a configuração espacial dessas Residências, e sua distribuição nos bairros da Grande Vitória, utilizo-me da pesquisa de campo etnográfica e realizo entrevistas procurando analisar e sentir o funcionamento de duas Residências localizadas em locais periféricos do município de Cariacica.

Essa proposta visa reconhecer a efetividade desses ambientes como forma de avaliar as complexas relações que se estabelecem entre os moradores dessas residências e suas vizinhanças, e os processos de diferenciação decorrentes dessas relações e da associação desses indivíduos à loucura, bem como as permanências das injustiças sócio-espaciais e a constituição ou não, de processos de coexistência e copertencimento por parte dos moradores na constituição de seus espaços de convivência. Por isso, o recurso à poética do espaço de Rimbaud, e sua relação com a experimentação e a produção de imagens poéticas sempre em devir.

Os conceitos que encontro em Rimbaud são tomados emprestados para ressignificar essa justiça, e interpretar contextos onde a diferença encontra-se positivada como potência criadora de mundos. Minha intenção aqui, não é contestar o conceito de justiça celebrado hoje, mas de propor novos olhares que definam o homem não em relação ao o que ele é, mas a partir do que pode ser, de seu devir, seu vir a ser, tomando como objeto de estudo as RTs.

Apresento aqui uma justiça que supere o binarismo justo X injusto, a exemplo do que expõe Nietzsche nas críticas que este faz em *A Genealogia da Moral* (NIETZSCHE, 2009), e enfatizo a necessidade de se pensar a justiça sem a existência de um momento inicial em que se definem as premissas sob as quais serão constituídas as instituições, como ocorre na equidade de Rawls (2003), a justiça para o filósofo alemão estaria relacionada à uma sociedade de indivíduos poderosos que aceitariam regras de cooperação, o que não deveria estar relacionado à moral, e sim à prudência, gratidão e vingança, afastando-se da culpa e do julgamento:

Para o filósofo alemão, em todos os tempos, o direito sempre esteve ligado aos fortes e poderosos como impositores da lei e, a partir disso, do que é justo e injusto. Não existe justo e m si, mas tão somente e m relação a uma lei estabelecida (AZEREDO, 2000, p. 116).

A ideia de justiça se aproxima de uma “boa vontade”, trata-se de uma prática relacional:

Comprar e vender, juntamente com seu aparato psicológico, são mais velhos inclusive do que os começos de qualquer forma de organização social ou

aliança: foi apenas a partir da forma mais rudimentar de direito pessoal que o germinante sentimento de troca, contrato, débito, direito, obrigação, compensação, foi transposto para os mais toscos e incipientes complexos sociais (em sua relação com os complexos semelhantes), simultaneamente ao hábito de comparar, medir, calcular um poder e outro.[...] logo chegou-se à grande generalização: “cada coisa tem seu preço; tudo pode ser pago” – o mais velho e ingênuo cânon moral da justiça, o começo de toda “bondade”, toda “equidade”, toda “boa vontade”, toda “objetividade” que existe na terra. Nesse primeiro estágio, justiça é a boa vontade, entre homens de poder aproximadamente igual, de acomodar-se entre si, de “entender-se mediante um compromisso e, com relação aos de menor poder, forçá-los a um compromisso entre si (NIETZSCHE, 2009, p.55).

Dessa forma, parto de uma abordagem genealógica de justiça que superaria uma visão metafísica e moral, bem como o binarismo: bom e mal, e se apresenta enquanto fruto de um processo sócio histórico que se constitui nas relações entre os homens e demarca os mecanismos propulsores de transformação social.

Ao empreender suas reflexões a partir de uma história dos valores, Nietzsche foca o conceito em seu sentido e surgimento, mostrando que o bem e o mal, bem como o certo e o errado, o justo e o injusto seriam criações humanas e necessariamente deveriam ser historicizados. O autor coloca as decisões, e ações humanas no centro da discussão, deslocando a moral de uma metafísica baseada em definições absolutas a partir de valores pré-definidos.

O juízo de ‘bom’ não provém daqueles aos quais se fez o ‘bem’! Foram os ‘bons’ mesmo, isto é, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo o que era baixo, e vulgar e plebeu. Desse pathos da distância é que eles tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes para os valores: que lhes importava a utilidade! (NIETZSCHE, 2009, p. 19).

O conceito de justiça de Nietzsche atravessa às ciências sociais como a antropologia, a psicologia, a geografia e a sociologia, ao propor pensar os valores a partir de uma perspectiva genealógica, que rompe com um ponto de origem (gênese

primordial). O filósofo a partir de suas reflexões históricas e críticas, olha para o conceito de justiça abrindo-o à várias gêneses, considerando sua historicidade e a dinâmica cultural que levou ao surgimento desse conceito.

Em Nietzsche a justiça está relacionada à vida social, na qual a noção de direito, nasce e deriva de conceitos como: troca, contrato, débito e obrigação (NIETZSCHE, 2009), o que também afasta a ideia de justiça de uma noção de fatos, para uma interpretação de fatos. As pretensões de objetividade ao definir justiça, assim como ocorre na Teoria de Rawls, são dissolvidas por Nietzsche.

Em Rawls a justiça é tida como equidade, partindo de um neocontratualismo (BITTAR, 2001) e da premissa de uma posição original de igualdade que corresponderia ao estado de natureza expressando uma teoria tradicional do contrato social. Rawls parte também da premissa de que os sujeitos, pessoas racionais e livres, se comprometeriam na cooperação social atribuindo-se direitos e deveres para a coletividade. Mas e os indivíduos não racionais? E os nossos doidos, da “casa dos doidos”²⁵?

O autor afirma que:

Como cada pessoa deve decidir com o uso da razão o que constitui o seu bem, isto é, o sistema de finalidades que, de acordo com sua razão, ela deve buscar. Assim, um grupo de pessoas deve decidir de uma vez por todas tudo aquilo que entre elas se deve considerar justo e injusto. A escolha que homens racionais fariam nessa situação hipotética de liberdade equitativa, pressupondo por ora que esse problema de escolha ter uma solução, determina os princípios da justiça (RAWLS, 2000, p. 13).

Mas podem os racionais decidirem também pela emoção? Ou mais profundamente ainda, quem é esse homem “racional”? Não seríamos razão e emoção? Mesmo compreendendo se tratar de um sistema hipotético, e apenas

²⁵ Uso os termos “doidos”, “casa dos doidos”, e “louco” parafraseando os sujeitos entrevistados, e destacando a forma usual de se referir aos sujeitos pesquisados. Devo destacar que o termo ideal é pessoa em sofrimento psíquico, ou pessoa com transtorno mental grave.

arquetípico, Rawls reconhece as dificuldades práticas de se definir o justo:

Os princípios da justiça são escolhidos sob um véu de ignorância. Isso garante que ninguém é favorecido ou desfavorecido na escolha dos princípios pelo resultado do acaso natural ou pela contingência de circunstâncias sociais, uma vez que todos estão numa situação semelhante e ninguém pode designar princípios para favorecer sua condição particular, os princípios da justiça são o resultado de um consenso ou ajuste equitativo (Rawls, 2000, p. 13).

Por outro lado, devo pensar: será possível um consenso entre a razão e a emoção? Existe consenso entre os “normais” e os “anormais”²⁶ ? E indo mais além, não seria o monopólio da razão uma ilusão? E se acordássemos na Matrix²⁷ e descobríssemos que a razão não é nada para além da indução de hormônios que ocasionam um efeito específico em nosso cérebro?

Devaneios à parte, o convite que faço neste estudo é: por que não, descentramos as coisas a partir da razão e pensarmos na emoção? Por que não partimos, assim como nos ensina Rimbaud, dos sentidos? Não mais a partir de uma razão cartesiana que se permite instrumentalizar em prol dos interesses dos indivíduos e de uma pretensa coletividade, que não abarca a diferença e a desrazão, ou razão inconsciente. Afinal, toda a nossa experimentação dos espaços, é afetiva! Sendo assim, me arisco dizer que esta tese parte de um exercício de reconhecimento da geograficidade dos afetos.

Bachelard (2008), Rancière (1995; 1994; 2005) na filosofia, a partir de uma reivindicação filosófica dos sentidos, Favret-Saada (1977; 2005) na antropologia, e

²⁶ Ao usar o termo “anormais” faço propositadamente referência a FOUCAULT em: FOUCAULT, M. Os Anormais. Curso no *Collège de France* (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002. E sua a medicina e o procedimento de classificação do que seria normal e o que seria anormal, ou patológico, que se inicia em FOUCAULT, Michel. História da loucura na idade clássica. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997, e é sagazmente sintetizada em: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, e também em FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. 3. ed. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau, 2002, onde o autor critica o poder de nomear e classificar o mundo, das ciências e em especial do Direito.

²⁷ Refiro-me ao filme “The Matrix (Matrix), Direção e roteiro: Andy Wachowski e Larry Wachowski, produção Joel Silver, Distribuição: Warner Bros. EUA, 1999”.

Massey (2008; 2012) e Marandola Júnior (2009;2010) na geografia, promovem esse movimento em seus campos, e reconhecem na arte, na literatura, no conhecimento popular importantes fontes para se fazer ciência na contemporaneidade.

A equidade de Rawls pressupõe uma situação inicial de liberdade e igualdade entre os indivíduos, mas e a diferença? É possível a cooperação entre homens diferentes? Rimbaud nos aponta que sim, se existir a coexistência e o copertencimento entre esses homens, se superarmos uma moral-burguesa. Acredito que o campo, na casa dos doidos me ajude a pensar essas questões.

Segundo Lefebvre (1970), o direito à diferença é fundador dos demais direitos, e entre eles, é preciso situar o direito à cidade e recolocá-lo como o direito que o cidadão e morador da cidade têm de que suas diferenças sejam socialmente aceitas como legítimas.

Isso não implica dizer que essas diferenças devam necessariamente agradar a todos, mas devem ser reconhecidas e toleradas. Dessa forma, a diferença enquanto positividade está contida numa certa aceção de Lefebvre (2006), logo a coexistência e o copertencimento (propostas dessa tese) para além de gerar tolerância regaria convivência entre diferentes, em condições de igualdade que abarcasse a diferença enquanto positividade, com vistas à realização de uma justiça espacial, como propõe Soja (2009, 2010).

Soja defende também a necessidade de desenvolver o conceito de justiça espacial - não em alternativa, mas em complemento, aos de justiça ambiental e justiça social - praticamente ausente da literatura anterior ao século XXI. Soja afirma que *“Mon objectif est clair: stimuler de nouvelles façons de penser et agir pour changer les géographies injustes dans lesquelles nous vivons”*²⁸ (SOJA, 2010, p. 5)

Soja aponta ainda que:

²⁸ Meu objetivo é claro: estimular novas formas de pensamento e agindo para mudar as geografias injustas em que tivemos (minha tradução).

Que la spatialité de la justice ou de la injustice (combinant la justice et l'injustice en un mot) affecte la société et la vie sociale, tout autant que les processus sociaux façonnent la spatialité ou géographie spécifique sur (in) justice (SOJA, 2010, p.5)²⁹.

O autor acredita que atividade humana no território, em determinado tempo histórico e conjuntura social, produz necessariamente situações de injustiça social, geografias de exclusão (decorrentes da hierarquia de lugares e de centralidades, das redes de acessibilidades a estes lugares, do investimento ou falta de investimento público na qualidade dos espaços, entre outros).

Posto isto, temos o fracasso de grande parte dos princípios do urbanismo e planejamento territorial da segunda metade do século XXI, que pretendiam assegurar igualdade de acesso às necessidades básicas de habitação, educação, emprego, e que transformam o termo justiça espacial não só num conceito teórico para a análise do território, mas também em um objetivo político e estratégico, na medida em que persegue a correção da injustiça territorial (SOJA, 2009).

Em outra obra, Soja (2009, p. 3) enfatiza que a causalidade espacial da justiça e da injustiça “estão incorporadas na espacialidade, nas geografias multiescalares em que vivemos, do espaço do corpo ao doméstico, passando pelo das cidades, regiões e Estado-nação, até a escala global”, em que destaca-se a máxima de que “o espacial molda o social tanto quanto o social molda o espacial” (Soja, 2009, p. 3). Segundo o autor, essa relação designaria a sua “dialética socioespacial”.

Soja (2009, p. 4) afirma que “a organização política do espaço é uma fonte particularmente poderosa de injustiça espacial”, exemplificando com a reconfiguração de circunscrições eleitorais por conveniência de resultados, a localização dos investimentos urbanos, o *apartheid* territorial, a segregação residencial institucionalizada ou a criação de estruturas espaciais de privilégio centro-periferia da

²⁹ Que a espacialidade da justiça ou da injustiça (combinando a justiça e a injustiça em si) afetam a sociedade e a vida social, tanto quanto os processos sociais desenham espacialidades e uma geografia específica das injustiça (minha tradução).

escala local à global.

Isso leva à necessidade de uma justiça espacial focada no direito e no respeito à diferença, que permita repolitizar a discussão sobre as desigualdades, estruturalmente crônicas no Brasil, e recuperar as práticas de solidariedade, conforme defende Brawley (2009). E conduz a reflexões sobre como pensar políticas compensatórias capazes de resgatar a cidade como lugar de direito à manifestação da diferença? Como garantir este direito sem que a diferença se torne causa de desigualdade? Questões essas, que procuro verificar em meu campo, nas RTs, trazendo novas discussões sobre o conceito de justiça social tão amplamente debatido na Geografia contemporânea.

A despeito do lapso temporal entre Rimbaud e a contemporaneidade, não seriam os moradores da casa dos doidos³⁰ ainda um lugar encantado como o espaço-tempo de Rimbaud? Não será nesse espaço-território que a reterritorialização, como coexistência e copertencimento, se realizam? Lá, razão e sensibilidade, ciência e magia, homem e natureza se reconciliam, coexistem, co-pertencem e Rimbaud nos revela, enigmaticamente, essas condições de possibilidades com sua vida e sua arte? Seria Rimbaud um militante por uma justiça espacial e social?

Essas são as questões que me proponho a debater em minha tese, posteriormente, discutirei, a partir dos resultados de minha pesquisa de campo, a distribuição espacial dessas residências bem como sua complexa assimilação por parte da vizinhança.

A questão colocada nesta tese procurou verificar se a perspectiva a qual proponho, do conceito de justiça espacial considerando a necessidade do copertencimento e da coexistência, seria capaz de fornecer elementos na direção da promoção da justiça espacial e social.

No caso de estudo concreto, das residências, procuro responder as questões: ocorre a promoção de uma coexistência em relação aos moradores e sua vizinhança?

³⁰ Forma como os moradores da vizinhança se referem às residências terapêuticas.

E desses entre si? Essas relações são capazes de produzir condições de justiça espacial?

Respondendo a essas questões encaminho este trabalho certa de estar contribuindo para a promoção de reflexões acerca de um conceito tão importante à Geografia. Lançando mão de uma poética do espaço para se produzir as reflexões epistemológicas que orientarão minha proposta de reposicionamento do conceito de justiça espacial, meu objetivo é vislumbrar o caso concreto das RTs como laboratório para se pensar questões globais.

Essas questões destinam-se a refletir sobre como as políticas neoliberais constroem seus registros espaciais produzindo injustiças espaciais, a partir da efetivação de uma nova forma política, que retira a responsabilidade do Estado e a coloca sobre os indivíduos, através da defesa de uma democracia que é em sua gênese antidemocrática, e de um ideal neoconservacionista (BRAWLEY, 2009).

Efeitos similares a este, estão sendo amplamente discutidos hoje, pelos líderes mundiais e também na comunidade acadêmica, em virtude da questão que se coloca emergente: dos movimentos migratórios produzidos por profundas crises em seus países de origem. A exemplo da imigração dos sírios para os países europeus e os venezuelanos para o Brasil.

E essas populações ficam destinados os *guetos*, os subúrbios: os lugares sub-humanos que o capitalismo dispensa, áreas consideradas refugio do sistema, que não cessa em produzir e reproduzir desigualdades, como bem percebia Lefebvre: “a extensão da cidade produziu o subúrbio, e depois o subúrbio engoliu o núcleo urbano” (LEFEBVRE, 2006a, p.87).

Para autores como Soja (2009) e Brawley (2009) o conceito de justiça espacial seria fundamental não apenas para produzir teorias e análise empíricas, mas também por permitir ações sociais e políticas embasadas espacialmente. Para Brawley o papel da justiça espacial estaria principalmente em propor uma contra-racionalidade à lógica do neoliberalismo.

Edward Soja (1993, p.192) enxerga neste processo uma tática de reestruturação capitalista, na medida em que a “crescente reestruturação tecnológica setorial não eliminou a exploração do desenvolvimento desigual como fonte de manutenção dos superlucros. Tampouco reduziu a importância política e econômica da espacialidade da vida social” o que fez foi promover uma fragmentação nas cidades, ou ainda as formações que separam as cidades em áreas periféricas e áreas centrais, ou simples “guetificação”³¹.

Processos estes, facilmente identificáveis em meu contexto de estudo de caso, a partir das resistências dos indivíduos ao estabelecimento das RTs, através da recusa em alugar os imóveis, da reunião de moradores para elaborar abaixo assinados, visando à desinstalação dessas residências, e mesmo o uso de termos negativos/pejorativos para se referir as RTs: casa dos doidos, relatos de insegurança, entre outras formas explícitas de demarcação entre os de fora (moradores das RTs) e os moradores locais. A exemplo de uma fala de um vizinho entrevistado, sobre terem recebido a residência em seu bairro:

Nós não recebemos [...] quando você vai receber alguém, alguém nos avisa, mas as casas terapêuticas elas surgem. Quem vai saber é o dono da casa e a Secretaria de Saúde, não tem conversa com a vizinhança, isso é um absurdo, não veio aqui para conversar com ninguém. Até quando fizemos a reclamação, tivemos que ligar para o Rio de Janeiro (Vizinho da residência de Oriente).

Partindo da poética espacial de Rimbaud enquanto um pensamento de potência e devires³² temporais e espaciais, tenho por objetivo propor um reposicionamento do conceito de justiça espacial conjugada à justiça social, a partir de um novo olhar que leve em conta os conceitos de coexistência e copertencimento como orientadores da promoção dessa justiça.

³¹ Refiro-me à “guetificação” num sentido amplo de se “empurrar” populações para áreas periféricas, da mesma forma que essas são excluídas de direitos sociais, a exemplo das Rts.

³² Refiro-me aqui ao conceito de devir em Deleuze: “devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo. Esse princípio de proximidade ou de aproximação é inteiramente particular, e não reintroduz analogia alguma. Ele indica o mais rigorosamente possível uma zona de vizinhança ou de co-presença de uma partícula quando entra nessa zona” (DELEUZE, 1996b, p.64).

E ao instrumentalizar, a partir dessa nova proposta conceitual, o estudo de caso (etnográfico) das residências terapêuticas (RTs), foi possível reconhecer a efetividade desses ambientes como forma de avaliar as complexas relações que se estabelecem entre os moradores dessas residências e suas vizinhanças, e os processos de diferenciação decorrentes dessas relações e da associação desses indivíduos à loucura bem como as permanências das injustiças sócio-espaciais e a constituição ou não de processos de coexistência e copertencimento, por parte dos moradores, na constituição de seus espaços de convivência.

Partindo da poética de Rimbaud para estudar os fenômenos da contemporaneidade, coexistentes com influências modernas de pensamento social e espacial, pude identificar o descompasso das políticas públicas que visam sanar injustiças sociais e acabam por promover injustiças espaciais.

Essas injustiças resultantes da divisão do espaço político proliferam-se em prol de uma ideia de democracia que não conjuga reconhecimento e diferença, e não é capaz de fornecer a essa última positividade constitutiva na constituição dos espaços sociais

1.3 O ENAMORAMENTO DA GEOGRAFIA COM A LITERATURA

A Geografia há muito tempo tem estreitado suas relações com a Literatura e este movimento ganhou ainda mais força a partir de 1970 com os estudos humanistas, atingindo um momento extremamente fértil nos anos de 1990 com a renovação da geografia cultural (BROUSSEAU, 1996).

Estudos como os realizados por Lima (2000), Monteiro (2002), Marandola Júnior (2005; 2007; 2009) são referências importantes para esse campo de pesquisa dentro da Geografia, no Brasil.

Os estudos de obras literárias sob perspectivas geográficas não são recentes, e remontam os anos de 1940, em que já emergiam ideias de resgatar aspectos

geográficos em romances, poesias, contos e crônicas. Claval (1999, p.55) reconhece a literatura como documentos:

O romance torna-se algumas vezes um documento: a intuição sutil dos romancistas nos ajuda a perceber a região pelos olhos dos personagens e através de suas emoções. Os trabalhos sobre o sentido dos lugares e sobre aquilo que a literatura ensina a este respeito são numerosos no mundo anglo-saxão desde o início dos anos 1970.

Em Lima (2000) assistimos a captura do aspecto geográfico na literatura regional pelo prisma de espaço vivido. Para esta autora, através das obras de cunho regionalista, seria possível analisar a situação de um dado momento histórico, como quem analisa um quadro, mediante a percepção e a memória do escritor. Impressões, observações dos lugares em que viveu ou simplesmente, atravessou enquanto viajante, se aproximariam da noção de espaço vivido (LIMA, 2000, p.26).

Importantes geógrafos têm se debruçado sobre obras literárias para compreender regiões, lugares e paisagens. Os geógrafos humanistas, por exemplo, privilegiaram o romance de forma a possibilitar “um encontro entre o mundo objetivo e a subjetividade humana” (BROSSEAU, 1996, p.33).

Sobre dos primeiros estudos em romances e não na prosa, poesia e a lírica, Lafaille (1989, p.118, tradução minha) irá destacar a limitação fazendo uma severa crítica à forma como a geografia vê o texto literário enquanto um catálogo de imagens:

Submetida a preconceitos humanistas e românticos, a geografia não vê no texto literário mais que um reservatório de imagens geográficas. Semelhante abordagem impõe sérios limites à análise literária em geografia; ela impede, no mínimo, toda relação com o texto poético moderno. A partir das Iluminações, de Rimbaud, primeira manifestação do *nonsense* na literatura ocidental, ficou comprovado que o que é essencial nesta poesia não é a experiência original da cidade que ela apresenta, mas a transformação radical da função textual que ela opera. Consequentemente, o geógrafo é levado a questionar sua relação com os textos [...]. À parte poucas exceções, os geógrafos confundem a literatura com um meio de informação, com um catálogo de paisagens geográficas, com um documento capaz de esclarecer

as atitudes e os valores dos homens e mulheres que habitam o mundo, em suma a literatura é tratada como uma fonte de dados.

Mas se a proposta inicial era a identificação de elementos reais nas descrições de paisagens e dos lugares na ficção, na atualidade, o entrelaçamento entre a Literatura e a Geografia tem produzido reconstruções epistemológicas (MARANDOLA JÚNIOR, 2007) completamente novas, abrindo um campo de novas possibilidades a partir do estudo da espacialidade enquanto geograficidades.

Uma das maiores virtudes da literatura é a sua capacidade de ir do particular ao universal, relatando diversos e diferentes saberes, em distintos caminhos, em uma única obra, como explica Marandola Júnior e Oliveira (2010, p.07):

O drama humano, a história de uma cidade, os detalhes de um conflito não se limitam à trama de significados e sentidos que estão encerrados em si próprio. Sua força reside no que aquelas narrativas específicas carregam no sentido universal de seus temas, conflitos e entendimentos.

Essa interface de conhecimento tem levantado em muitos geógrafos o valor da literatura para conhecer e compreender regiões, paisagens ou lugares. Indo mais além, como aponta os referidos autores, esta aproximação da Geografia e da Literatura estabelece um entrelaçamento de saberes que se tecem também pelos fios do entendimento da espacialidade e da geograficidade, enquanto elementos indissociáveis de qualquer narrativa ou manifestação cultural. (MARANDOLA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2009). Como afirmaria Wright (1947, p.09) “esse novo caminho deveria ser objeto de estudo de qualquer geógrafo. O conhecimento geográfico não está nos livros de geografia: está no mundo”³³.

E dos anos de 1990 aos dias atuais os avanços das pesquisas sobre geografia e literatura vem expandindo o universo de análise e reflexões da geografia, Bertrand Westphal (2007), por exemplo, recupera o caráter simbólico da apropriação do espaço trazendo ao primeiro plano de suas análises a sua representação, em “*La géocritique: réel, fiction*”, espace, o autor desconstrói a concepção moderna de que a teoria (texto)

³³ Tradução minha

deveria refletir a realidade, substituindo-a por uma visão relativa e pós-moderna do constructo teórico e, também, da própria noção de realidade: “*Dans ce contexte devenue – ou rendu – mouvant, le rôle des arts qui sont susceptibles d’entretenir avec le monde une relation mimétique revêt une importance nouvelle*”³⁴ (WESTPHAL, 2007, p.13).

Sua tese faz surgir um novo contexto de possibilidades na relação entre geografia e literatura que passa pelo entendimento da ficcionalidade do real em termos teóricos, e uma realização da ficção. Westphal (2007) propõe o conceito de geocritica como forma de dar conta da atualidade da relação entre real e representação no âmbito do saber geográfico contemporâneo.

O autor reconhece um espaço literário abrangente e propício para se ultrapassar as limitações apontadas por Lafaille, aproximando a geografia e a literatura de forma mais densa e conceitual.

Nesse sentido uma aproximação entre a geografia e a literatura, que vise trabalhar a partir da potência desterritorializante da poesia, o aperfeiçoamento de conceitos extremamente fundamentais ao fazer geográfico, como é o caso do conceito de justiça espacial, é um exercício de grande potencial, a ser trilhado na geografia. E que culmina na superação de um perfil conservador racionalista-experimental que segundo Corrêa (1980, p.8) identificaria no pensamento geográfico clássico uma “longa tradição conservadora” que contribuiria para a ofuscação do caráter subjetivo do espaço, pela sobrevalorização da objetividade e empirismo dos conceitos geográficos, que levou o romance a se destacar como objeto de estudos geográficos, e não a poesia ou a prosa poética, como trabalho aqui.

A proposta de minha tese, não avança apenas na tensa relação da geografia com o indivíduo e a subjetividade *versus* uma totalidade social, mas procura avançar na forma como a literatura é encarada, de fonte de imagens à fonte de conceitos.

Parafraseando White (1992, p.169) sobre a função da poética, que seria a de

³⁴ Neste contexto, que se tornou - ou foi feito - móvel, o papel das artes e que estas são suscetíveis a manter uma relação mimética com o mundo, é de nova importância. (tradução minha)

“encontrar palavras vivas com as quais proclamar a integridade da existência”, e me aproximando do sentido bachelardiano de poética, como possibilidade de uma vivência sensível do espaço, a poesia aqui, serve para a extração de conceitos. A relação entre a espaço e a poesia é que um se desdobra no outro.

Uma noção de espaço, ou de uma poética espacial, como um tipo de discurso espacial que intermedia o nosso entendimento do mundo, influenciando o modo como desenvolvemos e praticamos o sentido de lugar, e que se torna extremamente profícuo para pensar a dimensão da mudança, da coexistência, do copertencimento e do reconhecimento do outro na contemporaneidade, e que possui um espaço aberto para se desenvolver no pensamento geográfico.

As geografias assimiladas pelos textos literários, e mais especificamente pela poesia - constituem uma transfiguração de imagens espaciais através de paisagens que se saturam, modificam, reduzindo o tempo-espaço a um instante, numa espécie de metamorfose - capaz de captar a geograficidade dos espaços do ser-homem-no-mundo. “A geografia pode assim exprimir, inscrita no solo e na paisagem, a própria concepção do homem, sua maneira de se encontrar, de se ordenar como ser individual ou coletivo” (DARDEL, 2011, p. 31) o que estaria implícito na acepção positiva da diferença. Entendendo essa diferença, a partir de Deleuze³⁵ (1988), como um princípio constitutivo da natureza, sendo esta diversa da identidade e do contrário da semelhança. Diferença essa, que é a responsável por dissolver toda determinação, toda e qualquer estabilidade num mundo que, apenas na aparência, é sólido e permanente.

³⁵ A filosofia clássica sempre demonstrou ter uma espécie de repulsa por tudo aquilo que se modifica, uma repulsa pelo próprio tempo e pela degradação inevitável que ele acarreta nos seres. Não poderia haver ciência daquilo que está em perpétua transformação – assim Platão rejeita o mundo sensível em prol de uma existência imutável (a do mundo das essências). Para Deleuze, a questão é exatamente poder tornar a diferença objeto do pensamento. Ao invés de colocá-la como algo negativo para o conhecimento, Deleuze (tal como Nietzsche) demonstra que a diferença é o próprio princípio da natureza. Primeiramente estaria o fundo indiferenciado (indeterminado), o fundo caótico – onde todas as coisas encontram-se misturadas e sem qualquer “identidade”. Ao caos acompanharia a ordem, sempre provisória, e que não impediria o homem de sofrer a ação corrosiva e cambiante do tempo. Dessa forma, pensar a diferença faria com que a própria razão ultrapassasse a si mesma, rompendo com o modelo representativo e com a sua estrutura absolutamente lógica. É preciso que, por um esforço sobre-humano, a razão deixe de ter apenas uma função recognitiva (ou seja, a função de conhecer e “re-conhecer” o mundo e as coisas que a cercam) para apreender a diferença, quer dizer, tudo aquilo que foge aos padrões até agora estabelecidos. É a diferença e não a semelhança a “lei” mais profunda da natureza, ela é uma relação, um acontecimento, um incorporal (DELEUZE, 2006).

Segundo Massey (2008; p.22-28), diante dos “fracassos” de leitura/imaginação espacial, hoje, cobra-se uma nova forma de olhar os processos espaciais, com isso, gerindo “uma nova política da espacialidade”. Esta política vai ao encontro de incluir a multiplicidade espacial e temporal que se (re)-produz/constrói/inventa cotidianamente em diversos níveis escalares. O exercício de compreender o espaço como “fruto” das inter-relações e do encontro do múltiplo reforça a afirmação de que ele não se encontra parado no tempo, e sim participa de um contínuo processo, atravessado ainda por diversos discursos de sistematização/representação/invenção da realidade. Ou seja, o espaço da diferença positiva, capaz de produzir condições de justiça a partir da coexistência e do copertencimento de diferentes.

Esses encontros conceituais possibilitam o projeto político deste trabalho, que seguindo a proposta filosófica deleziana: procura caminhar no sentido da produção de reflexões que se contrapõem à ideia da diferença enquanto falta ou negatividade, e produzem uma denúncia das contradições de um sistema econômico-político que subalterniza territórios e subjetividades, por meio de racionalidades estratégicas.

O que fiz até aqui, foi a partir de uma bricolagem inspirada na proposta poética de Rimbaud consoante a um pensamento de potência e devires³⁶ temporais e espaciais, apresentar as imagens espaciais de suas poesias enquanto pensamento nômade.

Essa instrumentalização me permite fazer discussões epistemológicas sobre os conceitos de coexistência e copertencimento, subtraindo de sua poesia uma interação conceitual à partir da geofilosofia de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995;1996;1996;1996b;1997;1988) e promovendo um efeito de desembaraçar, manchar, rasurar os conceitos de copertencimento e coexistência.

Nessa proposta as peças utilizadas no processo de montagem do pensamento, não precisam se ajustar e sim desajustar, pois não se busca aqui uma moral, e sim

³⁶ Lefebvre (2006a, p.24) ao relacionar espaço e espacialidade, cita que “somente Nietzsche manteve o primado do espaço e a problemática da espacialidade: repetição, circularidade, simultaneidade do que aparece diverso no tempo nasce de tempos diversos. No devir, mas contra fluxo do tempo, de toda a forma definida luta para se estabelecer, para se manter, quer ela dependa do físico, do mental, do social.

promover uma reflexão sobre as intensidades³⁷. Ao trabalhar numa perspectiva de um pensamento espacial (poética espacial) pretendo remeter a modos de existência (de onde falo), as imanências, a partir de uma ética que leva em consideração o devir, e não o bem e o dever como valores universais, mas a força e a intensidade, a vontade de potência.

A ética define o humano em sua potência, pelo o que ele é como pelo o que pode ser. Os modos de existência ou maneiras de viver, não necessitam ser hierarquizados por um sistema de julgamentos morais, são critérios imanentes. Estão fora dos valores que empobrecem a vida, o que se pretende promover a partir desta bricolagem é um pensamento extemporâneo, de um tempo por vir, de devir revolucionário, que cria linhas de fuga. Capaz de promover reflexões sobre as relações de convivência em contextos reais.

Ao promover o processo de subtração-constituição, destaco o procedimento filosófico proposto por Deleuze e Guattari, presente em seus livros da década de 1960, e que irá aparecer de modo mais tênue em *O que é a Filosofia* (DELEUZE & GUATTARI, 1992). Embora também nesta última obra, estará presente uma ideia de dois espaços: o espaço da diferença (pensamento sem imagem, ou seja, sem representação, que é ético, ontológico, unívoco e imanente) e o espaço da representação (pensamento que afirma a identidade em detrimento da diferença, seja em arte, filosofia, ou ciência – subordina à diferença à identidade/ espaço da imagem do pensamento que é moral, genealógico, analógico, transcendente e metafísico).

E em se tratando da poesia e as possibilidades que esta abre, a partir de sua habilidade de expressão oral, escrita, interpretação e sua facilidade em formar correlações espaciais e promover assimilação e transmutação de conceitos, através dela podemos ir além da Geografia enquanto ciência.

³⁷ Ou, seja, este trabalho parte dos desajustes, da diversidade, do desencalhe para se promover a junção do pensamento, a bricolagem de ideias conforme nos ensina Deleuze. No autor, o método importa para a realização de um “alfabeto do que significa pensar”, considerando que a “Ideia” não é o elemento do saber, mas de um “aprender” infinito”. Para ter e aprender uma Ideia, a filosofia deve seguir a exigência bergsoniana, que indica a necessidade de formular não conceitos abstratos e gerais (que não concernem a nada em particular e podem aplicar-se a tudo e a seu contrário); mas conceitos precisos, talhados na medida dos objetos singulares, de modo que a filosofia alcance não as condições de toda experiência possível (como em Kant), e sim as condições da experiência real (Deleuze, 2006, p. 295; p. 310; p. 153;).

A arte, de forma geral, propicia o estabelecimento de diversas relações resultantes da produção de espaços geográficos, a partir de sua força/intensidade e não da forma, configurando-se os sabres e fazeres dos homens, ou seja, seus modos de existência e as conexões produzidas durante esse processo.

Parto da compreensão da literatura enquanto espaço. No prefácio do livro *Políticas da escrita* (1995), o filósofo francês Jacques Rancière nos diz que escrever é um ato que não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: “ uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma” (1995, p.7).

A escrita é para ele uma coisa política, não por ser instrumento de poder, mas em virtude de ocupar o sensível, dando sentido a estes lugares ocupados, partilhados, divididos simbolicamente, a partir de uma partilha do sensível (RANCIÈRE, 2005). Uma partilha de atos estéticos, uma fabricação do sensível, enquanto configurações de experiências que induziriam novas formas de subjetividade política.

Essa partilha ofereceria uma divisão entre o que é e o que não é visível, distinguindo assim o que seria da ordem do discurso, ou das condições, ou simples ruídos dos corpos.

A arte não é política em primeiro lugar pelas mensagens e pelos sentimentos que transmite sobre a ordem do mundo. Ela também não é política pelo seu modo de representar as estruturas da sociedade, os conflitos ou as identidades dos grupos sociais. Ela é política pela distância que toma em relação a essas funções, pelo tipo de tempo e de espaço que institui, pelo modo como recorta esse tempo e povoa esse espaço (RANCIÈRE, 1995, p. 20).

Sendo assim, o recorte dos tempos e dos espaços, das palavras e dos ruídos, define os lugares e o que se encontra em jogo na política, como forma de experiência. Rancière confere às artes um regime especial, a singularidade de um tipo específico de ligação entre os modos de produção das obras ou práticas estéticas, formas de

visibilidade dessas práticas e modos de conceituação, que tornaria a arte visível.

Dessa forma, seus produtos, a exemplo da literatura e da poesia, seriam identificáveis em virtude de um modelo de ser sensível próprio aos produtos da arte, ou seja, da própria literatura e da poesia em si, definida por seu regime estético: “Cada arte afirmaria então a pura potência da arte explorando os poderes próprios de seu médium específico. A modernidade poética ou literária seria a exploração dos poderes de uma linguagem desviada de seu curso comunicacional” (RANCIÈRE, 2005, p. 38).

O regime estético da arte, segundo Rancière, acabaria com o sistema da representação, desfazendo a correlação entre temas e modos de representação, e reconhecendo a arte como arte, ou seja, a literatura pela literatura, a poesia pela poesia, que seriam também ficções, tal como a história, e as produções científicas.

A revolução do paradigma estético proposto por Rancière (2005;1994) redistribui as fronteiras entre ficção e realidade, ou seja, ficção e fato, a partir da nova ficcionalidade pós-moderna. A ordenação ficcional deixa de ser causal para ser uma ordenação de signos, não uma autorreferencialidade da linguagem, mas sim, uma identificação dos modos da construção ficcional escritos na configuração de um lugar, grupo, rosto, sentimentos ou lembranças.

A soberania da literatura não é, portanto, o reino da ficção. É, ao contrário, um regime de indistinção tendencial entre a razão das ordenações descritivas e narrativas da ficção e as ordenações da descrição e interpretação dos fenômenos do mundo histórico e social (RANCIÈRE, 2005, p. 55)

Sendo assim a ficcionalidade pode ser compreendida como condição e efeito da circulação dos enunciados literários, em que as palavras circulam sem destinatários autorizados, constituindo-se quase corpos, não chegam a produzir corpos coletivos mas introduzem nos corpos coletivos imaginários, informações, sentimentos, semelhanças, mas também fraturas, desincorporação, desterritorialização.

O regime estético, assim como proposto por Rancière, transformaria

radicalmente a repartição dos espaços, colocando a imanência do pensamento na matéria do sensível, suspende a ideia de uma sensibilidade passiva, e acaba com a oposição racionalidade *versus* sensibilidade. A repartição dos espaços a partir de uma fabricação do sensível e sua partilha, permite novos entendimentos acerca do habitar o espaço-tempo em condições de pós-modernidade.

O espaço em Geografia é um espaço socialmente constituído e construído, o que faz deste uma conformação da complexidade do social e da sociedade. O espaço enquanto ficção literária, abre possibilidade de interpretações para diversas experiências humanas a partir de uma dinâmica espacial e estética. Tanto a literatura como o pensamento geográfico, quanto como pensamento espacial (MASSEY, 2008), interferem em nossa produção de saber e de sentido no mundo, bem como, sem nosso sentir o mundo e na partilha desse sentir.

O discurso científico e a linguagem literária, ambos ficção, mas pautados sobre lógicas distintas, permitem um mergulho em múltiplos significados das imagens. No caso da linguagem literária a partir da subversão dos sentidos e direcionamentos da palavra, e no discurso científico a partir de sua lógica argumentativa, que produzindo conceitos e efeitos de realidade (RANCIÈRE, 2005; GEERTZ, 2008; DELEUZE, 2003b).

Isso posto, a poética de Rimbaud, a exemplo da proposta de uma poética do espaço (BACHELARD, 2008) capaz de aproximar a poesia do discurso geográfico, tem a potencialidade de se voltar para a riqueza da vida cotidiana ampliando o entendimento acerca dos conceitos geográficos.

A literatura como espaço e política é um espaço da produção do sensível e de afirmação positiva da diferença:

A imagem poética não está sujeita a um impulso. Não é o eco de um passado. [...] Em sua novidade, em sua atividade, a imagem poética tem um ser próprio, um dinamismo próprio. Procede de uma ontologia direta. É com essa ontologia que desejamos trabalhar (BACHELARD, 2008, p 2).

Bachelard reverbera em Rancière ao tratar da imagem literária e da imagem poética como um fenômeno especializado, independente e atemporal. Ambos suspendem a temporalidade cronológica, biográfica e mesmo a temporalidade histórica, para pensar o próprio conceito de imagem-tempo, à luz de outras referências teórico-metodológicas, bem como voltar o olhar para o regime de verdade, permitindo a suspensão de uma hierarquia prévia entre a razão e ficção.

Ambos autores constituem as referências segundo as quais relaciono a poética de Rimbaud e os conceitos geográficos. Pensada dessa forma, a imagem poética permite uma geografização do sentido:

Não se trata da influência do solo ou do meio. O solo precisamente não vai sem o túmulo. O solo é a inscrição de sentido, o túmulo, passagem das vozes. A 'geografia' que chama a nova história é primeiro um espaço simbólico que dá aos reis uma boa morte e funda a condição primeira da ciência histórica: nenhuma fala permanece sem lugar (RANCIÈRE, 1994: 74).

Suspendendo-se a razão em nome da ficção, ambas as linguagens inscritas em corpos e quase-corpos³⁸ comungam, a profusão de imagens, ideias, e sentimentos de um fazer geográfico, e um fazer poético. Reconectando saberes práticas e sensibilidades.

Em Bachelard (2008) sua filosofia não reside numa sistematização teórica da relação entre poesia e espaço, mas em um olhar sobre o componente poético da vivência do espaço, ou das relações entre sensibilidade e o espaço. O autor mergulha nas relações psicoemocionais e afetivas estabelecidas entre os homens e os espaços, e entre este entre si e em suas relações com os espaços, focando o espaço íntimo, ou como prefere: “espaço de posse”, “espaços amados”, “espaços louvados” (BACHELARD, 2008, p.19).

Bachelard (2008) oferece questionamentos fundamentais que tencionam os

³⁸ Uso aqui um recurso poético e político me referindo aos sujeitos considerados menos humanos e excluídos da cidadania e dos direitos sociais.

limites do pensamento racional suscitado pela riqueza da relação sensitiva entre o espaço e o homem. Sua fenomenologia reconhece à imagem poética, uma transubjetividade, derivada da forma como esta toca a sensibilidade de diversas consciências, sua poética do espaço foca a produção de imagens poéticas enquanto “repercussões na alma” (BACHELARD, 2008, p.8) e não objeto ou fonte de imagens, ou seja, como sentimento, produção de afeto.

2. A “CASA DOS DOIDOS”: O CAMPO DE POSSÍVEIS

Se há um lugar que instrumentalize uma perspectiva de justiça espacial baseada na diferença enquanto positividade e na necessidade da coexistência e do copertencimento para a efetivação de dessa justiça, este lugar é o manicômio, espaço clássico de segregação espacial dos indivíduos. Afinal, aqueles considerados loucos, foram historicamente confinados e tratados de forma desumana, sempre separados do todo da população, para quem eram indesejáveis. Aos loucos, para além do tratamento como menos humano, a separação física em relação às demais pessoas e o isolamento, sejam nos Asilos ou Manicômios, foi, e ainda é uma prática muito comum, baseada no modelo asilar de tratamento que lhes era conferido. E para exemplificar como essa segregação continua forte e viva, parto desse princípio para promover uma análise sobre a situação de duas das residências terapêuticas localizadas no município de Cariacica, Espírito Santo, e a partir dessas observações, espero contribuir para discussões globais sobre a temática.

Antes de apresentar o meu campo acredito ser necessário fazer uma breve incursão na história dos hospitais psiquiátricos no Brasil, que perpassa a própria história do desenvolvimento da psicologia no país, já que a reforma psiquiátrica, como a conhecemos hoje, foi fruto de lutas políticas intensas que tiveram o protagonismo dos profissionais de psicologia, principalmente no caso do estado do Espírito Santo.

2.1 O Os antecedentes do Movimento Antimanicomial

Considerando o percurso histórico da Psicologia no Brasil, a partir da historicidade de sua constituição, demonstrando como as contradições internas, inerentes ao contexto social, econômico, político, e intelectual de cada período que aqui destaco, engendram possibilidades de superação que permitiriam saltos de qualidade no desenvolvimento de um novo olhar sobre a loucura, e um pensar tanto a teoria quanto a prática, e que foram fundamentais para a reforma psiquiátrica e a mudança de atitude em relação as políticas públicas para a pessoa com transtorno mental grave.

O caso do desenvolvimento e consolidação da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil deve ser compreendido como parte de um contexto social e histórico específicos, e cujo os desdobramentos promoveram diferentes olhares sobre o fenômeno da loucura:

No caso da Psicologia no Brasil, faz-se necessário compreendê-la como construção histórica e social, síntese de múltiplas determinações, orientada por determinadas concepções de homem e de sociedade e comprometida com posições de classe e, portanto, contraditória, sendo que o embate entre esses elementos que se opõem produz movimento e possibilita superação (ANTUNES, 2012, p. 46).

Ao analisar o período colonial, Antunes aponta que a organização da empresa colonial exigia um aparato ideológico capaz de justificar tanto a escravidão quando a exploração colonial, fazendo necessário uma forte repressão e instâncias mantenedoras do medo e do terror.

Os jesuítas eram os principais ideólogos da pedagogia colonial, sendo os responsáveis pela catequese indígena e também pela educação dos filhos das elites. Mas nem todos, falavam apenas em nome da ordem vigente e da manutenção do *status quo*, muitos faziam críticas à administração colonial, denunciando os duros castigos aos negros e índios, à “pedagogia do medo” (ANTUNES, 2012, p. 47), e mesmo o trabalho escravo. Para Antunes: “Alguns jesuítas assumiram e defenderem concepções políticas e teóricas muitas das quais podem ser consideradas saberes

psicológicos, que entram em confronto com esses mesmos interesses (ANTUNES, 2012, p. 47).

A autora destaca produções jesuíticas que dada sua originalidade poderiam ser comparadas a obras e propostas práticas do que seria a futura psicoterapia. Ao mostrar as diferentes concepções e práticas, mesmo que de forma hegemônica a ideologia e as produções dos jesuítas tivessem por objetivo justificar a exploração colonial e garantir a exploração dos escravos e principalmente dos indígenas (sua domesticação), os saberes sobre a domesticação dos corpos (que envolvia também o cuidado de si), identificados neste período se apresentam como possuindo heterogeneidade e contradições internas, inerentes ao contexto histórico em questão. E prossegue:

Ao mesmo tempo que buscava a manutenção da ordem estabelecida, também constituíam em forças impulsionadoras do real em direção ao futuro, ou ainda, poderiam estar articuladas às forças que colocavam em questão o próprio status quo (ANTUNES, 2012, p. 49).

Em meados do início do século XIX, a autora indica que devido à preocupação com a formação dos quadros administrativos e do aparato repressivo, revelou-se nesse período uma grande preocupação com a educação e o ensino, o que influenciou a proliferação de saberes disciplinadores preocupados com a incrementação do processo de urbanização das cidades brasileiras.

Cresce a preocupação das elites com uma higiene social, e seus olhares se voltam para a questão dos mendigos, crianças abandonadas, moradores de rua, prostitutas, loucos e outros personagens urbanos que aterrorizavam as elites brasileiras. Nesse contexto nasceu a medicina social, com foco na higienização social e a criação de padrões de normalização com vistas à eliminação das desordens e dos desvios.

A condição de nação, recém-inaugurada, constituiu um terreno favorável à entrada de novas ideias europeias no país, permitindo um intercâmbio maior de intelectuais e a assimilação de teorias liberais pelos pensadores brasileiros. Essas

ideias traziam consigo o gérmen do individualismo, da valorização dos indivíduos, da racionalidade pragmática, entre outras, que forneceram um terreno propício para que a psicologia pudesse se delimitar como área específica de conhecimento. Esse ideário europeu influenciou o aumento da produção dessas teorias sustentadas principalmente pela medicina e a educação que defendiam.

Nesse período, a preocupação com vadiagem, e com a contaminação das moléstias físicas e também sociais, levou à exclusão dos considerados desviantes (mendigos, malandros, vadios, loucos), mas mesmo em meio a diversas publicações defendendo a exclusão desses indivíduos dos demais, sob o medo da contaminação e da desordem social, uma minoria de trabalhos buscou se ocupar da crítica a estas formas de exclusão e a defesa da dignidade dessas pessoas. É neste momento que surgem as primeiras defesas acerca da educação de crianças com deficiência e de preocupação com a situação dos chamados alienados nos manicômios.

No período do final do século XIX e o início dos anos 1930, inaugurou uma série de críticas por parte da classe média brasileira, em relação às elites agrárias, permitindo a gradativa conformação da psicologia como área específica do conhecimento:

As demandas e interesses a que serviram as respostas buscadas no desenvolvimento dos saberes psicológicos, irão representar os interesses desta classe média, refletindo assim, o ideal liberal no confronto com os interesses agrários. Ou seja, ela se constitui aliada a um projeto específico de modernização do país (ANTUNES, 2012, p.54).

Nesse momento ganha destaque a busca da racionalidade na gestão das escolas, e proliferam-se os testes psicotécnicos, que encontram legitimação na objetividade e superioridade dos produtos da ciência e suas técnicas derivadas.

Com o início da industrialização brasileira, a sociedade da Revolução de 1930, passou a exigir mudanças. A educação se tornou, naquele contexto, um dos elementos chaves para essa transformação. Nasceu um novo trabalhador, e uma nova psicologia, alicerçada na experimentação e nas bases científicas de

comprovação, que caminhava lado a lado do processo de modernização do Brasil, preparando o terreno para a industrialização em massa (BABOSA e MARINHO-ARAUJO, 2010).

Mas como ocorre em todos os processos históricos, ao mesmo tempo em que a psicologia servia à manutenção desse projeto de modernização, uma outra corrente, afinada com os movimentos sociais do pós-ditadura, surgiu como bandeira de um compromisso social mais amplo, uma psicologia crítica às teorias excludentes. A psicologia consegue, ao mesmo passo que se torna profissão reconhecida, supera também as teorias e práticas antigas para comprometer-se com os interesses e necessidades da maioria da população.

Na década de 1970 se aprofundaram às críticas à psicologia da educação e a redução desta a algumas técnicas que a mesma desenvolveu, de forma isolada de outras relações, e que teriam produzidos muitos equívocos, devido à maneira como estariam sendo utilizadas. Esse pensamento levou a constatação de que o desempenho dos alunos não poderia ser justificado a partir de características individuais das crianças, classificadas de acordo com sua facilidade e ou dificuldade de aprendizado.

A insatisfação dos psicólogos escolares em sua atuação no final da década de 1970 provocou uma crise que se prolongou pelas duas décadas seguintes. Esse período se caracterizou pela produção de reflexões e pesquisas que evidenciavam os entraves causados por concepções remediativas e circunstanciais aplicadas ao processo educativo, além de repercussões que originaram desestabilização e insegurança na atuação em psicologia escolar, uma vez que os procedimentos convencionais não mais respondiam com eficácia as demandas do contexto. (BABOSA e MARINHO-ARAUJO, 2010, p. 395)

Na década de 1980 passaram a ser produzidas diversas críticas a esse saber que insistia em individualizar o fracasso escolar, e a buscar novas concepções, que respondessem às atuais demandas impostas, e que deram lugar há uma grande diversidade de enfoques em psicologia.

A busca pela redefinição do lugar dos psicólogos, antes de tudo, fez florescer propostas que resignificavam as formas de intervenção e práticas com vistas à realização de um serviço que passasse, não mais pela remediação das dificuldades ou individualizações dos problemas, mas pela reflexão sobre os espaços e as condições de aprendizagem; a valorização do ser humano e as interrelações nos determinados ambientes de interação.

Uma aproximação muito importante, já havia ocorrido entre a psicologia e o Direito, em meados da década de 1940, fomentando a constituição de uma psicologia jurídica no Brasil. Os primeiros trabalhos em psicologia jurídica, giravam em torno de reflexões sobre o adulto criminoso e os adolescentes em cometimento de atos infracionais. Os trabalhos nessas áreas iniciaram de forma voluntária em virtude dos interesses de psicólogos, já a atuação do psicólogo no sistema penitenciário, existiria desde a década de 1940 anos, segundo reforça Lago:

Esse histórico inicial reforça a aproximação da psicologia e do Direito através da área criminal e a importância dada a avaliação psicológica. Porém, não era apenas no campo do Direito Penal que existia a demanda pelo trabalho dos psicólogos. Outro campo em ascensão até os dias atuais é a participação dos psicólogos nos processos de Direito Civil. (LAGO, 2009, p. 485)

O trabalho dos psicólogos não se limitava à psicopatologia, a classificação da chamada mente criminosa, ou a motivações que levariam ao crime, reforçando a ideia de uma pré-determinação ao crime.

Ao lado das ideias de prevenção de delitos e de higiene mental, buscou-se compreender o contexto de produção dos crimes e também, ao atuar no campo das perícias cíveis, o psicólogo passou a trabalhar na gestão de conflitos e na construção de um espaço terapêutico para a resolução de disputas cíveis:

Na atuação junto às varas de juventude e nas instituições socioeducativas, além da assistência psicológica aos menores, a atuação do psicólogo permitiu sua inserção num debate mais amplo, de promoção de medidas de proteção à criança e ao adolescente e de novas práticas de ressocialização dos jovens infratores (LAGO, 2009, p. 485-486).

O Direito de Família inseriu a psicologia nas discussões sobre infância, separação judicial, destituição do poder familiar e outras questões que solicitavam aos profissionais uma avaliação de situações e de casos concretos que envolvessem a guarda de crianças e outras medidas.

Os psicólogos passaram a acompanhar tanto às vítimas com o objetivo de compreender e amenizar-lhes o sofrimento psíquico, como também a se integrar nas instituições de restrição de liberdade de apenados, possuindo assim a possibilidade de acompanhar não apenas as instâncias do processo, mas seu desenrolar e o acompanhamento do egresso após a aplicação da pena.

A atuação do psicólogo assim, não se restringiu ao processo da execução penal, à compreensão do crime, da conduta criminosa, mas buscava a partir de então, discutir os processos de criminalização, a classificação de crime e uma nova ressignificação da ideia de ressocialização. A preocupação não se limita ao estudo do comportamento criminoso, mas a partir de uma ideia de reconhecimento por parte do indivíduo, de responsabilização e aceitação de uma nova proposta de vida em sociedade.

Esse amadurecimento da atuação, e a ampliação do campo de conhecimento dos psicólogos os credenciou para atuarem ativamente na superação do modelo manicomial no Brasil (TENORIO, 2002; GOULART, 2006; AMARANTE, 1998), na chamada reforma psiquiátrica brasileira corrida entre as décadas de 1970 e 1990, possuindo como marcos jurídicos, e políticos a 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, a 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental em 1987, a 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental ocorrida em 1992, culminando na 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2001.

Essas conferências e as diversas experiências práticas em Hospitais Psiquiátricos que passaram a privilegiar a criação de serviços em substituição aos modelos clássicos de Hospitais Psiquiátricos nas quais podem ser citadas: as redes

de atenção à saúde mental, os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), os leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais, e as Residências Terapêuticas, objeto desta tese.

Existem até hoje, duas formas de se relacionar com a loucura: integrando-a a sociedade ou a excluindo. Ainda hoje, o medo da loucura arqueologicamente pesquisado por Foucault em *A História da Loucura* (1997) é o sentimento predominante em muitos casos, mas foi justamente essa outra corrente, essa outra forma de pensar, ver, e sentir a loucura que moveu os sujeitos a lutarem pela reforma psiquiátrica brasileira e fez com que a população compreendesse e assimilasse a importância da vida em sociedade, para os sujeitos acometidos por transtornos psiquiátricos graves.

Embora todo mundo conheça a frase: “de médico e louco cada um tem um pouco”³⁹, o ser humano tem uma relação de temor com a loucura, ou admiração (em algumas culturas e épocas históricas específicas).

Na história ocidental sempre foram comuns relatos de pessoas que agiam de forma estranha e eram aludidos a casos de pactos com o demônio, domínio de tendências animais, entre outros. Isto ocorria devido a característica central atribuída ao demônio que era a desobediência ao poder centralizador, visto que a pluralidade democrática da alteridade era negada. Esta proibição foi aos poucos sendo assumida e mantida pelo conhecimento científico e assim os seres transgressores das normas morais passaram a ser considerados como pacientes que necessitavam de tratamento médico. Temos, desta forma, a passagem da bruxaria para a loucura, do misticismo para o conhecimento científico (GOFFMANN, 2001).

Para que este conhecimento científico fosse possível foi necessária "toda uma reorganização do campo hospitalar, uma nova definição do estatuto do doente

³⁹ Frase de Machado de Assis, do romance “O Alienista” (1882).

na sociedade e a instauração de uma determinada relação entre a assistência e a experiência, os socorros e o saber; foi preciso situar o doente em um espaço coletivo e homogêneo" (Foucault, 1997, p. 226). O medo do contágio da loucura era tão forte no século XIV que era comum a prática de colocarem os ditos loucos em navios e enviá-los ao mar, a “Nau dos Loucos” descrita por Foucault.

A exclusão se torna necessária socialmente quando a diferença escapa à domesticação dos valores e símbolos humanos e se torna insuportável socialmente. Mas há também na loucura um saber que fascina o homem nas suas fantasias, sonhos e ilusões, desvendando a raiva obscura, e o instinto selvagem que reside no coração dos homens. Há um entrelaçamento das relações do homem consigo mesmo: "loucura não diz tanto respeito à verdade e ao mundo quanto ao homem e à verdade de si mesmo que ele acredita distinguir" (FOUCAULT, 1997, p.25).

Não por acaso, as formas de exclusão da loucura imperaram por longos anos, até os movimentos pelo fim dos Manicômios na década de 1970, no Brasil, promovido pelo Movimento Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental, formado por associações profissionais. Esses setores reivindicaram melhores condições de trabalho nos manicômios, a ampliação do quadro de funcionários e o aumento dos investimentos do setor público na área da saúde mental.

Em 1986, paralelamente à realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, aconteceu uma plenária nacional dos trabalhadores em saúde mental, momento em que o Movimento Nacional foi fundado. E, em julho de 1987, após a realização da Primeira Conferência Nacional de Saúde Mental, um grupo de profissionais de vários estados brasileiros, decepcionados com o fracasso dos esforços realizados para transformar o modelo da assistência à saúde mental oferecida no país, investiram na realização do Segundo Congresso Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental, como necessidade de construir um movimento social.

Neste evento, realizado em Bauru (São Paulo) nasceu o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, com o lema “por uma sociedade sem manicômios”, e exigindo que os hospícios fossem substituídos por outras formas de tratamento capazes de

garantir a dignidade e a liberdade dos usuários dos serviços de saúde mental, com base nos seus direitos (LOBOSQUE, 2001 e MOURA NETO, 1990).

Muitos foram os estudos que deram origem a militância pela desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos, no Brasil, e fora dele, com destaque para a Itália (GOULART, 2007), e no contexto capixaba ela envolveu diversos alunos e professores dos cursos de psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, e também de faculdades particulares (BARROS, S. e BICHAFF, 2008; GOULART, 2010, AMARANTE, 1998 e 1995).

A Lei 10.216 (BRASIL, 2001) de 06 de abril de 2001, dispõe sobre um novo modelo assistencial de proteção e direito às pessoas portadoras de transtorno mental. Seguindo essa premissa, o Ministério da Saúde criou linhas específicas de financiamento para serviços substitutivos aos manicômios, e gerou também mecanismos de fiscalização, gestão e redução programada de leitos psiquiátricos em todo o país.

As ações do Governo Federal definiram duas linhas de atuação: a construção de uma rede de atenção à saúde mental para substituir o modelo hospitalar, e a fiscalização e redução progressiva e programada de leitos psiquiátricos (TENÓRIO, 2002). A rejeição ao modelo psiquiátrico hierarquizante e excludente e a busca por um modelo de atenção com base comunitária, resultaram na adoção dos Núcleos de Atenção Psicossocial e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como serviços substitutos, no caso do Espírito Santo, principalmente.

A atenção psicossocial, entendida como um novo paradigma para as práticas em saúde mental apresenta-se segundo o discurso da Política de Saúde Mental vigente, capaz de substituir o modelo psiquiátrico dominante. Mas, o que se observou no processo de implementação da Política de Saúde Mental no país, a partir da promulgação da Lei n. 10.216, de seis de abril de 2001 (BRASIL, 2001), foi o aumento progressivo de uma cobertura assistencial em saúde mental extra-hospitalar, de base comunitária, que fornecia serviços muito aquém do necessário, e não rompeu por completo com a estigmatização social existente sobre esses indivíduos, já que o direito do sujeito com transtorno mental – de ser tratado em serviço comunitário de

saúde mental, com vistas à inserção na família, no trabalho e na comunidade (conforme estabelecido pela lei), não é assegurado em sua integralidade.

Segundo dados do Governo Federal, a cobertura dos serviços existentes assegurava em 2010, tratamento a 57% da demanda da área (BRASIL, 2010). Ou seja, cerca de metades dos pacientes do SUS com transtorno mental grave, não conseguem ser atendidos pelo Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e ficam sujeitos ao tratamento através de médico da família (não especializado) ou mesmo, sem acompanhamento.

Para além dos desafios institucionais impostos aos serviços de saúde pública e programas governamentais no que tange a efetivação dessa reforma psiquiátrica e a garantia de serviços públicos e direito à cidadania à pessoa com transtorno mental (AMARANTE, 1995; GOULART, 2006; MOREIRA, 2007), outros desafios impõem limites e dificuldades imensas na garantia da dignidade humana para esse público: a cultura e as relações sociais, que produzem injustiças espaciais e sociais.

2.2 As Residências Terapêuticas como *lócus* privilegiado para se discutir justiça espacial

O campo nessas residências, em virtude da característica de seu público, é um lugar privilegiado para se discutir os conceitos de coexistência e copertencimento, e o princípio da diferença bem como sua indissociabilidade. Por se tratar de um público alijado de diversos direitos, bem como ameaçados em sua dignidade, em virtude de seu anterior confinamento, um olhar profundo sobre a dinâmica da casa e suas relações é capaz de fornecer reflexões que visem discutir justiça espacial, social, cidadania e garantias da manutenção da dignidade humana.

Histórica e socialmente excluídos da vida em sociedade, os loucos, sempre à margem do mundo produtivo, eram sujeitados historicamente a diversos tipos de injustiças que se efetivam (materializam) em termos espaciais e relacionais, um objeto rico de análise do que proponho aqui.

Ao explorar as relações intergrupais no contexto da convivência de duas RTs, a partir das concepções dos habitantes do conjunto residencial onde estão localizadas, e também ao analisar a distribuição espacial dessas RTs, pude observar uma complexa rede de conceitos e significados que mediam a relação dos habitantes do conjunto residencial com as RTs, sendo essa relação composta por ambiguidades e contradições que produziam injustiças e uma percepção incompleta de justiça⁴⁰.

A vizinhança, às vezes, favorável à inserção social dos moradores ao grupo social, outras vezes relatando a impossibilidade de uma ressocialização para esses indivíduos (presente na fala que justifica o fato de não circularem como sendo importante para o fato de não serem incomodados), torna fato a exclusão espacial e a criação das classificações em relação aos “doidos” pondo em risco a identidade social positivamente avaliada dos moradores das RTs. Conforme foi evidenciado no estudo de Ribeiro Neto (2014), e também durante a realização de minhas entrevistas com a vizinhança das residências de Oriente e Tabajara, localizadas no município de Cariacica no Espírito Santo.

“Eles não perturbam, não, eles quase não saem, eles nem circulam aqui”, com essa frase a vizinha justifica o fato de a residência não incomodar, corroborando a tendência à exclusão da loucura: se não vejo, se está longe, eu não me incomodo.

Assim, a coexistência aqui percebida como a aceitação e assimilação social dos moradores das RTs, não se efetiva, conforme observa Ribeiro Neto (2015, p.214):

A existência de certa aceitação social sobre os moradores das RTs, exemplificada pela participação na igreja local e em saídas desacompanhados de cuidadores em estabelecimentos comerciais da redondeza das RTs, pode ser um sinal favorável ao processo de inserção social, mas não significa sua inclusão plena como membros do grupo social, pois a interação entre habitantes e moradores das RTs aparentemente ainda se resume a breves encontros esporádicos, na maioria das vezes, na

⁴⁰ Digo isso, pois embora a vizinhança no geral tenha demonstrado receptividade em relação à residência estar localizada em sua vizinhança, conforme observei nas entrevistas, existe uma curiosidade sobre a casa, como vivem, as condições de vida e higiene, mas também, falas no sentido de acreditar ser necessário uma placa de identificação da residência como sendo um órgão do governo, e falas frequentes no sentido de que para circularem nos espaços do bairro, os residentes devem necessariamente estar acompanhados.

companhia de cuidadores.

Entretanto, o estudo de Ribeiro Neto (2015) aponta possíveis mudanças nesses cenários ao evidenciar que a convivência dos vizinhos das RTs com os moradores dessas residências, também funcionou num sentido de desconstruir estereótipos sobre a loucura (agressividade, violência, descontrole), produzindo também condições de coexistência, embora não possamos falar em copertencimento ainda, pois:

Mesmo com a tendência à separação das RTs observada neste estudo, existe um movimento que, com base na experiência concreta de vida com as RTs na vizinhança, aponta para a possibilidade da coexistência sem maiores conflitos entre os grupos envolvidos, ilustrando a ambiguidade das relações, uma vez que não tem fórmula de bolo para isso. (RIBEIRO NETO, 2015, p. 215).

A importância do campo para as reflexões atuais é fundamental para se pensar na compreensão da justiça espacial enquanto uma prática que visa promover reflexões epistemológicas alinhadas com o vivido e os desafios cotidianos na conquista de uma real democracia, de direitos de cidadania e da efetivação das condições de dignidade humana.

Nesse sentido, este trabalho acompanha discussões recentes no campo da Geografia (em especial com os geógrafos que desde 2009 tem publicado na revista *Justice Spatiale/Spatiale Justice*) no qual tem sido analisados temas chamados pós-coloniais e revistos conceitos segundo “seus lugares de fala”, bem como a respeito da ciência política e dos conceitos de democracia e direitos à cidadania e à dignidade.

Tudo isso, sinaliza a utilidade da etnografia, tal como realizado em minha pesquisa, como inspiração para estudos de caso que objetivem conjugar prática e teoria e fornecer contribuições salutaras às reformulações e revisões do conceito de justiça espacial.

As contribuições deste tipo de análise que buscam superar as limitações do discurso científico através do recurso à poesia, e integra críticas tanto à razão científica quanto à instituição psiquiátrica ou manicomial contemporâneas, são frutíferas para se alcançar as sensibilidades políticas das relações sociais que se estabelecem no presente.

Ao perpassar o campo dos sentimentos para além de uma pretensa racionalidade política, fui levada a pensar a justiça social nas práticas cotidianas e nas relações que estabelecemos com os outros, forjando reflexões que resistem à lógica do capital, que negam o autoritarismo moral e resignificam a desigualdade social à partir de novas perspectivas, que partem de uma partilha do sensível (RANCIÈRE, 2005), e fundam uma comunidade política com base no encontro discordante das percepções, em que se valoriza positivamente a diferença, em lugar da representação e da semelhança⁴¹.

Dessa forma, a estética e a política se tornam ambas, maneiras de organizar o sensível e de dar visibilidade e sentido aos acontecimentos. A análise do viés político da literatura, graças a seu poder de reconfigurar os modos de existência, pode oferecer uma chave de compreensão das formas de percepção do mundo e da comunidade.

Considerando a estética em seu sentido amplo, como modo de percepção e

⁴¹ Rancière destaca sobre a relação política do conceito de “partilha do sensível”, que o mesmo constitui um “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (...) Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc. Existe portanto, na base da política, uma “estética” que não tem nada a ver com a *estetização da política* própria à *era das massas*, de que fala Benjamin. Essa estética não deve ser entendida no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de arte, pelo pensamento do povo como obra de arte. Insistindo na analogia, pode-se entendê-la num sentido kantiano – eventualmente revisitado por Foucault – como o sistema das formas a priori determinando o que se dá a sentir. É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência”, essa valorização da experiência sensível está na base da possibilidade de se encarar a diferença positiva, em toda o seu movimento e mutação, já que as “políticas estéticas” em Rancière, seguem suas próprias lógicas de forma diversa, e posso afirmar que em diferenciação. Essa relação aproxima os conceitos de “partilha do sensível” em Rancière e “diferença” em Deleuze. (RANCIÈRE, Jacques. *Da partilha do sensível e das relações que estabelece entre política e estética*. Entrevista à Revista Territórios de Filosofia, em 16 de outubro de 2015. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/10/16/da-partilha-do-sensivel-e-das-relacoes-que-estabelece-entre-politica-e-estetica-jacques-ranciere/>. Acessado em 12/11/2017)

sensibilidade, ou seja, como promoção de pensamento espacial e como espacialidade, esta é capaz de condensar sentimentos em acontecimentos sobre os quais um pesquisador pode se debruçar para melhor compreender o homem em suas relações mais íntimas.

Num mundo no qual se fragmenta o poder legítimo e caem por terra as instituições a quem seria legítimo o uso da força, novos personagens, jogos de força, rearranjos de poder e modos de enunciação se fazem circular, revelando novas sensibilidades e inteligibilidades que são postas em movimento. Novas injustiças são produzidas e engendram mecanismos de dominação que impedem a realização da cidadania e a promoção de condições de dignidade da pessoa humana. Colocando assim, novos desafios à promoção da justiça espacial:

*la justice spatiale devient alors une pratique qui consiste à forger des sujets qui résistent à la logique d'entreprise, refusent l'autoritarisme moral et repolitisent les inégalités sociales" em que o real trabalho da justiça espacial passa por "consisterait donc à ouvrir ces institutions à la responsabilité et à la prise de décision démocratiques, autant qu'à forger de nouveaux modes de prestations sociales qui puissent efficacement rivaliser avec la mainmise du capital financier sur la vie urbaine de tous les jours (BRAWLEY, 2009, p. 13-14).*⁴²

Seu desafio maior é resistir à lógica dos negócios e do capital global, procurando repolitizar as desigualdades sociais e promover agendas coletivas em prol do bem estar social e individual, o que passa pela necessidade de se compreender a forma como as maneiras e modos de existência e de organização do sensível se constituem e se movimentam na atualidade. Ou seja, perpassam uma partilha do sensível, que segundo Rancière (2005:15) "se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nesta partilha".

⁴² A justiça espacial torna-se uma prática forjamento de temas que resistem a lógica de negócios, recusam o autoritarismo moral e repolitizam as desigualdades sociais, sendo o verdadeiro trabalho da Justiça que se quer espacial, portanto, abrir estas instituições a responsabilidade à tomada de decisão democrática, bem como para forjar novos modos de benefícios sociais que possam efetivamente competir com a apreensão do capital financeiro sobre a vida urbana cotidiana (tradução minha).

A política para Rancière não se encontra circunscrita ao espaço do Estado e da política institucional. O Estado e suas instituições também seriam atravessados pela partilha do sensível. Para o autor, a política não deve ser substantivada ou associada a um lugar específico, já que estaria associada ao verbo, a um movimento ou a um discurso polêmico e litigioso que não poderia ser confundido com técnicas de governo.

Esse movimento e plasticidade com que a política é pensada em Rancière, encontra terreno para uma compreensão de política que abarca a diferença de forma positiva, conferindo-lhe seu movimento transformador e enunciatório.

Em Rancière, existe política na enunciação, seja ela escrita ou falada, porque não se trata simplesmente de uma palavra ou um conjunto de palavras, mas sim o modo como uma palavra é levada em conta. Ou seja, remete à medida a partir da qual uma determinada emissão sonora é compreendida como palavra, apta a enunciar o "justo", constituindo-se assim enquanto discurso político.

Nesse sentido, a visibilidade de um determinado grupo social e de suas enunciações, apesar de ser um importante instrumento político, estaria condicionada ao lugar (sensível) em que se manifesta; à forma de sua aparição. O discurso está sempre em disputa e a valorização deste ou daquele discurso se dará em virtude do valor que lhe é atribuído.

A política é colocada como algo que propulsiona processos de interpelação (não necessariamente do Estado) que ampliam o campo da experiência e colocam novas possibilidades de significação, a partir de atos que associam um sujeito a uma identidade fora do lugar no qual uma comunidade sensível aloca esta identidade. Assim, a política opera a partir de um processo de desidentificação que interrompe a lógica da dominação e o ordenamento sensível que organiza as identidades:

É através da existência desta parte dos sem parte, desse nada que é tudo, que a comunidade existe como comunidade política, quer dizer, dividida por um litígio fundamental, por um litígio que se refere à conta de suas partes,

antes inclusive de referir-se aos seus 'direitos'. O povo não é uma classe dentre outras. É a classe da distorção que pré-concebe a comunidade e a institui como comunidade do justo e do injusto. (RANCIÈRE, 2018, p.23).

Tanto em Deleuze quanto em Rancière, a política seria anterior ao “ser”. O que lembra a máxima de Deleuze na abertura de *Mil Platôs*: “antes do ser, há a política” (Deleuze e Guattari, 1996:78).

A política em Rancière opera também uma desterritorialização tal como a diferença propicia, em Deleuze, e assim como o conceito de diferença deleuziano, ela não tem como uma de suas tarefas outorgar identidade ou identificar, mas sim, romper uma identidade dada e, com ela, uma ordem de identidades preestabelecidas (RANCIÈRE, 2018).

A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parte dos que não tem parte. Esta instituição é o todo da política como forma específica de vínculo. A mesma define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, fundada sobre uma distorção que escapa à aritmética dos intercâmbios e das reparações. À margem desta instituição, não há política. Não há mais que a ordem da dominação ou a desordem da revolta (RANCIÈRE, 2018 p.173).

A partir da aproximação da obra de Jacques Rancière e o conceito de diferença em Deleuze, é possível identificar a fluidez do lugar das identidades nos processos de subjetivação política que engendram um ato que articula paradoxalmente igualdade e diferença em um processo de (des)identificação, processo segundo o qual, a justiça espacial e social devem ser pensadas para dar conta da complexidade desses conceitos na contemporaneidade.

3. INJUSTIÇA ESPACIAL NO CAMPO DOS POSSÍVEIS

Para este capítulo, proponho apresentar o conceito de justiça espacial em suas discussões mais atuais e posteriormente, de forma aprofundada os sentimentos e dados advindos do meu trabalho de campo, um estudo de caso efetuado a partir da observação participante, em duas RTs localizadas no município de Cariacica, no Espírito Santo.

Destaco também, o resultado das entrevistas realizadas com os técnicos do CAPS responsáveis pelo acompanhamento dessas residências, e com a vizinhança do entorno das duas residências pesquisadas.

O trabalho de campo teve por objetivo a verificação de minha hipótese: o copertencimento e a coexistência são conceitos fundamentais para se pensar a justiça espacial em condições de justiça social?

3.1. Justiça espacial como prática espacial

A lógica que visa promover a justiça espacial é uma prática e deve se constituir enquanto uma rasura da lógica dominante, produzindo linhas de fuga capazes de desestabilizar a lógica neoliberal capitalista.

Reconstruir a ideia de espaço público enquanto copertencimento é necessário para escapar à lógica perversa da dupla neoliberalismo e neoconservadorismo de que fala Brawley (2009). Somente dessa forma é possível superar a segregação sócioespacial a qual a população com transtornos mentais se encontra sujeita mesmo após anos de luta social pela desinstitucionalização dos Hospitais Psiquiátricos. Somente remoldando nossas relações sociais e a forma como nos constituímos em inter-relação uns com os outros, o direito à cidade deixará de ser um direito a viver na cidade para ser um direito construir e se constituir coletivamente nas cidades.

Bernard Bret, ao discutir a teoria da justiça de John Rawls em seu artigo

L'universalisme rawlsien confronté à la diversité du réel, remete o clássico binômio universalidade e particular buscando uma conjugação para essa questão, sem cair num universalismo autoritário, ou numa renúncia da autonomia moral e da própria razão.

Le refus de l'universel conduit à une impasse: considérer la philosophie morale et politique, dès lors qu'elle proclame l'universalisme de certaines valeurs, comme une vaine spéculation intellectuelle sans prise avec le réel (...) L'alternative réside-t-elle dans le refus assumé de l'universel et l'affirmation des particularismes moraux. On tombe alors dans le danger du relativisme et, partant, du communautarisme. Enoncer en effet une éthique qui serait particulière à un groupe, c'est reconnaître une autorité normative à des pratiques sociales spécifiques (BRET, 2009, p. 2)⁴³

Para Bret a diversidade exigiria uma teoria universal, mas que passe pelos princípios da diferença e da igualdade, como defendido na teoria da justiça de Rawls. Segundo Bret (2009), Rawls resolveria a partir de uma boa saída a questão da legitimidade do universal, num mundo onde se impera a diversidade, e isso se deveria a sua perspectiva de justiça. O princípio de Rawls ao priorizar o princípio da igualdade e da diferença:

Ce qui fait l'universalité des principes rawlsiens, c'est le voile d'ignorance mis par le sujet entre le monde réel et lui, de façon que soit imaginée une position originelle où il pourra rationnellement énoncer les règles de vie équitables pour les partenaires sociaux, c'est-à-dire les règles qui répartiront au mieux les avantages et les charges de la coopération sociale. On sait que, pour John Rawls, la répartition des biens matériels et immatériels la meilleure est celle qui sert le mieux les partenaires sociaux les plus modestes (maximiser le sort de ceux qui ont le minimum : principe du maximin). On sait aussi qu'il ne pose pas a priori que l'égalitarisme (l'égalité de tous dans tous les domaines de la vie sociale) serait nécessairement la configuration la plus efficace pour atteindre cet objectif. On sait enfin qu'il donne la priorité au principe d'égalité sur le principe du maximin, pour ce qui regarde la valeur intrinsèque des

⁴³ A recusa dos condutores universais esbarra num beco sem saída: considerar a filosofia moral e política, uma vez que proclama a universalidade de certos valores, tais como a especulação intelectual, sem contato com a realidade (...) A alternativa de assumir a recusa do universal e a afirmação do particularismo moral, em seguida, cai no perigo do relativismo e, assim, comunitarismo. Afirmando de fato uma ética que seria específica para um grupo e reconhecer a autoridade normativa de práticas sociais específicas (minha tradução)

personnes et leurs droits. Le système rawlsien articule donc et hiérarchise son principe d'égalité et son principe de différence. (BRET, 2009, p.4) ⁴⁴

Baseando sua ideia de justiça na razão e na ideia de um homem racional, que partilha os valores de uma comunidade, ou seja, possuem uma cultura e um bem comum, Bret aponta que em Rawls, o confronto do indivíduo com o universal resultaria no controle do cumprimento da moral e da ordem da lei, ou seja: o social particular das comunidades seria legítimo apenas na condição da não violação dos valores universais de uma comunidade, e esse universal garantiria a própria existência da comunidade humana. Seu debate abre o diálogo para se discutir o bem comum e o debate público, e para a distinção entre o bom e o justo:

En d'autres termes, comprendre le monde et transformer le monde sont les deux facettes de la philosophie rawlsienne. Puisque John Rawls distingue le bien et le juste en définissant le bien comme ce qu'un être rationnel peut souhaiter et le juste comme ce qui est conforme à des principes de justice eux-mêmes énoncés au terme d'une procédure rationnelle, il apparaît logique de considérer le juste comme un bien puisque le juste donne une satisfaction qui, elle, est un bien. (BRET, 2009, p.6)⁴⁵

A teoria da justiça de Rawls coloca a necessidade de se conhecer o mundo para agir no mundo, a variedade de percepções, e interpretações sobre o que pode ser o “justo” em sociedades e culturas diferentes, por isso, propõe um diálogo de civilizações na busca de consensos e convergências:

Sur les actions à entreprendre, le dialogue des civilisations est sans doute la méthode la plus crédible, parce que les principes de justice peuvent se

⁴⁴ O que faz com que a universalidade dos princípios de Rawls estar sob o véu da ignorância, ao colocar o assunto entre o mundo real e ele próprio, de modo que é imaginado uma posição original a partir do qual se afirma racionalmente regras justas para os parceiros sociais, isto é as regras que dividem os melhores benefícios e encargos de cooperação social. Sabemos que em John Rawls, a distribuição de bens materiais e imateriais baseia-se naquele que melhor serve os mais pobres parceiros sociais (de forma a maximizar o destino daqueles que têm menos; igualdade no princípio máximo). Sabemos também que ele não representa a priori um igualitarismo (igualdade para todos em todas as esferas da vida social) seria necessariamente a configuração mais eficiente para alcançar esse objetivo. Finalmente, sabemos que dá prioridade ao princípio da igualdade no princípio da máximo, para o que diz respeito ao valor intrínseco das pessoas e seus direitos. O sistema assim organizado visa priorizar o princípio de Rawls da igualdade e diferença de origem (minha tradução).

⁴⁵ Em outras palavras, compreender o mundo e transformar o mundo são dois lados da filosofia em Rawls. Ele distingue bom e justo, definindo o bem como um ser racional capaz de aspirar o justo, da mesma forma que é consistente com os princípios da justiça essa mesma enquanto fruto de um procedimento racional, dessa forma é lógico a consideração da justiça enquanto um bem, o que culminaria numa satisfação psíquica(minha tradução).

décliner de façons multiples dans les différentes aires culturelles et parce que considérer les partenaires sociaux comme des êtres rationnels conduit logiquement à les considérer comme susceptibles de trouver des consensus de recoupement validant des convergences entre les positions initiales (BRET, 2009, p.6) ⁴⁶

Nesse sentido Bret irá apontar que considerando o objeto da geografia (diferenciações espaciais) a teoria de justiça como proposta por Rawls poderia nos ajudar a compreender as injustiças espaciais não como um acidente no processo, mas sim como processo de produção de desigualdades espaciais.

A teoria de Rawls auxilia na própria compreensão sobre desigualdades espaciais como direito, e a defender a positividade da diferença:

Pour la géographie, dans la mesure où elle s'occupe des différenciations spatiales (c'est un savoir), et pour l'aménagement, dans la mesure où il a pour objet de transformer le territoire en fonction d'un projet de société (c'est une politique), la Théorie de la Justice constitue un fondement théorique extrêmement fécond. Contrairement à certaines objections qui lui ont été faites, elle permet d'appréhender la diversité du réel, et d'abord les inégalités des niveaux de développement (BRET, 2009, p.7) ⁴⁷

Ela traz respostas ao permitir o estabelecimento de relações entre a diversidade cultural e a ação para a promoção de uma justiça. Embora a aplicação de seus conceitos seja extremamente difícil, essa pode garantir que o princípio de realidade não supere os princípios de justiça, tendo que ter sempre em mente que o princípio de justiça deve ser objeto de reflexão e de revisão a todo o momento, e que este deve advir de um conhecimento sobre as comunidades, sua cultura, seus valores e a busca de um consenso social, sobre o bom e o justo.

⁴⁶Sobre as ações a serem tomadas, o diálogo de civilizações é provavelmente o método mais eficaz, porque os princípios de justiça podem variar de muitas maneiras nas diferentes áreas culturais e porque ao consideramos os parceiros sociais como seres racionais, pressupõe logicamente considerar sobreposição convergências e consenso entre as posições iniciais (minha tradução).

⁴⁷ Para geografia, uma vez que lida com diferenciação espacial (enquanto um saber) para se desenvolver, uma vez que visa transformar o território de acordo com um projeto social (e político), a Teoria da Justiça é um fundamento teórico extremamente frutífero. Ao contrário de algumas objeções feitas a ele, sua teoria ajuda a compreender a diversidade do real, e as primeiras desigualdades nos níveis de desenvolvimento (minha tradução).

Para uma perspectiva crítica na análise do espaço, um conceito espacial específico de justiça pode trazer importantes contribuições para o debate que aqui faço. O conceito de justiça espacial apesar de retomado muito recentemente, já esteve presente nos escritos de Henri Lefebvre⁴⁸ (2006b;1970) e outros geógrafos, principalmente no que diz respeito às teorias sobre justiça e direitos humanos relacionadas ao direito à cidade.

O autor compreende a cidade como: “como sendo projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano” (2006b, p.60).

Dessa forma, a sociedade é um reflexo da organização de seus lugares, como também, esses espaços tornados lugares são determinados socialmente e sua análise é capaz de fornecer elementos fundamentais para se pensar a sociedade.

Assim como os espaços podem influenciar e provocar comportamentos, inclusive os prejudiciais à sociedade, como os atos de crimes, e podemos incluir também os comportamentos de isolamento sociais que podem levar os indivíduos à depressão e outros acometimentos psíquicos. No caso dos moradores da RTs esse isolamento impossibilitaria a melhoria cognitiva e sua adaptação à vida social, após anos de internação (institucionalização). O conceito de espaço lefebvreano:

Religa o natural e o cultural, o social e o histórico, reconstruindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, de continentes ou de cosmo) -, produção (da organização espacial propícia a cada sociedade), - criação (de obras: a paisagem, a cidade como a monumentalidade e o décor). Isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da simultaneidade; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição, na inteligência e sobre a reunião material de elementos dos quais se produz simultaneidade (2006a, p.6)

⁴⁸ Em linhas gerais o direito à cidade, defendido por Lefebvre, se confunde com o próprio direito à vida, e por isso mesmo independe de seu reconhecimento como membro “natural” ou não de certo espaço. O autor reivindica uma integral cidadania a todos os habitantes de uma determinada cidade, seja ela qual for, sendo este reconhecimento formal ou não formal.

Lefebvre reconhece e descreve que haveria estrutura da cidade, depois a estrutura urbana da cidade e finalmente a estrutura social das relações que se estabelecem entre os indivíduos e os espaços, e entre os indivíduos nesse espaço. Em relação às significações, o autor afirma que:

Em seu plano específico, a cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. (...) Ao lado da escrita, existe a fala do urbano, ainda mais importante; essas palavras expressam a vida e a morte, a alegria ou a desgraça (LEFEBVRE, 2006^a, p. 68)

Ao trabalhar com a ideia de uma “forma urbana” descrevendo as formas das cidades, Lefebvre assinala que há uma ambiguidade no termo “forma”. Para elucidar o termo, o autor remete à teoria das formas, próxima a uma teoria filosófica do conhecimento. Em seguida, elabora um quadro das formas: “esse quadro vai do mais abstrato ao mais concreto e, por conseguinte do menos imediato ao mais imediato. Cada forma se apresenta em sua dupla existência, mental e social” (2006, p. 92).

Essa forma urbana se classificaria enquanto: forma lógica, matemática, através da linguagem da troca, da escrituração, do objeto prático-sensível; mentalmente, através da simultaneidade dos acontecimentos, das percepções, dos elementos de um conjunto no real e socialmente, pelo encontro e a reunião daquilo que existe nos arredores, na vizinhança e, por conseguinte a sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, como sentido das atividades, como encontro da obra e do produto (LEFEBVREa, 2006,p. 94).

Na vida moderna tanto os encontros seriam propiciados, quanto os espaços de segregação e o encerramento dos indivíduos em lugares periféricos: subúrbios. Traçando-se novamente um paralelo com a história urbana recente, formas sócio-espaciais se organizam e reorganizam, cultural e historicamente, revelando valores que estruturam a vida pública e refletem a forma como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade.

A forma urbana mental e social das grandes cidades gera, hoje, novos padrões de segregação espacial, transformando profundamente a qualidade do espaço

público, e define dessa forma, aqueles que gozarão dos direitos à cidadania e ao menos cidadãos, de modo que a violência e a segregação sócioespacial dos grandes centros, acaba por definir os humanos e menos humanos, quando discutimos violência urbana.

Nas revisões atuais ao conceito de espaço, não cabe mais o entendimento dele como um mero receptáculo da atividade humana, mas sim, como algo aberto, capaz de integrar-se a um princípio da diferença enquanto fundamento, permitindo a construção de interligações de modo que nada pode ser inflexível ou apático, como possuidor de potencial político, e uma produção aberta e múltipla de significados.

Onde os espaços jamais poderão ser “essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros” (MASSEY, 2000, p.32). Na contemporaneidade são produzidos novos olhares sobre a causalidade espacial urbana, e como aponta Soja (2009, p.2) a crítica espacial contemporânea propõe três princípios básicos fundamentais para se pensar o espaço na atualidade:

*a) la spatialité ontologique des êtres humains (nous sommes tous des êtres spatialement tout autant que socialement et historiquement situés). b) celui de la production sociale de la spatialité (l'espace est produit socialement et peut du coup être transformé socialement). c) celui de la dialectique socio-spatiale (le spatial est socialement produit et donc la réciproque est aussi vraie).*⁴⁹

As justiça e as injustiças são realizadas e constituídas espacialmente, não fogem de uma geografia; são multiescalares e precisam ser assim pensadas. O termo justiça espacial enfatiza intencionalmente os aspectos espaciais e geográficos da justiça e da injustiça, considerando enquanto justo a distribuição equitativa de bens, oportunidades, recursos socialmente valorizados, conhecimento, tecnologias, e oportunidades, adotando-se como princípio a positividade da diferença.

⁴⁹A) a espacialidade ontológica dos seres humanos (somos todos seres espacialmente, bem como social e historicamente situados). B) o da produção social de espacialidade (o espaço é socialmente produzido e pode ser transformado socialmente). C) a dialética sócio-espacial (o espaço é socialmente produzido e é também produtor, onde a recíproca é verdadeira) [minha tradução].

Soja (2009) destaca que o termo justiça espacial não vem substituir a justiça social, econômica ou territorial, mas se constitui enquanto uma forma de olhar para a justiça, uma escolha teórica e política, que visa a elaboração de reflexões críticas a partir de uma perspectiva espacial.

A adoção da dimensão espacial à ideia de justiça visa reconhecer também, que as geografias que produzimos e vivemos podem ser libertadoras, opressoras, justas ou injustas e ter efeitos positivos ou negativos sobre quase tudo o que fazemos:

La justice (ou l'injustice) spatiale peut être comprise à la fois comme une conséquence et comme un processus, en tant que géographies ou schémas de répartitions qui sont en eux-mêmes justes ou injustes, et en tant que processus qui produisent ces résultats. S'il est relativement facile de trouver des exemples d'injustice spatiale, il est beaucoup plus difficile d'identifier et de comprendre les causes sous-jacentes qui produisent les géographies de l'injustice (SOJA, 2009, p. 3)⁵⁰.

Nesse caminho, para o estudo de caso que proponho, essa perspectiva auxilia a identificar espacialmente as discriminações relacionadas aos espaços e as relações, que resultam do tratamento desigual que alguns segmentos da população sofrem, histórica e culturalmente, a exemplo dos indivíduos que sofrem de transtornos mentais graves.

Essas discriminações, que não se reduzem à segregação espacial, apontam para a necessidade de se refletir sobre a organização política dos espaços a partir de uma perspectiva da promoção de justiça espacial, uma vez que essa organização é fonte de injustiças diversas que vão muito além de um *apartheid* territorial.

Les discriminations liées aux localisations (discriminations localisationnelles), résultat du traitement inégal fait à certaines catégories de population en raison de leur localisation géographique, s'avèrent fondamentales dans la

⁵⁰Justiça (ou injustiça) espacial pode ser entendida tanto como uma consequência, como um processo, ou como geografias e padrões de distribuição que são eles próprios justos ou injustos, e também como os processos que produzem esses resultados. Embora seja relativamente fácil encontrar exemplos de injustiça espacial, é muito difícil de identificá-los e compreender as causas subjacentes que produzem geografias injustas (minha tradução).

production d'injustice spatiale et dans la création de structures spatiales pérennes, fondées sur privilèges et avantages. Les trois forces les plus connues qui agissent pour produire de la discrimination localisationnelle et spatiale sont la classe sociale, la race et le genre, mais leurs effets ne doivent pas être réduits à la seule segregation (SOJA, 2009, p.3)⁵¹.

Por isso, a compreensão da justiça espacial como um processo que pode produzir justanças ou injustanças, e a defesa do entendimento da diferença a partir de sua positividade, por um conceito de justiça espacial que seja capaz de relacionar o global e o local, são processos necessários à produção de novos saberes sobre as relações sociais, culturais, políticas e espaciais que constituem os territórios.

A injustiça e a justiça estão inscritas na espacialidade e não podem ser dissociadas de geografias multiescalares que revelem os processos por meios dos quais as desigualdades cimentam estruturas duradouras de privilégios e desigualdades. Se pensar igualdade sócio-espacial é fundamental para a promoção de políticas culturais sensíveis à diferença e a manutenção da dignidade humana e da equidade social, também a justiça, deve ser pensada a partir do seu caráter geográfico, cultural, social e sensível.

3.2. O campo na casa dos doidos

O mapa (FIGURA 02) apresenta a localização da Residência de TABAJARA, no Município de Cariacica, já conhecido por suas mazelas sociais e falta de infraestrutura e serviços sociais básicos.

Durante as entrevistas com a vizinhança, pedia aos entrevistados que avaliassem o seu bairro e as respostas eram sempre destacando a falta de infraestrutura e um certo “abandono” pelo poder público Municipal e Estadual: “Meu bairro tá horrível, cheio de lixo alí (aponta) eu falei com elas para colocar outro dia. O

⁵¹Discriminações relacionada com locais (discriminação locacional) são o resultado de um tratamento desigual feitos a certos grupos da população por causa de sua localização geográfica, e são fundamentais na produção de injustiças espaciais e na criação de estruturas espaciais sustentáveis com base em privilégios e benefícios. As três forças mais conhecidas agindo para produzir a discriminação locacional e espacial são as forças de classe social, raça e gênero, mas seus efeitos não deve ser reduzidos apenas à segregação promovida. (minha tradução).

bairro tá muito perigoso hoje” (Moradora de Tabajara, 51 anos). E mesmo as falas que destacam melhorias no bairro, também enfatizavam sua carência de serviços e infraestrutura:

Eu moro há 59 anos, nasci no bairro, meu bairro está precário mesmo, o que melhorou foi o calçamento que teve, mas falta segurança e coleta de lixo (...) Também teria que ter uma linha de ônibus aqui dentro, pois tem que andar pra pegar e muita gente está sendo assaltado indo pro ponto de ônibus.
(Moradora de Tabajara, 59 anos)

Os moradores reclamam da Unidade de Saúde, da distância do ponto de ônibus, da falta de praças, de opções de lazer, dos constantes assaltos e da falta de policiamento, e principalmente de muitos pontos de lixo, e a falta de limpeza e coleta no bairro: “moro há 42 anos no bairro, ele já teve muito melhor, mas hoje está entregue às baratas. A bandidagem está em todo o lugar” (Moradora de Oriente 69 anos).

Apesar de a maioria dos entrevistados serem moradores antigos do bairro, tendo lá crescido ou morado desde seu casamento, não percebem grandes investimentos sociais e o desenvolvimento urbano de forma planejada. Ou seja, os bairros pesquisados, teria ficado a margem do desenvolvimento do município como um todo, se configurando enquanto “periferia”. Seus moradores se sentem não contemplados com o desenvolvimento social e econômico do Estado, ou mesmo de seu município como um todo, como se estivessem segregados: “é um bairro antigo, onde o poder público não olha, as condições que a gente tem aqui é a mesma de trinta anos atrás” (Morador de Oriente 63 anos).

Lefebvre, ao falar de segregação sócioespacial reforça que estas destruiriam morfologicamente a cidade ameaçando a vida urbana e não poderia ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais (LEFEBVRE, 2006a). “A segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)” (LEFEBVRE, 2006a, p. 97).

Nesse sentido, um olhar mesmo que superficial sobre a situação do município de Cariacica já é suficiente para destacar as diversas carências e falta de infraestrutura e serviços que o caracterizam. Primeiramente a questão da renda, já que a renda média salarial dos trabalhadores formais do município de Cariacica é R\$ 2.100,00, abaixo da média Estadual, que é R\$ 2.290,00 (IBGE, 2016), e o mesmo ocorre com o Índice de Desenvolvimento Humano, que é 0,718, abaixo também da média estadual que é de 0,740 (IBGE, 2010).

No mapa de Tabajara (FIGURA 2), percebemos que além de estar distante dos serviços, a residência se encontra também distante de ponto de ônibus, o que dificulta o acesso ao sistema público de transporte, logo, à livre circulação de seus moradores.

FIGURA 02 - Mapa da Residência de Tabajara



- Residência Terapêutica
- Escola Municipal
- Ponto de ônibus



LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA
BAIRRO GRAÚNA

Local	Cariacica	Distrito	Sede		UF	ES
Fonte	Ortofotomosaico 2015/2017				Escala:	1/2.500
Obs.	Coordenadas UTM - Datum WGS 84 - Fuso 24 K					

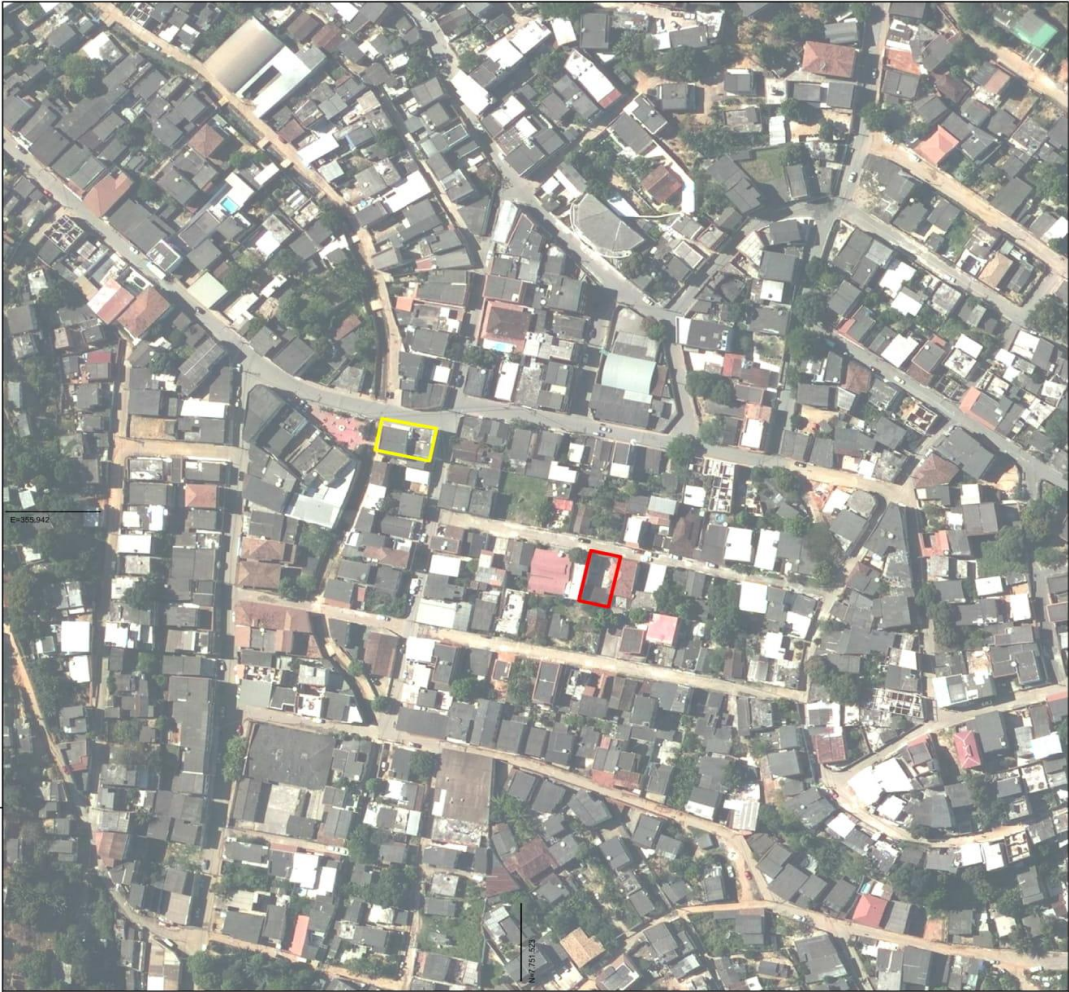
Tanto em Tabajara quanto em Oriente (FIGURA 02 e FIGURA 03) não existem estruturas de lazer e esportes, apesar de em Oriente a residência estar próxima à Unidade de Saúde (FIGURA 03), durante as minhas visitas fui informada de que não utilizam o posto, devido às dificuldades de marcação de consulta, já que a demanda do bairro está muito além da oferta segundo relações dos moradores: “o Posto (Unidade de Saúde) a gente tem, mas é uma precariedade, não tem médico. Poderiam melhorar bastante. Eles têm capacidade de dar um serviço melhor para a comunidade, mas não fazem” (Moradora de Oriente, 36 anos).

Dessa forma, é possível associar ambos os bairros a uma “segregação socioespacial” considerando renda e o que seria uma negligência do poder público no tocante aos serviços e a infraestrutura disponível. Apesar do município possuir bairros melhor assistidos, os bairros pesquisados estariam fora da “arrumação”.

Vale destaque ainda, que no bairro mais desprovido de serviços e acessos: Tabajara, concentra-se mais de uma residência⁵², e em Oriente identifiquei apenas uma. O que corrobora o fato de que essas residências foram instaladas nas periferias e sem o suporte devido de infraestrutura e serviços públicos. Ou seja, sua localização não atende ao seu objetivo primordial de garantir a esses moradores direitos sociais, dignidade e cidadania.

⁵² Quando iniciei o campo descobri que Tabajara contava com duas residências, mas apenas a Residência mista era de responsabilidade do CAPS – Cidade, onde consegui autorização para pesquisar, a outra era de responsabilidade do CAPS Moxuara, por isso, não foi incluída nesta pesquisa.

FIGURA 03 - Mapa da Residência de Oriente



— Residência Terapêutica
— Unidade de Saúde



LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA
BAIRRO ORIENTE

Local	Cariacica	Distrito	Sede		UF	ES
Fonte	Ortofotomosaico 2015/2017				Escala:	1/2.500
Obs.	Coordenadas UTM - Datum WGS 84 - Fuso 24 K					

Com aponta Lefebvre sobre o conceito de segregação, a mesma constituiria em termos “diante de nossos olhos, projetados separadamente, os grupos, as etnias, as idades e os sexos, as atividades, os trabalhos, as funções, os conhecimentos” (LEFEBVRE, 2006a, p. 102).

Considerando aqui os moradores das residências enquanto um grupo social específico que guarda uma característica de estarem em tratamento por sofrimento psíquico, identificamos sua segregação, num bairro de características periféricas, ou seja, produtos da lógica de parcelamento desigual do solo, das oportunidades, do desenvolvimento social e econômico, dos serviços e da infraestrutura propiciada pelo poder público.

O termo periferia é frequentemente associado à questão da distância em relação às cidades centrais e ao segmento populacional economicamente destituído, de onde surgem as reflexões quanto ao espaço de exclusão sócio territorial.

Essa perspectiva se faz presente na representação do morador da periferia a partir da leitura enquanto lugar de produção de estratégias de vida particulares do espaço, na formação de modos de vida singulares, e a partir do reconhecimento de que a fragmentação espacial é de viés social. Ao refletir sobre o conceito de periferia, Durham (1986) afirma que:

A população pobre está em toda a parte nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cômodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos. Mas há um lugar onde se concentra, um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada periferia. A ‘periferia’ é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos. (DURHAM, 1986, p.86)

Embora não seja possível restringir à população pobre a uma periferia vinculada à distância, esse conceito deve ser entendido pelo seu viés social, vinculado aos modos de vida desenvolvidos na uniformidade e segregação compartilhados por determinada população, em que a partir da ordem próxima (LEFEBVRE, 2006a) potencializa-se a constituição de redes de solidariedade bem específicas, conforme

pude observar nas entrevistas com a vizinhança: *“a vizinhança, todo mundo vigia, todo mundo olha, e se acontece alguma coisa um liga, ajuda”* (Moradora de Oriente, 36 anos).

Essa relação de proximidade entre as pessoas, e relações antigas com a vizinhança apareceram como sendo ponto positivo dos dois bairros em muitas entrevistas: *“na vizinhança, as pessoas todas se conhecem”* (Morador de Oriente, 37 anos).

A relação de proximidade com a vizinhança, onde percebemos o sentimento de coexistência, é responsável pela receptividade em relação aos moradores da residência, nas entrevistas onde estes são percebidos como “vizinhos” e não “eles”.

Faço essa diferenciação uma vez que nas entrevistas apenas três pessoas frisaram ter tido problema com os moradores, para os demais entrevistados os moradores das residências seriam parte do bairro, mesmo que o desconhecimento de sua condição e de como funciona a casa seja uma constante: *“Não tive a oportunidade de conversar com os moradores, mas eu conversaria sim (...) não sei se é aberta a visitas, mas eu até falo com minha mãe, que tenho curiosidade de conhecer”* (Moradora de Oriente, 28 anos).

No geral, as pessoas consideram que os moradores da residência “não incomodam” e tem curiosidade em conhecer a casa. Apesar dessa visão positiva, muitos relatam que os mesmos não sairiam de casa, não andariam pelo bairro, e nem mesmo, circulariam sozinhos pela cidade. Ou seja, são parte da cidade, mas não incomodam porque não são vistos, e não circulam, se assim o fizessem o conflito poderia existir.

Dessa forma, a receptividade é uma transferência do sentimento em relação à vizinhança como um todo, já que os moradores não são particularmente conhecidos e não se convive com eles. A receptividade é boa por se encontrar extrapolada da relação com os vizinhos, e por serem eles “parte da vizinhança”: *“Eu acho que a vizinhança tem uma boa relação com eles, acho que ninguém reclama, eu acho que é bom sim, nunca ouvi falar de nenhuma reclamação deles, não”* (Morador de Oriente,

37 anos).

Nas duas ocasiões em que foram relatados problemas com os moradores, tratou-se de indivíduos que circulavam na vizinhança: *“Eu não tenho filho pequeno, mas para quem tem é muito complicado”* (Moradora de Oriente, 49 anos). Ou seja, a boa relação não se refere a uma coexistência real entre os moradores e a vizinhança, mas a uma coexistência virtual, que considera a vizinhança ampla, que nas entrevistas foi citada como sendo ponto positivo de morar no bairro: *“as pessoas, as amizades, eu conheço a maioria das pessoas aqui da minha rua, do entorno, são pessoas que você convive e tem um laço”* (Moradora de Oriente, 49 anos).

Tanto em Tabajara quando em Oriente os moradores na maioria das entrevistas não “incomodariam” o bairro, ao mesmo tempo que “não circulariam” no bairro, com exceção de um ou dois moradores (dois em Oriente e um em Tabajara).

E quando indagados sobre se os moradores utilizavam os equipamentos públicos ou circulariam na comunidade, a maioria não soube informar, ou respondeu que não: *“eles não perturbam, não, eles quase não saem, eles nem circulam aqui”* (Moradora de Tabajara, 59 anos), ou ainda: *“Não sei se usam posto, não, nunca reparei isso”* (Moradora de Tabajara, 49 anos).

Assim sendo assim, a segregação sobre os moradores da residência ocorre em função dupla: por se encontrarem habitando um bairro periférico já em situação de segregação, e por estarem segregados do convívio com a vizinhança, por se encontrarem restritos à residência, não circulando no bairro, e poucas vezes na cidade. O que foi corroborado nas entrevistas com os técnicos do CAPS também: *“eu vou falar da minha experiência que é mais próxima de Oriente, alguns circulam, e outros não circulam pela vizinhança, mas para os moradores lá ainda é uma clínica... mas está bem melhor que um tempo atrás”* (Funcionário 2 CAPS).

Esses destacam também os prejuízos dessa não circulação e apropriação dos espaços da cidade, tanto de forma cognitiva como para o resgate da dignidade dos pacientes e sua sociabilidade:

Eles também não se apropriam da cidade, os passeios que eles fazem, são nas oficinas nossas, e que tivemos uma perda grande, com o fim do contrato da Combi. Mas ir de ônibus também é interessante, não é confortável para fazer um passeio, mas é importante eles andarem de ônibus também, ir pagar passagem, passar na roleta, isso faz parte é viver, é estar na Cidade (Técnica 3 CAPS).

A noção de residir, morar, habitar remete ao termo “lar” como local de intimidade entre as pessoas, de sentimento de pertença e de fortes vínculos interpessoais não é fácil de ser assimilada, por parte dos moradores das residências, devido ao seu histórico de rotinas impostas verticalmente e baseadas em um modelo de assistência médica que não leva em conta as singularidades.

Os prejuízos dessa não circulação pela vizinhança e pela cidade seriam vários: como a regressão cognitiva, a falta de sentimento de individualidade, falta de sentimento de pertença em relação à casa e as coisas da casa, sociabilidade limitada, conforme percebi nas visitas e durante a realização das entrevistas. O que considerando o sofrimento psíquico e as condições emocionais e psicológicas de cada sujeito pode culminar em irritabilidade, isolamento social, dificuldade de comunicação, dificuldade motora e dependência de outras pessoas para a realização de tarefas simples como tomar banho e se alimentar:

Prejuízo é do não acontecimento da ressocialização, ou da socialização, na verdade, você estar num ambiente onde você não tem acesso à vizinhança, fica num mini-Hospital, aí você sai de lá e vem para o CAPs que é um hospital dia, você não sai da lógica manicomial. Tem que sair desse ciclo, lidar só com profissionais da saúde e pacientes com transtorno mental, não se convive, não sai desse mundo hospitalar, da lógica hospitalar (Técnico 4 CAPS).

A superação da lógica e do modelo hospitalar de cuidados nas RTs depende de uma série de ações com vistas à estimulação do sentimento de pertencimento em relação à casa, de apropriação dos afazeres de casa, e também, da circulação pela vizinhança e pela cidade, como forma de resgatar a identidade, a autonomia e a identificação e experimentação de lugares, por parte dos moradores.

Rybezynski (1943) ao descrever as transformações nas casas da Idade Média à atualidade, destacando os usos dos espaços domésticos, dos utensílios da casa aos cômodos e as significações associadas a casa tornada lar na transição da moradia feudal para a casa familiar (modelo que vigora até os dias atuais), relata que esta mudança é possível em virtude do que chama de “senso de intimidade doméstica que estava surgindo” (RYBEZYNSKI, 1946, p.61). Esse senso, afetou não apenas as relações, a tecnologia, o ambiente físico e as práticas, mas principalmente a consciência. O autor afirma que “o bem estar doméstico é uma necessidade humana fundamental, que está profundamente enraizada em nós e que precisa ser satisfeita” (RYBEZYNSKI, 1946, p.223).

A casa é minha, quando me aproprio dela, quando me identifico, reconheço meu quarto, meu guarda-roupa, e o mesmo ocorre com o meu bairro, ele existe e é alguma coisa em comparação com os demais bairros. Minha percepção de serviços públicos, de segurança, de pontos positivos ou negativos de meu bairro, é construída em comparação com os demais bairros que conheço e a partir de uma expectativa individual e social do que vem a ser qualidade de vida. Se eu não conheço outros locais e não sinto o bairro como meu, tampouco crio memórias e relações com os lugares.

Durante as entrevistas, os técnicos do CAPS e também a vizinhança, citaram prejuízos a não circulação por parte dos moradores das RTs:

Prejuízo é cognitivo, quando você circula, conversa, você aprende coisas, (...) ser humano envolve viver em comunidade (...) para além no impacto da vida cognitiva deles, também a questão dos vizinhos conhecerem eles, conversarem, terem um convívio com o diferente (Funcionário 5 CAPS).

E também destacaram o prejuízo da não convivência para os vizinhos, uma vez que a não circulação dos moradores reforça o estigma do louco como sendo alguém perigoso:

O prejuízo é geral, saindo ora fora, ou para a vizinhança, acho que traz aquele estigma para a vizinhança de que o louco é perigoso, que tem que ficar

trancado, e a não circulação não permite que o estigma seja quebrado (....) é fundamental, eu não me vejo um dia sem sair de casa, a maioria das pessoas é assim, precisa estar circulando, precisa sair, isso é parte de sobrevivência. (Funcionário 1 CAPS).

Os entrevistados do CAPS argumentam que: *“como a gente garante autonomia cidadania, direito de ir e vir, como falar de garantia de direitos? É incoerente!”* (Funcionário 1 CAPS). A circulação pela cidade é considerada como um dos elementos básicos de um resgate dessa cidadania perdida devido aos anos de institucionalização.

Enfatizam que *“a ideia de que continuo trancado, institucionalizado, é a ideia de não pertencimento ao território, de que não sou morador daqui”* (Funcionário 1 CAPS), por isso, o circular pela casa e vizinhança também está relacionado ao sentimento de pertencimento à casa, e de morar em um lar.

O reconhecimento da casa engloba identificar os moradores e os não moradores, ou seja, a vizinhança, assim como o reconhecimento do bairro, como sendo “meu bairro”, pressupõe conhecer também outros bairros diferentes do meu, parecidos ou simplesmente lugares que eu identifico por recordar visita-los:

Acho que a questão do pertencimento, essa casa é minha, esses são meus vizinhos, esse é meu bairro. Não são todos os moradores que dão conta de fazer essas conexões, mas a maioria sim, e os demais também tem que desenvolver sentimentos de pertença (Técnico 3 CAPS).

Os lugares que eu conheço são constitutivos de minha história, minha individualidade, sou capaz de me identificar ou afastar de certas características, valores e definir gostos e preferências. Na memória que crio dos lugares que já fui, conheço sobre mim e sobre aquilo que eu gosto, desenvolvo cognitivamente a capacidade de comprar, selecionar, escolher e sou capaz de produzir familiaridade.

Para os moradores das RTs esses sentimentos são muito importantes, já que em sua maioria os laços familiares foram perdidos ou estão de alguma forma desconstruídos:

É importante conviver com a Cidade e vizinhança, para ter estímulo, sentir parte de uma comunidade, aspecto cultural também, e sensação de pertença (...) lazer por exemplo, a nossa psiquê humana também está relacionada ao lazer, os gostos, conhecer os lugares (...) nós sabemos que muitos estão comprometidos, cognitivamente, intelectualmente, socialmente, alguns pedem o retorno, falam do desejo de rever os familiares, e essa reinserção familiar a Invisa não faz isso muito bem, além de conhecer a Cidade o resgate familiar também é importante” (Funcionário 5 CAPS).

O abandono familiar também agrava a situação dos moradores das RTs, a falta de visita dos familiares intensifica o sentimento de não pertencimento desses sujeitos. A segregação não é apenas espacial, ela é econômica, social e emocional.

Os mesmos, não se encontram somente segregados às periferias, mas segregados de suas famílias, e laços sociais. Logo, a importância de circular pela cidade, pelo bairro e estabelecer relações com a vizinhança, é ainda maior. A criação de laços com a vizinhança, novos lugares a se conhecer e produzir relações de intimidade, amenizariam o sentimento de abandono e reforçariam outros laços sociais, em lugar dos laços familiares perdidos, ou enfraquecidos.

No entanto, lidar com a “loucura” sempre foi, e ainda é hoje, uma questão desafiadora. Além da qualificação e capacitação das pessoas que atuam na área da saúde mental, uma mudança cultural é necessária já que embora a maioria das pessoas compreenda que o isolamento não é a forma de lidar com o “transtorno mental”, o “medo” ainda é o sentimento que move as relações primárias quando deparados com a “loucura”.

A assimilação e integração das pessoas com transtorno mental à sociedade de uma forma geral, enfrenta dificuldades históricas que engendram hoje, duas formas distintas de se lidar com a loucura: integrando-a como uma diferença positiva ou excluindo-a e a anulando. E embora a Reforma Psiquiátrica (BASAGLIA, 1982;1985) tenha se constituindo a partir da primeira forma, a sociedade está muito mais acostumada a utilizar-se da segunda forma, promovendo a segregação desses indivíduos da sociedade de forma ampla.

As práticas sociais de cuidados, sem a devida capacitação e olhar diferenciado que abarque a loucura enquanto positividade, acabam por reproduzir o olhar da anulação e exclusão dos sujeitos, atuando no sentido contrário a promoção de sua autonomia.

Dessa forma, ao não promover a circulação dos sujeitos na vizinhança e na cidade, para além dessas RTs estarem localizadas em periferias, culminam na promoção de injustiças espaciais que impedem também a conquista da cidadania e independência dos moradores das RTs. E para compreender esse fenômeno, não posso deixar de refletir sobre o que vem a ser loucura e os estigmas ligados à invenção da ideia de loucura.

Apesar dessa pesquisa não possuir a pretensão de discutir o conceito de loucura, não posso deixar de comentar sobre a construção social e histórica desse entendimento, e sua relação com as concepções de loucura que temos atualmente, e que tornam difícil uma mudança de mentalidade sobre como cuidar de pessoas com transtornos mentais graves.

3.3 Sobre a loucura em que habita⁵³

O que vem a ser “a loucura”? Talvez devemos pensá-la como atribuição e não como um conceito, certamente! Ela não pode ser tomada como uma instância universal. A própria história da palavra não se refere a um fenômeno único que se repete ou evolui de tempos em tempos, mas a uma multiplicidade de fenômenos. Loucura é simplesmente uma palavra usada para classificar, enquadrar e encerrar o outro! No entanto, não estamos livres das palavras, de seu peso, de suas amarras e nem da capacidade que nelas depositamos de produzir categorias, ideias, valores e semelhanças.

⁵³ Trocadilho proposital com a obra de Pedro Almodóvar: “La piel que habito” pois considero que a loucura deveria ser entendida como uma pele, algo que não deve identificar o indivíduo, mas que o habita, o encobre, podendo encobrir qualquer indivíduo a qualquer tempo.

Ao pensar numa historicização dessa palavra, tentando remontar a sua criação e seu caminho percorrido, é fácil encontrar várias imagens da loucura em tempos e espaços diversos; o louco surgindo em cena à partir de diversas máscaras, performances e surgindo em diferentes palcos e cenários.

Remetendo à discursos inventados e praticados ao longo da história, conforme destaca Veyne (1982, p. 268) “(...) não existe loucura através dos tempos”, não podemos falar da loucura como um objeto específico, como um fato, mas nem tampouco de um nome que se repete ao longo dos anos, a loucura é mais relacional que constituinte, ou constitutiva. Nasce das relações que as pessoas estabelecem umas com as outras e se institucionaliza.

Para iniciar esses debates, não posso partir, senão de Foucault, e seu modo de reconstruir arqueologicamente a loucura, em *A História da Loucura* (1997). Foucault se nega a criar um novo conceito de loucura, sua questão sempre foi mostrar a forma como “o louco” é entendido, o que as diferentes sensibilidades em relação à loucura podem fazer para alterar a situação dessa exclusão. Em sua análise das tecnologias de exclusão da loucura, o pensador se concentra em uma questão muito importante: para ele, a loucura se caracteriza estritamente pela forma como a sociedade experimenta, vivencia essa relação com a loucura.

O autor inicia sua análise a partir do desaparecimento dos leprosários na Idade Média na Europa, e aponta que os leprosários e os ritos de segregação dos leprosos não estavam destinados a suprimir a lepra, “mas sim a mantê-la a uma distância sacramentada, a fixá-la numa exaltação universal” (FOUCAULT, 1997, pg. 5). A loucura, assim como a lepra, é até hoje, mantida a essa mesma distância. Como não pensar de forma espacial a questão da loucura? Considero impossível!

A loucura se constitui a partir de práticas de exclusão e do isolamento, e que mais tarde, assumiria também outras formas de segregação socioespacial⁵⁴ incluindo: pobres, vagabundos, presidiários, órfãos, e crianças abandonadas. O fenômeno da

⁵⁴ Refiro-me a segregação que impede a convivência de pessoas num mesmo território e que separa pessoas com culturas ou características distintas, a exemplo do confinamento desses sujeitos em Asilos e depois em Manicômios (FOUCAULT, 1997).

loucura apareceu no século XVII, antes de ser apropriado pela medicina, como herança da lepra e do movimento de segregação desses doentes. A loucura herda a produção de um espaço isolado e afastado da vida que acontecia nas cidades e que coloca os indivíduos na posição de menos humanos, ou não humanos:

a loucura é arrancada a essa liberdade imaginária que a fazia florescer ainda nos céus da Renascença. Não há muito tempo, ela se debatia em plena luz do dia: é o Rei Lear, era Dom Quixote. Mas em menos de meio século ela se viu reclusa e, na fortaleza do internamento, ligada à Razão, às regras da moral e a suas noites monótonas (FOUCAULT, 1997, P. 78).

Antes da segregação dos “loucos”, os chamados “alienados” percorriam outros movimentos se fazendo notar na paisagem da Europa, passeavam errantes pelas cidades, navegavam de um porto a outro, eram expulsos de cidades e entregues à própria sorte no mar, mas eram livres, como destaca Foucault, o louco: “é um prisioneiro no meio da mais livre, da mais aberta das estradas: solidamente acorrentado à infinita encruzilhada. É o *passageiro* por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem” (1997, p. 12).

De lá para cá talvez não tenha mudado muita coisa, afinal, se resgatarmos do pensamento de Foucault a figura do “errante, expulso da cidade” não ficaremos tão distantes assim da visão da loucura ou do louco de nossas cidades na atualidade. A loucura está sempre colocada como o “não desejado” da paisagem das grandes cidades, como um “fora”, e ou “não parte”. No século XVIII, Foucault identifica que:

Doentes venéreos, devassos, dissipadores, homossexuais, blasfemadores, alquimistas, libertinos: toda uma população matizada se vê repentinamente, na segunda metade do século XVIII, rejeitada para além de uma linha de divisão, e reclusa em asilos que se tornarão, em um ou dois séculos, os campos fechados da loucura (FOUCAULT, 1997, p. 102).

No entanto, o louco das cidades na Idade Média, que andava errante, ainda assim era parte da paisagem da cidade, estava nela mesmo que de passagem, já hoje

pós a ciência médica tomar para si a responsabilidade sobre os cuidados da loucura:

Pode-se dizer que a loucura, nesse curtíssimo exemplo de descontinuidade histórica, passou de um papel específico para outro papel, indistinto. Não se ‘aprimorou’ o conhecimento sobre a loucura em direção ao moderno saber médico, houve uma descontinuidade. Aqui se mostra que: quis o destino, infelizmente, que as coisas fossem mais complicadas. E, de um modo geral, que a história da loucura não pudesse servir, em caso algum, como justificativa e ciência auxiliar na patologia das doenças mentais. A loucura, no devir de sua realidade histórica, torna possível, em dado momento, um conhecimento da alienação num estilo de positividade que a delimita como doença mental; mas não é este conhecimento que forma a verdade desta história, animando-a desde sua origem (FOUCAULT, 2008, p.19).

Após sua apropriação pela medicina, que na Idade Moderna passou a se responsabilizar pela “gestão da loucura”, acabou por ser trancafiada em hospitais psiquiátricos, durante muito tempo (ARBEX, 2013). Em “Doença mental e psicologia” (1991) Foucault situa historicamente a constituição do conceito de “doença mental” relacionando-o a uma série de práticas médicas que justificaram a própria definição de campo da psiquiatria, e onde, doença e tratamento se situam historicamente e marcam essa apropriação:

organização da rede médica, sistema de detecção e profilaxia, forma da assistência, distribuição de cuidados, critérios de cura, definição da incapacidade civil do doente e da sua irresponsabilidade penal; em resumo, todo um conjunto que define numa cultura dada a vida concreta do louco. (FOUCAULT, 1991, pg. 90).

A psiquiatria nasce para administrar e gerir a loucura, uma vez que ao final da Revolução Francesa, o louco adquire *status* de alienado e permite à medicina definir a medicalização e tutela desses sujeitos a esta ciência médica, que serviria aos interesses do governo francês, preocupado em extirpar da paisagem das cidades francesas os chamados alienados. Os homens da desrazão, que tanto ameaçavam o pacto social definido a partir de um contrato entre homens livres e racionais.

Ao passar a responsabilidade do cuidado dos loucos aos médicos, a loucura se torna um problema técnico mental, uma doença, sendo assim; administrável (CASTEL, 1978). A psiquiatria e seu discurso moralizante legitima uma prática de segregação social e espacial de indivíduos que seriam por ela classificados como loucos. Para Birman:

A Psiquiatria torna-se um poder que se exercerá como regulação moral das individualidades, definindo valores que estabelecerão o campo de variação do comportamento humano. Este será considerado como mórbido ou sadio, numa escala estabelecida pela razão psiquiátrica (BIRMAN, 1987, pg.12).

Erwin Goffman em sua obra *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* destaca a forma como a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas à partir de atributos socialmente esperados, considerando-os como normais para certos membros de certas categorias, e “anormais” quando o comportamento esperado se torna “desviante”. E aponta como essa categorização criaria estigmas: “o termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 2004 p. 06).

Goffman acredita que os seres humanos agem nas esferas da vida e em diferentes lugares, com diferentes coparticipante e sob diferentes autoridades sem um direcionamento racional geral, e ao se inserirem em uma instituição social passariam a agir num mesmo lugar com um mesmo grupo de pessoas e sob tratamento, obrigações e regras similares para a realização de atividades impostas. Quando essas instituições se organizariam de modo a separá-los da sociedade mais ampla por um longo período de tempo, impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (a exemplo do que ocorrem nas instituições psiquiátricas e ainda persiste nas RTs), ela apresentaria a tendência de “fechamento” o que simboliza o seu caráter “total”. Essa caracterização definiria o comportamento dos indivíduos em instituições consideradas “totais” à exemplo de manicômio e prisões (GOFFMAN, 2001).

Diante dessa forte influência na reorganização do comportamento do indivíduo promovida nas instituições totais, as pessoas em situação de internação passariam a

desenvolver a sua adaptação, que poderia se dar pelos “ajustamentos primários”, ao contribuírem cooperativamente com as atividades exigidas pela instituição, ou pelos “ajustamentos secundários” escapando do que a organização supõe que deve fazer ou obter, ou seja, escapando daquilo que deve ser.

Mas de forma geral, mesmo que essa adaptação seja efetuada de uma ou das duas formas, tem-se como resultado disso alta dose de sofrimento psíquico e mortificação do eu. Essas instituições ao introduzirem padrões de bem estar, valores, incentivos, sanções e também suposições a respeito do eu, acabam por impor aos sujeitos um ideal de comportamento e atitudes concernentes com os padrões socialmente esperados, em resposta a uma sociedade que prima pela homogeneização.

A medicina, ao se tornar vetor desse processo se firma no espaço social como instância promotora da gestão da saúde coletiva e controle das epidemias e enquanto agentes da saúde e da normalidade do todo social.

E dessa forma a invenção da loucura é também a invenção de um patológico que justificou uma segregação espacial de uma certa parcela da população, que ao longo dos tempos, não foi definida única e exclusivamente pela loucura, mas sim, por uma necessidade do Estado de administrar aquilo que não deveria fazer parte da paisagem da cidade, ou seja: os indivíduos que incomodavam o todo social de uma determinada comunidade, e que por serem diferentes, incomodavam a ordem social. Como nos aponta Canguilhem:

O que caracteriza um objeto ou um fato dito normal, em referência a uma norma externa ou imanente, é poder ser, por sua vez, tomado como ponto de referência em relação a objetos ou fatos ainda à espera de serem classificados como tais. Portanto, o normal é, ao mesmo tempo, a extensão e a exibição da norma. [...] Ele requer, portanto, fora de si, a seu lado e junto de si, tudo aquilo que lhe escapa. Uma norma tira seu sentido, sua função e seu valor do fato de existir, fora dela, algo que não corresponde à exigência que ela obedece (2009, p. 200-201).

O novo lugar da loucura esteve intimamente articulado ao surgimento da sociedade industrial e uma nova moral nascente que exigia um novo modelo de ser humano, habilitado a produzir mais valia e voltado para a condução de sua sociedade ao progresso. A medicina mental surge então como uma nova instituição social e como um discurso científico, em um momento de reorganização sócio-moral do sujeito (BIRMAN, 1987).

Os loucos, ou “anormais” eram tidos como uma ameaça à ordem social, e porque não dizer a uma ideia de sociedade que é fundada num pacto efetuado entre homens dotados de razão. Os loucos não escapam apenas ao que é definido como normal, escapam à própria lógica que funda o social. Mas será que escapam? Ou na verdade o problema está na própria lógica, incapaz de abarcar a diferença, justamente por partir de uma moral, e não de uma ética? Afinal:

‘Normar’, normalizar é impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil, mas ainda que estranho. Conceito polêmico, realmente, esse conceito que qualifica negativamente o setor do dado que não cabe na sua extensão embora dependa de sua compreensão. (CANGUILHEM, 2009, p.201).

A loucura constituída a partir do monopólio do saber da medicina mental, se tornou patologia, e justificou sem problemas o encarceramento de indivíduos, em diversas sociedades. E embora o movimento de desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos tenha sido uma grande vitória, ela não retirou da psiquiatria esse monopólio, nem muito menos operou uma mudança significativa em termos das práticas sociais que encerram esses sujeitos na condição de “não normais”.

Tanto a medicalização da loucura, como também a medicalização do crime⁵⁵, a exemplo das medições de crânios e expressões faciais que denunciariam tendências à psicopatia, são movimentos da ciência médica na busca de apreender

⁵⁵ Cunha fala sobre como a medicalização da loucura não deixa de ser uma medicalização do social: —Uma fala que elabora, cientificiza procedimentos discriminatórios e excludentes para, medicalizando aquilo que é estranho’, oferecer uma alternativa política e moralmente aceitável para famílias atingidas pela desgraça e pela vergonha, para governos embaraçados pela necessidade de dispor de saídas institucionais de exclusão e controle (CUNHA, 1986, pg. 160).

uma verdade que ultrapasse a verdade do corpo, mas, ainda assim, esteja intimamente ligada a ele.

À psiquiatria nascente interessavam os comportamentos desviantes, bem como a aparência, as formas e os traços daqueles que praticavam tais comportamentos. Era desse modo que justificavam o racismo, as diferenças entre as classes sociais, a superioridade do homem sobre a mulher, bem como também a “tendência” a cometer crimes entre outras invenções. Esses e outros discursos que se apresentam, ainda hoje, sobre o manto de serem cientificamente comprovados reforçam a crença na supremacia do biológico em detrimento do social, mas antes de serem teorias biológicas, são discursos moralizantes que produzem práticas discriminatórias.

No Brasil, é na virada do século XX que começam a surgir os locais de internação dos chamados “loucos”. Até o final do século XIX, o controle da loucura caracterizava-se como simples mecanismo de exclusão social, voltado para os loucos considerados perigosos.

O alienismo nascido na Europa ao final do século XVIII surge no Brasil apenas um século depois e com características bem diversas da europeia (CUNHA, 1986). Embora as técnicas da psiquiatria europeia tenham influenciado fortemente a formação dos psiquiatras brasileiros, as internações, bem como as definições de tratamento no Brasil, responderam às condições sociais e históricas particulares. Maria Clementina Pereira da Cunha (1986) destaca que no estado de São Paulo, a internação dos indivíduos em asilos (como eram denominados os hospitais psiquiátricos) ocorre com o objetivo de controlar os males causados pela explosão do crescimento urbano ao final do século XIX.

As parcelas consideradas improdutivas: como os idosos, as crianças abandonadas, deficientes físicos e pessoas com transtornos mentais eram internados nesses mesmos asilos. Esses indivíduos, por não estarem aptos ao trabalho e à vida considerada produtiva, se tornavam problema para o Estado e não mais para os grupos sociais, e seus familiares:

Setores improdutivos, como a velhice, os “menores”, certo tipo de doentes, débeis mentais, deficientes de diversas qualidades terão reinventado o seu lugar. Na cidade, eles tenderão a deixar de ser uma questão que afeta ao grupo familiar ou social mais diretamente concernido, para constituírem problema efetivo para a administração pública. Alguns desses setores encontrarão no hospício, ao lado dos loucos, o seu definitivo “lugar de repouso (CUNHA, 1986, pg. 31).

A loucura, sempre foi questão moral e social, antes e depois de se tornar médica e biológica, mas até hoje, e mesmo depois da reforma psiquiátrica que levou o mundo a pensar que a loucura habita principalmente em todos nós (ARBEX, 2013; AMARANTES, 1998; 1996). Práticas de segregação e separação entre “normais” e os “anormais” ou “não-normais”, existem até hoje, bem como assistimos também a técnicas de produção de segregações veladas, e a reprodução do encerramento do outro a partir de nossos manicômios mentais⁵⁶.

⁵⁶ Aqui remeto ao conceito de Peter Pelbart (1989) ao remeter aos nossos próprios preconceitos em relação as pessoas com transtornos mentais e a convivência com essas pessoas. O autor defende nosso direito à “desrazão”: “[...] seria necessário acrescentar imediatamente: um direito à desrazão, mas sem confiná-la àquele cantinho privado e secreto de nosso psiquismo chamado “nossas fantasias”, onde ela costuma dormir inofensiva. O direito à desrazão significa poder pensar loucamente, significa poder levar o delírio à praça pública, significa fazer do acaso um campo de invenção efetiva, significa liberar a subjetividade das amarras da Verdade, chame-se ela identidade ou estrutura, significa devolver um direito de cidadania pública ao invisível, ao indizível e até mesmo, por que não, ao impensável. Libertar-se do manicômio mental é isso tudo e muito mais. No entanto, para que a “libertação” da desrazão não venha a ser mais uma astúcia da Razão — como talvez o seja a libertação dos loucos — é preciso evitar suas ciladas, que não são poucas” (PELBART, 1989, p.107).

4. A CASA COMO O PRIMEIRO COSMO

Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos (...). Em suma, na mais interminável dialética, o ser abrigado sensibiliza os limites de seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos (BACHELARD, 2008 p.200).

Em *A poética do Espaço* (2008) Bachelard destaca a importância da casa como um primeiro lugar de integração, de lembranças, e de pensamentos, para o homem. A casa seria uma espécie de microcosmo; o primeiro universo do homem, ela acolheria o ser e evitaria uma dispersão deste ser, o conteria num universo as lembranças que nos fariam retornar ao acolhedor ao longo de nossas vidas. Bachelard chama de *topoanálise* o que seria o “estudo psicológico sistemático dos lugares físicos da nossa vida íntima” (Bachelard, 2008, p. 202), o espaço da casa reteria o tempo comprimido das lembranças do ser.

A ligação do indivíduo com a sua casa produziria imagens dotadas de significados reveladas pelos pensamentos, sentimentos e memórias suscitadas pelo espaço da casa. Trata-se de imagens firmadas na alma humana, a relação com a casa é metafísica, psicológica, e ontológica, e através dos espaços da casa o autor considera possível se alcançar uma fenomenologia da imaginação.

Por meio da casa, Bachelard aborda as imagens da intimidade.

Como é que aposentos secretos, aposentos desaparecidos, transformam-se em moradas para um passado inolvidável? A casa nos fornecerá simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens, em ambos os casos provaremos que a imaginação aumenta os valores da realidade (BACHELARD, 2008 p.23),

E o conjunto das imagens de “casa” remeteria a um valor singular de nossa “imagem de intimidade protegida” que estaria na essência da noção de intimidade, ou seja, na constituição de uma “intimidade do sujeito”, que aqui, considero como uma das bases para produção de sua subjetividade.

Para o autor a memória e a imaginação seriam indissociáveis, pois, constituiriam a união da lembrança com a imagem: “o calendário da nossa vida só pode ser estabelecido em seu processo produtor de imagens” (BACHELARD, 2008, p.28). O filósofo define sua poética do espaço como pesquisa “sobre a imaginação poética” e a produção das imagens poéticas, não tomadas apenas como objeto, mas a partir de uma imaginação poética do espaço. Ainda segundo Bachelard:

Nosso campo de exame tem a vantagem de ser bem delimitado. Isso porque pretendemos examinar imagens bem simples, as imagens do *espaço feliz*. Nessa perspectiva, nossas investigações mereceriam o nome de *topofilia*. Visam determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados. O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação (Bachelard, 2008, p. 19, grifos do original).

Se para Tuan, topofilia se define como “todos os laços afetivos dos seres humanos com o ambiente material” (TUAN, 2012, p. 135-136), Bachelard relaciona ainda o que chama de “espaço feliz”, da esfera da vida íntima, fugindo da macro-investigação espacial e valorizando cada espaço da casa, seus cômodos, mobiliários, usos dos espaços, sentimentos, cheiros e lembranças. Bachelard demonstra que a relação espaço-tempo se faz presente na vida íntima e na relação afetiva com seus espaços:

Nesse teatro do passado que é a memória, o cenário mantém os personagens em seu papel dominante. Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer “suspender” o voo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do espaço [...]. (BACHELARD, 2008, p.140)

Bachelard se interessa pelo espaço essencialmente independente de uma discussão dimensional, mas focado nos pequenos espaços, nos espaços da

segurança, na morada que faz às vezes de “ninho” do homem, onde se realiza plenamente ou não a “função de habitar” (Bachelard, 1993, p. 37/43), e onde a casa, neste sentido, desempenharia um papel crucial na sensível relação afetiva do ser com seu espaço.

A essa “fenomenologia dos espaços íntimos” (BACHELARD, 2088, p.28) o autor chama de “topoanálise”: o estudo psicológico sistemático dos locais de nossa vida íntima”. Através desse conceito, o autor ratifica que a dialética espaço-tempo também se faz na vida íntima e na relação sensível que o homem estabelece com os espaços.

Não podemos reviver as durações abolidas. Só podemos pensá-las, pensá-las na linha de um tempo abstrato privado de qualquer espessura. É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências (Bachelard, 2008, p. 28-29).

O homem não habita somente a sua casa, o seu “ninho”; o homem habita efetivamente o mundo, isto é, sua experiência delimita diferentes níveis de apropriação do espaço, que se iniciam com a plenitude da habitação de uma casa, de uma morada, núcleo da “intimidade protegida” onde as primeiras relações de pertencimento se constituem bem como laços afetivos, e a própria percepção de eu, e de estar no mundo, fundamentais para a constituição de identidade:

É preciso dizer como habitamos o nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num “canto do mundo”. Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. [...] Os verdadeiros pontos de partida da imagem, se os estudarmos fenomenologicamente, revelarão concretamente os valores do espaço habitado, o não-eu que protege o eu. [...] Todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa (BACHELARD, 2008, p. 23-25).

Se na casa estariam as imagens e lembranças, sem a casa, a poesia nos daria os valores de sonhos que se comunicam diretamente pela alma, e conteriam o “devaneio” necessário para se alcançar as imagens do pensamento.

A palavra de um poeta, tocando o ponto exato, abala as camadas profundas do nosso ser. [...] A casa primordial e oniricamente definitiva deve guardar sua penumbra. Ela pertence à literatura em profundidade, isto é, à poesia, e não à literatura eloquente, que tem necessidade do romance dos outros para analisar a intimidade (BACHELARD, 2008, p. 32).

A literatura e a poesia ao ler a casa e descrever um quarto conteriam “os valores da intimidade passados pelo escritor são tão absorventes que o leitor já não lê o quarto do escritor, mas revê o seu próprio” (BACHELARD, 2008, p. 33). A poesia conteria na imagem onírica da casa silenciosa, o devaneio que só a poesia seria capaz de realizar, já a imagem da casa, como uma lembrança da infância, ou uma “casa natal, seria habitada e fisicamente inserida em nós, de forma que em cada um residiria uma casa onírica e uma casa da memória: “existe para cada um de nós uma casa onírica, uma casa de lembrança-sonho, perdida na sombra de um além do passado verdadeiro [...] estamos aqui na unidade da imagem com a lembrança, no misto funcional de imaginação e memória” (2008, p. 34).

Bachelard fornece aqui elementos para se pensar o sensível apropriando-o na relação não apenas com os espaços físicos tornados lugares (TUAN, 1983), mas também a importância do pensamento espacial à exemplo do que fazem poetas como Arthur Rimbaud.

A poesia, pensada também como produtora de pensamento e conhecimento (BARBOSA, 2010) nos fornece as bases sob a qual interrogaremos a margem, visando alcançar o centro.

Os conceitos de coexistência e copertencimento são as bases para uma apropriação e significação da casa enquanto lar, tanto da casa física quanto da casa onírica, base para a constituição da ideia de intimidade e proteção.

O conceito espacial de “lugar” foi amplamente discutido por diversos geógrafos, e sua utilização para expressar um sentido locacional de um determinado espaço delimitado, fez com que este conceito fosse relegado à plano secundário em relações

a outros conceitos espaciais como: espaço, território e paisagem. Mas hoje, “lugar” é considerado um conceito fundamental para a geografia. Em virtude de meu objeto específico de campo: os sujeitos nas RTs, suas relações com sua casa, sua vizinhança e a cidade, optei por me concentrar nas contribuições de Yi-Fu Tuan, precursor do movimento humanista na Geografia, cuja teoria procura compreender as dimensões do viver humano e o papel fundamental da cultura em suas elaborações.

Tuan, a partir de sua perspectiva geográfica, não pretende elaborar uma ciência da terra, e sim, uma ciência entrosada com as Humanidades e as Ciências Sociais “no sentido de que todas compartilham a esperança de prover uma visão precisa do mundo humano” (TUAN, 1982, p.143). Dessa forma, os conceitos tuanianos buscam questionar papel da cultura e das relações culturais nas dinâmicas sociais e humanas, alinhando sua reflexão inexoravelmente às dimensões práticas do viver humano, ou seja; dimensão de interesse nesta particular investigação.

Em *Topofilia* (primeira publicação em 1974, e editado no Brasil em 1980) o autor destaca as ligações afetivas evocadas pelo ambiente que transformariam um espaço em lugar, ou seja, os sentimentos sobre o lugar (*sense of place*) e as relações entre a cultura e o ambiente natural que definiriam o que este lugar simboliza em termos culturais e afetivos.

Já na obra *Espaço e Lugar* (1983) o autor procura teorizar sobre o pensar e o sentir o espaço; que seriam atos da experiência humana, o autor demonstra como as experiências cotidianas constituiriam as perspectivas existenciais e também epistemológicas segundo as quais o homem percebe o espaço e o assimila enquanto “lugar”.

Tuan reforça a existência de uma relação dialética entre o homem e o lugar, constituindo-se este enquanto uma construção puramente humana, uma vez que a experiência do homem no espaço-ambiente (objeto) se revelaria na constituição do lugar (sujeito), e como os significados dessa ligação conduziram as ações humanas e a forma como o homem simboliza a sua existência. Ele aponta para como a natureza do lugar variaria de acordo com a experiência ambiental, os mitos humanos, e suas relações sociais, culturais e históricas. A cultura diferencia o homem dos outros

animais. Isto é particularmente verdade na esfera moral. Assim como só os seres humanos possuem linguagem, no sentido amplo da palavra, então eles e só eles possuem um senso inato de bem e mal e de certo e errado (TUAN, 2008).

Por isso a escolha da perspectiva desse autor para este campo, específico, que tem por objetivo a valorização da dimensão cultural, e das relações culturais estabelecidas na experiência existencial dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

O conceito de lugar elaborado por este autor nos fornece subsídios e instrumentos para o estudo da dimensão cultural das relações humanas, socialmente construídas, e permite uma análise que potencialize a dimensão subjetiva dessas relações.

O lugar aqui pensado assenta-se sobre a ideia do lugar vivido, o lugar da construção das experiências humanas, onde tal qual a criança vai conhecendo a partir do tato, do olfato a do exemplo de seus pares, e vai construindo suas relações com o ambiente que a cerca. Um lugar que remete a sentimentos, à sensação de pertença, do conhecido. Onde partir da relação homem e espaço que o cerca é possível se apropriar desse espaço imediatamente circundante para assim se produzir e reproduzir a vida. O lugar enquanto um espaço dotado de valor.

Quando penso este lugar, lembro da relação que meu filho de um ano estabelece com seu amiguinho, que é também nosso vizinho. Benjamin, sempre foi uma criança difícil de se alimentar, tive que criar várias estratégias, desde cardápios variados, e brincadeiras, para incentivá-lo a se alimentar. Quando todas essas tentativas falharam, levei meu filho na casa de minha vizinha na hora do jantar, com sua comidinha dentro de um pote. Chegando lá, deixei que brincasse e se cansasse bastante e aguardei a hora do amiguinho comer, para tentar dar também ao meu filho, sua refeição.

A estratégia funcionou tão bem, que passei a fazer isso todos os dias, já que a vizinha também percebeu que o seu coleguinha comia melhor. Foi incrível ver o poder do social e das relações sociais ali, naquela cena em que os dois comem juntos. Quando tento dar comida ao meu filho em casa, nunca é da mesma forma, por mais

que me esforce, ele sempre se alimenta com muito pouco. O que me faz sempre lembrar de uma frase de Goffman: “a estrutura dos encontros sociais – a estrutura daquelas entidades da vida social que surgem sempre que as pessoas entram na presença física imediata uma das outras” (GOFFMAN, 2001, p. 233).

Quando Benjamin interage em presença física com seu coleguinha, até seu apetite se altera, tal qual é a força dessa interação social, que faz até o jantar parecer mais apetitoso!

O lugar pode adquirir profundo significado para o adulto através do contínuo acréscimo de sentido ao longo dos anos. Cada peça dos móveis herdados, ou mesmo uma mancha na parede, conta uma história. (TUAN, 1983, p. 37). Ou seja, o lugar é o espaço da experiência humana dotado de sentido e significado que lhe foi atribuído ao longo do tempo, pelos sujeitos, que significam, constroem e vivenciam esses espaços.

Por isso, na experiência e no estabelecimento de relações sociais e com o ambiente que os cerca que os homens nomeiam os “lugares”, e estes os constituem como parte de sua história, são lugares de memória, lembrança, sentimentos, cheiros, que remetem a sensações, percepções e principalmente ideias, ideias essas que se tornam categorias de entendimento para homens e mulheres que significam seus espaços.

Essa porção espacial dotada de sentimento aparece como algo dado, por ser muitas vezes impostas pelas limitações espaciais que se interpõem a vida social: limitações de convivência social, de informação, de circulação, e muitas outras. Os corpos dos sujeitos também se apresentam limitados à certas experiências em virtude de imposições sociais, políticas e espaciais: se eu nunca fui a praia, não terei a menor ideia do que é o mormaço, e mesmo que veja muitas fotografias de praias, a ideia sobre o que ela é, é apenas uma imagem que a represente, ou seja: a praia para mim não é um lugar, só uma “coisa”. A praia não é sentida a partir da lembrança do mormaço, não posso sentir o sabor do sal, e nem a areia na pele quando penso nela.

Essa limitação é definidora de uma relação com os espaços sociais bem como

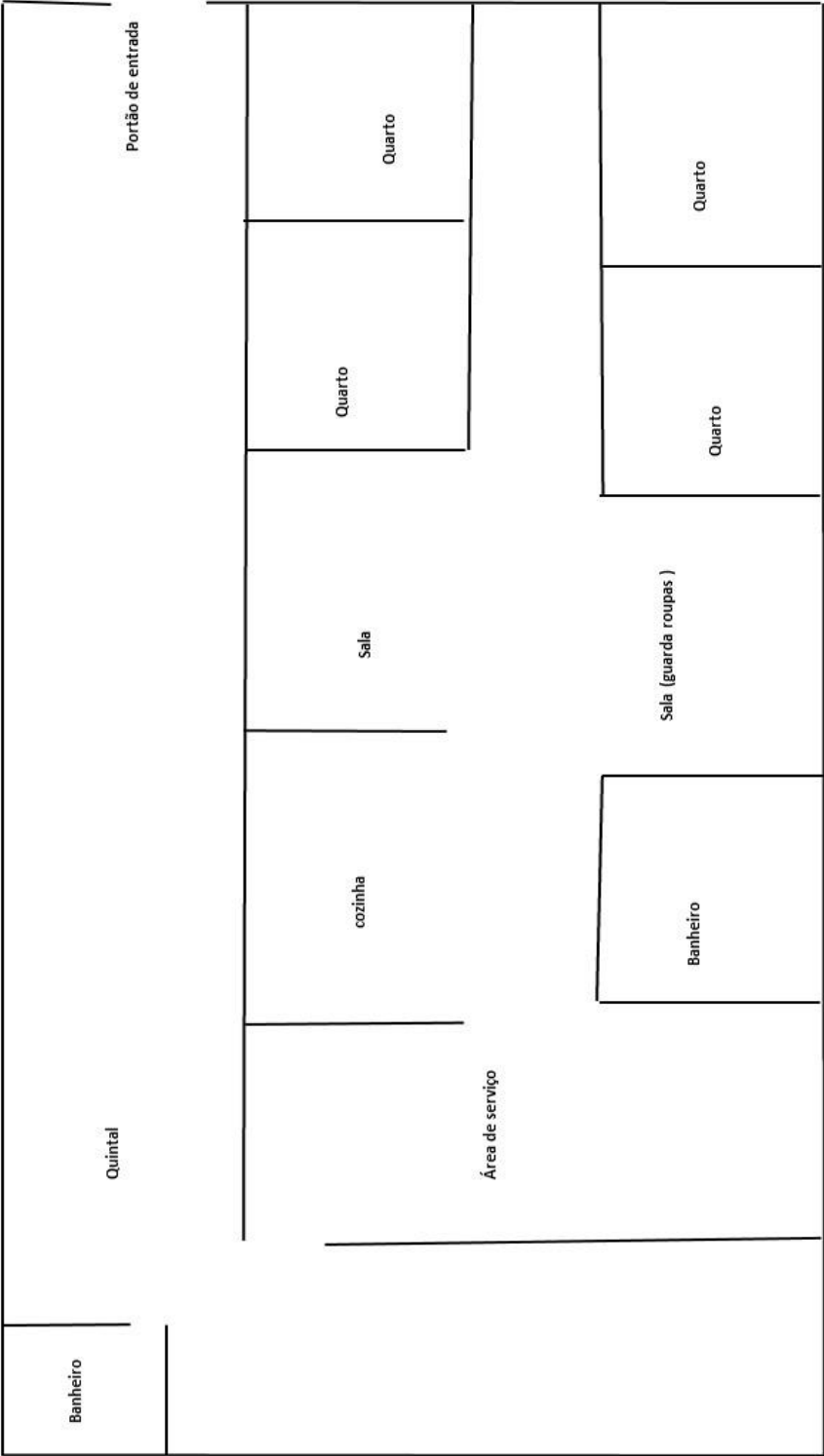
o lugar social. Para este artigo, procurei relacionar o lugar às suas imbricações espaciais e sociais inerentes, e as relações de poder que engendram o enquadramento dessas definições.

Para as discussões aqui pretendidas me interessou o “lugar” da loucura, enquanto um lugar social onde se coloca e se encerra (ou limita) o louco, bem como o lugar das relações: casa, cidade, vizinhança, onde é permitido à sua circulação. Trabalhei lugar simbólico e o lugar enquanto espaço de interação e significação do mundo.

E no caso dos moradores das RTs? O que dizer dessas pessoas que o longo período de confinamento em hospitais psiquiátricos e manicômios lhes fez perder a relação com os objetos considerados pessoais, e a relação de propriedade e de pertencimento, bem como o copertencimento não se permitiu estabelecer?

Durante minhas visitas nas residências pude ver a falta de diferenciação em relação à roupa, especialmente na residência masculina de Oriente (FIGURA 4), onde todos vestiam as mesmas roupas, e não existia pessoalidade na relação com elas.

FIGURA 04 – Croqui da Residência de Oriente



CROQUI DA RESIDÊNCIA DE ORIENTE

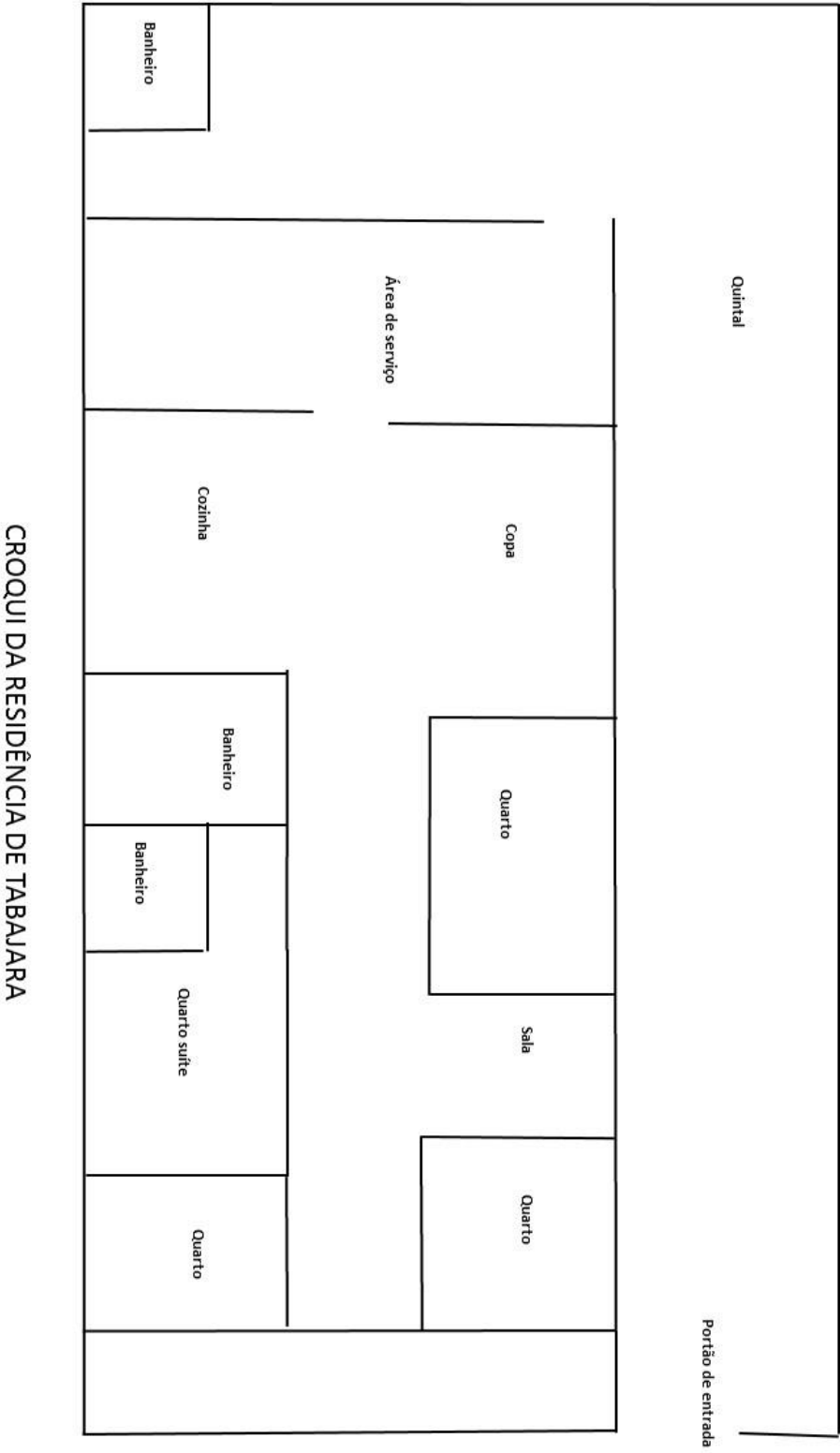
A residência tinha duas salas, e uma delas era utilizada como um *closet*, um grande guarda-roupas ocupava toda a parede e lá eram guardadas as roupas de todos os moradores, sem distinção ou nome, ou seja, as roupas eram coletivas e não individualizadas.

Um dos moradores que estava sempre nu, na varanda, sendo até mesmo identificado por sua nudez, por uma vizinhança quando perguntada sobre a residência incomodar ou não a vizinhança: *“Eu acho que a vizinhança não tem problemas com eles não, acredito que convivam normal. Pra mim é normal, eu já me acostumei com isso. Pra mim é normal, mas veja a minha vizinha, eu acordei e vi um pelado, mas e ela que tem uma criança de quatro anos, não é normal uma criança de quatro anos ver alguém pelado!”*. Quando perguntei porque não usava roupas fui informada de que ele até as usou por um tempo, quando um parente havia lhe trazido algumas bermudas, mas essas teriam rasgado e se desgastado no uso, e ele não usava as que lhes eram dadas.

Pensei muito sobre ele, um senhor muito calmo, que sempre vinha me cumprimentar, e se vestia quando eu dizia que não apertaria a sua mão pelado. Creio que ele não reconhecesse as roupas por não serem suas! As suas, teriam gastado e como nenhum parente lhe trouxera outras, ele simplesmente, não as usava mais.

O sentimento de pertencimento é anterior ao copertencimento, e precisa da coexistência para se estabelecer. Sem diferenciar os “meus”, do “meu” e da vizinhança, o sujeito não é capaz de se sentir pertencente, muito menos de se perceber enquanto parte de um lugar. Na residência de Tabajara (FIGURA 5) diferentemente de Oriente, os moradores eram estimulados a participarem mais dos afazeres de casa, alguns deles lavavam louças e arrumavam seus quartos. Isso fez com que os moradores tivessem mais autonomia em relação aos seus pertences e à casa.

FIGURA 5 – Croqui da Residência de Tabajara



Em Tabajara o guarda-roupas era coletivo, e os moradores circulavam dentro da residência com maior liberdade, inclusive não ocorria o fechamento da cozinha durante o preparo do almoço, como vi acontecer em Oriente. Em Oriente os moradores ficavam no quintal enquanto as cuidadoras limpavam a casa e faziam o almoço.

Bachelard (2008) ao destacar os componentes simbólicos dos espaços da intimidade e identificar a casa como esse primeiro “universo íntimo” aponta que esta, se segmenta em outros espaços íntimos, como o dos cantos, gavetas, cofres, armários; micro-espacos de importância fundamental para o estabelecimento de um modelo de intimidade:

Com o tema das gavetas, dos cofres, das fechaduras e dos armários, vamos retomar contato com a insondável reserva dos devaneios de intimidade. O armário e suas prateleiras, a escrivaninha e suas gavetas, o cofre e seu fundo falso são verdadeiros órgãos da vida psicológica secreta. Sem esses “objetos” e alguns outros igualmente valorizados, nossa vida íntima não teria um modelo de intimidade. São objetos mistos, objetos-sujeitos. Têm, como nós, por nós e para nós, uma intimidade (Bachelard, 2008, p. 91).

O espaço é aqui um valor humano inseparável do ser, e a própria definição dos “lugares” vai muito além de uma função de habitar, são alicerces da estrutura biopsíquica, emocional e afetiva dos sujeitos.

Esse é o debate central sobre o qual me debrucei: pensar a possibilidade de que a coexistência e copertencimento aos objetos da casa, seus cantos, móveis, quartos, na relação com a vizinhança e mesmo nos espaços da cidade, para a significação da casa física e onírica ser possível, e o indivíduo ser capaz de se perceber no mundo.

Para além do direito à moradia, que é um direito humano básico, trazido e ratificado na Constituição Federal de 1988⁵⁷ que adotou em seu preâmbulo:

⁵⁷ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24.02.2017.

Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Entendida como um dos núcleos que possibilita a consecução da dignidade da pessoa humana, razão pela qual deve ser implementada em todos os níveis. A moradia é um direito historicamente aprimorado, visto que sempre se existiu referências em relação a sua necessidade, mesmo que ainda não fosse discutido a sua adequação digna para o completo desenvolvimento do ser humano.

O direito à moradia estampa a necessidade básica do homem, sendo requisito imprescindível para uma vida plena. Como afirma Nolasco (2008, p. 87) “a casa é o asilo inviolável do cidadão, a base de sua indivisibilidade”. Ter um lugar para permanecer e desenvolver-se está ligado aos anseios do indivíduo, pois para alcançar as necessidades básicas da vida como relaxar, trabalhar, educar-se, faz-se necessário um lugar fixo e amplamente reconhecido por todos (SOUZA, 2004). Tratamos aqui do direito ao sentimento de pertença, de proteção e de individuação. Nos referimos ao direito de criar lembranças, memórias e sentimentos sobre lugares, posições que estão na base da constituição do sujeito no mundo.

4.1. Subsídios para o campo

Meu campo divide-se em três partes. Num primeiro momento foi feito o contato com a Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo, e formalmente efetivado os trâmites burocráticos para a liberação do mesmo, que aconteceu no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Cidade, localizado no CRE Metropolitano (Centro Regional de Especialidades), no município de Cariacica. Inicialmente, o campo se iniciaria com entrevistas aos profissionais do CAPS responsáveis pelo acompanhamento das RTs (Residências Terapêuticas), mas dada a dificuldade e os trâmites burocráticos oficiais, decidi por iniciar o campo, antes mesmo de iniciar as

entrevistas com os técnicos do CAPS.

Como foram poucas as visitas, esforcei-me para sentir o campo, e tentar aprofundar minhas sensações e percepções ao máximo, de forma a extrair dessa experiência uma etnografia possível.

As minhas visitas eram feitas juntamente com uma psicóloga e uma terapeuta ocupacional da CAPS Cidade, que eu acompanhava enquanto “estudante de psicologia”, já que estava efetivamente matriculada no curso de psicologia da Ufes, processo necessário para esse mergulho etnográfico, uma vez que busquei compreender melhor a teoria das psicoses e também o sofrimento psíquico dos pacientes com transtornos graves. Procurei realizar as disciplinas que me dariam subsídios para esse entendimento, e que me permitissem a aproximação com os moradores da residência.

Minhas idas foram descritas num caderno de campo, e além de conterem as impressões das conversas com as cuidadoras da Invisa⁵⁸ (organização responsável pelas Residências). No entanto, ao me referir a essas visitas, utilizo minhas memórias e não as falas das pessoas na íntegra, visto que não tive autorização para lhes entrevistar. Por isso, não utilizo nem mesmo nomes fictícios de forma a ser honesta com os sujeitos do campo.

Apesar de poucas visitas, as mesmas foram encaradas como experimentações. Foquei não apenas o entorno, mas me permiti anotar as sensações e os pensamentos advindos de meu encontro com os sujeitos.

A ideia era superar o que no primeiro encontro identifiquei como “limitação cognitiva” dos moradores, para que eu pudesse senti-los no lugar de entrevista-los. Já que poucos seriam capazes de conversar e me conceder uma entrevista que não poderia relatar aqui (já que não possuía autorização da Invisa para estar lá, somente

⁵⁸ No site da Invisa (<http://www.invisa.org.br/index.php#>) não foi possível identificar quem seria o responsável pela instituição, apenas que a mesma atua há 14 anos e realiza parcerias com instituições públicas sendo estas o Governo do Estado do Espírito Santo, e do Maranhão, e outras três Prefeituras Municipais.

da Secretaria Estadual de Saúde), passei a observá-los, e a anotar as minhas sensações ao me relacionar com aquele mundo que me afetou profundamente desde o início.

As nossas visitas, ocorriam nas chamadas “Rodas de Conversa”, pois os técnicos do CAPS estavam efetuando uma aproximação e mudanças profundas no relacionamento entre a instituição e a OCIP responsável pela administração das RTs, e através dessas “rodas” as técnicas iam semanalmente às RTs ouvir as queixas, desabafos, dificuldades e dia a dia dos cuidadores que atuavam nas duas Residências sob os cuidados do CAPS Cidade.

A escolha das duas residências observadas ocorreu em virtude de serem diferentes uma vez que: a da Oriente, masculina, era considerada uma das mais recentes, na época (pois ao longo do meu campo, outras abriram em virtude do fechamento da clínica psiquiátrica Santa Izabel) e Tabajara uma das mais antigas, com formado misto.

Ambas haviam recebido pacientes institucionalizados até o momento de sua inauguração, e por isso, possuíam pacientes com sérias limitações do ponto de vista da cognição e interações sociais. No entanto, também representavam dois momentos distintos das RTs.

Enquanto Oriente teria recebido os últimos pacientes do HEAC (Hospital Estadual de Atenção Clínica) também situado no município de Cariacica, que teriam demorado mais tempo para serem liberados do ponto de vista médico, devido ao seu grau de transtorno mental. Tabajara vinha da experiência das primeiras Residências, onde os moradores teriam passado por uma casa experimental, desenvolvida através de um projeto de parceria com os alunos da Universidade Federal do Espírito Santo, onde os pacientes do HEAC experimentavam uma vivência de lar, antes de efetivamente irem para as residências.

Essa experiência era inspirada em Franco Basaglia (1982), psiquiatra e precursor do movimento de reforma psiquiátrica italiano conhecida como Psiquiatria

Democrática, que depois de 12 anos de carreira acadêmica na Faculdade de Medicina de Padova, ingressou no Hospital Psiquiátrico de Gorizia, em 1961, iniciando mudanças com o objetivo de transformá-lo em uma comunidade terapêutica (AMARANTES, 1996).

Porém, à medida que se defrontava com a miséria humana criada pelas condições do hospital, o médico italiano percebia que uma simples humanização do tratamento não seria suficiente para a mudança dessa realidade, sendo necessárias transformações profundas tanto no modelo de assistência psiquiátrica quanto nas relações entre a sociedade e a loucura.

Basaglia criticava a postura tradicional da cultura médica tradicional que transformava o indivíduo e seu corpo em meros objetos de intervenção clínica, e criticava o isolamento do “louco” no campo das relações entre a sociedade e a loucura. Para ele, o modelo psiquiátrico clássico, baseado no isolamento, era excludente e repressor.

Após a leitura da obra do filósofo francês Michel Foucault "História da Loucura na Idade Clássica" (1997), Basaglia formulou a "negação da psiquiatria" como discurso e prática hegemônicos sobre a loucura, afirmando que a mesma não daria conta da complexidade do fenômeno da loucura. O sujeito acometido da loucura, para ele, possuiria outras necessidades que a prática psiquiátrica não daria conta.

Basaglia (1982) denunciou também o que seria o "duplo da doença mental", ou seja, tudo o que se sobrepunha à doença propriamente dita, como resultado do processo de institucionalização a que eram submetidos os loucos no hospital ou manicômio, a exemplo do isolamento, da falta de individualidade, das condições de perda da dignidade desses sujeitos.

Durante essas visitas foi possível perceber o real isolamento da residência de Oriente em relação à vizinhança na qual está inserida e como a falta dessa convivência contribuía para a manutenção de uma situação de dependência do modelo institucional do manicômio, e do silenciamento dos sujeitos.

Dessa forma, Tabajara havia participado de um projeto piloto de “Comunidade Terapêutica” antes de se tornar uma Residência Terapêutica, além de ser também, um modelo misto de residência em que conviviam homens e mulheres. E por isso, lá, consegui perceber uma maior apropriação dos espaços da casa, por parte dos moradores, que ficavam em seus quartos, se reuniam na cozinha (em torno na mesa de jantar, principalmente), na sala, e circulava pelos seus lugares favoritos da casa, sentindo-a como um lar.

Mas as diferenças entre as residências não se limitavam ao seu formato, a separação dos materiais pessoais, ou as relações dos moradores com a casa. Ao avaliar ambas, percebi o prejuízo de Oriente, em relação a não adesão ao modelo de Comunidade terapêutica de Basaglia, que favorece a autonomia e relação íntima dos moradores com sua casa.

A residência de Oriente, por ser uma das mais novas, não passou pelo projeto da “Pré Casa”⁵⁹ o que lhes causou muitos prejuízos em relação à autonomia, cognição, e assimilação da casa como lar, e gerou maior dependência das cuidadoras por parte dos residentes, bem como um comportamento de “tutela”, por parte das mesmas, que não estimulam a autonomia dos moradores.

Assustei-me bastante com o nível de cognição dos moradores de Oriente, bastante cronificados⁶⁰ e com pouca fala. Inicialmente, minha pretensão era a realização de atividades lúdicas, através da oficina de desenho com os moradores das residências, mas logo em minha primeira visita, deparei-me com uma realidade extremamente distinta da que esperava.

Os pacientes em sua maioria estavam bastante regredidos, não tendo

⁵⁹ Projeto em parceria com os alunos da Universidade Federal do Espírito Santo, baseado no conceito de Comunidade Terapêutica de Basaglia (NETO, 2014) onde ocorriam uma preparação para que os moradores desenvolvessem maior autonomia e a vivência em um lar. Com o auxílio de estudantes do curso de psicologia (UFES) a “casa” foi simulada, antes dos residentes saírem do HEAC para irem viver nas residências.

⁶⁰ Termo utilizado pelas Psicólogas do CAPS para se referir aos pacientes com a cognição comprometida, aqueles considerados regredidos, e com alta dependência de cuidados.

autonomia, muitas vezes, nem mesmo para se vestirem sozinhos, ou utilizar o banheiro sem o risco de comerem suas próprias fezes (comportamento este comum no caso de um dos pacientes da Residência de Oriente).

A proposta de trabalhar com oficinas de desenho, solicitando aos mesmos que desenhassem sua casa, não foi possível, já que solicitados a efetuar o desenho, os dois primeiros pacientes que tive contato, ainda no prédio do CAPS, não conseguiram compreender a tarefa, tendo um deles apenas rabiscado o papel como quem tenta escrever, e o outro, nem mesmo conseguiu sentar-se para mexer nos papéis e giz de cera. Percebi a real impossibilidade de significarem a palavra: casa cognitivamente.

As visitas à Residência foram demoradas, normalmente uma manhã inteira ou uma tarde inteira, mas que passavam com sensação de celeridade, dada a quantidade de informações, e o grau de complexidade das interações que se davam ali, naquele lugar.

Dessa forma, o contato com as cuidadoras foi bastante revelador da situação desses sujeitos, bem como dos desafios institucionais da desinstitucionalização dos manicômios, já que a minha percepção inicial fora a de que aquilo seria um “mini manicômio”, mas sem os cuidados médicos.

Com o tempo de campo, a Residência foi se tornando mais casa, e a minha proximidade com as cuidadoras e os pacientes, fez com que a minha reação inicial dissolvesse e eu fosse capaz de compreender que em algum sentido, as RTs, seriam casas, mesmo que ainda encerrassem de alguma forma, os sujeitos, no isolamento e no silenciamento do manicômio, as relações afetivas que as cuidadoras e os residentes desenvolviam, na maioria dos casos, permitia-nos chamar aquele lugar, pelo menos de: residência.

Num segundo momento realizei entrevistas com os Técnicos do CAPS responsáveis pelo acompanhamento das Residências visitadas, e também com vizinhos das Residências, localizadas nos bairros de Oriente e Tabajara em Cariacica.

A minha pesquisa seguiu os princípios éticos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e foi aprovada no Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo. As entrevistas ocorreram mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após uma explicação detalhada dos objetivos e procedimentos a serem realizados durante as entrevistas e os objetivos da pesquisa em andamento. A participação na pesquisa foi voluntária; e o anonimato, preservado em todos os casos.

Para tanto, trabalhei com a técnica de história oral, que se revelou fundamental no resgate de novos discursos a respeito das histórias e das transformações vivenciadas por grupo ou sujeitos em análise. Além de possibilitar ao pesquisador a captura de narrativas enriquecidas por demonstrações de sentimentos, silêncios significativos e gestos que revelam posicionamentos. O historiador Michael Pollak destaca o caráter social da elaboração de documentos, e também de nossa memória:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. (...) O trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte. É evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento. Na medida em que essa intermediação é inescapável, todo trabalho do historiador já se apoia numa primeira reconstrução. Penso que não podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária (POLLAK, 1992, p. 8).

O processo de (re)construção das memórias se dá a partir de etapas, de significações e ressignificações, ou seja, releituras, numa trajetória baseada no tempo. A memória é indissociável do imaginário social, e isso a legitima como fonte histórica e documental.

A memória apresenta ao pesquisador elementos para discutir o passado ou o presente, não como uma busca da verdade, mas como uma reconstrução com o intuito de se construir um sujeito histórico e social fruto de uma realidade complexa, mutável,

dinâmica e fluida.

Esse sujeito, por sua vez, procura a todo o momento dar sentido a sua narrativa, que será sempre uma interpretação um olhar possível. Conforme afirma Boschilia:

Longe de trazer à tona uma lembrança congelada do passado, ao rememorar, a pessoa procura dar sentido a sua narrativa a partir de códigos, representações e valores do presente, levando, desse modo, a memória a um processo de resignificação contínuo. E, no exercício dialético de reconstruir o passado, a partir de um olhar ancorado no presente, cada pessoa procura articular questões ligadas ao seu universo particular, ou seja, aquilo que compõe sua subjetividade, com o mundo social externo (BOSCHILIA apud LAVERTI, 2012, p. 85).

As memórias, acessíveis através da história oral, tornam possível o processo de entendimento de um passado que utiliza os recursos disponíveis para se fazer presente e real. Cabe ao pesquisador identificar os elementos que nelas estão contidos e constituem essa experiência do real.

Especificamente nessa pesquisa, procurei a identificação dos principais conflitos espaciais e sociais que se constituíram no processo de instalação das RTs, bem como os estigmas sociais e segregações espaciais resultantes desse processo. A partir da história oral, como metodologia qualitativa, foi possível o acesso aos elementos de uma memória coletiva de representação que, neste caso, procurei compreender como pensamentos espaciais, a partir da visão dos atores em toda a sua riqueza e complexidade.

A aplicação da técnica da história oral foi efetuada a partir de diversas entrevistas em profundidade, com os técnicos da rede CAPS (CAPS CIDADE) que atuam nas residências estudadas e também com os vizinhos das residências. Essas entrevistas foram feitas a partir de um roteiro (ANEXO 2) previamente elaborado com perguntas abertas, visando confrontar os discursos apresentados com outros olhares sobre os mesmos fatos narrados, e também com relatórios oficiais do CAPS, bem

como com minhas próprias impressões de campo.

As entrevistas foram gravadas em áudio com prévia autorização dos entrevistados, e as suas reações, silêncios e expressões foram descritas por mim, num caderno de campo utilizado para a anotação de minhas impressões.

Para a análise dos discursos orais, foi utilizada inicialmente a análise de discurso, compreendendo este enquanto um processo em movimento (ORLANDI, 1999), fruto de apropriações discursivas (CHARTIER 1990; 2002) de outros discursos que são produzidos e interpretações a partir de um lugar de produção de sentidos e verdades. Este dispositivo de análise permitiu a apreensão dos conflitos e tensões inerentes às lutas simbólicas por classificação e por nomeação do mundo e das coisas.

Na terceira etapa dessa pesquisa, foram efetuadas entrevistas com vizinhos dessas duas residências, onde também se utilizou da análise de discurso (ORLANDI, 1999; 1996), num primeiro momento, compreendendo este como um texto detentor de uma materialidade simbólica própria e significativa.

O estudo do discurso desses sujeitos levou em conta os processos e as condições por meio das quais se produzem os efeitos de verdade e de potência inserindo o homem e a linguagem na historicidade que produziu o que se fala e o que é falado, relativizando assim, a autonomia da língua como sistema abstrato considerando à enquanto um objeto que se materializa na ideologia e se constitui enquanto pensamento espacial expresso e impresso nos discursos sociais.

Essa metodologia tornou possível a análise das relações que a vizinhança estabelece com as residências e seus moradores, identificando-se resistências, estigmas, convivências, e vivências, tornando possível a observação da efetividade dos conceitos de coexistência e copertencimento no estabelecimento dessas relações espaciais e sociais.

Este tipo de análise focou as formações imaginárias e suas relações de sentido e de forças, por meio dos vestígios que os objetos discursivos deixam nos discursos.

Enquanto pesquisadora procurei observar o dizível e o não dizível do discurso, tal como o modo como estes são afetados por diferentes memórias discursivas, processos de apropriação e de identificação, e jogos simbólicos que se estabelecem na constituição das representações dos entrevistados. Procurei focar os afetos, os sentimentos e como estes são fundamentais na narrativa das experiências concretas e na forma como os sujeitos experimentam as suas relações.

Para a depuração dos elementos operados na construção dessas representações discursivas, operei a análise do discurso em sua vertente indiciária (GINZBURG, 2002;1989) de corte histórico, visando identificar indícios das apropriações realizadas por nossas personagens (ou entrevistados).

Conforme destaca, Rodrigues (2005, p. 213) a vertente indiciária baseia-se num “conjunto de princípios e procedimentos que contém a proposta de um método heurístico centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios”, aliada à técnica da história oral, é possível a partir de fragmentos narrativos, compreender toda uma rede de relações sociais dentro de uma temporalidade específica expressa em discursos que engendram relações de poder e lutas simbólicas que constituem-se a partir das apropriações discursivas de nossos atores sociais.

A vertente indiciária desta análise permitiu a valorização dos detalhes dos contextos de produção dessas narrativas, reconstruindo assim uma história do pensamento espacial existente nesses discursos, superando a lógica da “representação”, necessária na análise de discurso clássica, para apreendermos o que Deleuze nos mostra, seguindo Nietzsche: que o pensamento não é algo natural e nem está em afinidade com o verdadeiro (o que seria uma ideia moral, distante do que se busca aqui, nesta tese).

Para Deleuze (2006, p.193): “só a moral é capaz de nos persuadir de que o

pensamento tem uma boa natureza, o pensador, uma boa vontade, e só o bem pode fundar a suposta afinidade do pensamento com o verdadeiro”. Nietzsche vai mostrar que essa verdade será sinônimo de decadência, pois o homem que buscaria o verdadeiro, recusaria as influências externas do pensamento, um homem ressentido. Já o pensamento estaria em conexão com a vida, e não com a representação, mas sim, com a apresentação e a imanência. Ambos os autores elegem a arte como o elemento que conjugaria pensamento e vida, ao se afastar de valores morais e se configurar enquanto criação, desejo e afirmação.

Em Deleuze, o método importa para tomar distância da epistemologia representacional, levando o pensamento a capturar forças, numa semiótica da sensação e uma física dos afetos. Dessa maneira, não requer longas escritas evolutivas, leituras cronológicas, ou compilações exaustivas de grandes mestres. Essas categorias ficam fora de questão, permanecem desfocadas, ou sujeitas a problematizações; desde que o terreno e os materiais das pesquisas atualizam-se, sob a forma de blocos de sensações, percepções e afetos. Deleuze afirma: “Tento definir mais rigorosamente a dramatização: são dinamismos, determinações espaços-temporais dinâmicas, pré-qualitativas e pré-extensivas que têm lugar em sistemas intensivos onde se repartem diferenças em profundidade, que têm por pacientes sujeitos-esboços, que têm por função atualizar Ideias” (DELEUZE, 2006a, p. 145). Para o autor as ideias são pensamento em movimento, não seriam apreendidas no sentido de um aprisionamento, mas seriam atualizadas na repartição de suas diferenças e a partir de diversas intensidades.

O uso de Ideia em maiúsculo é proposital já que o autor atribui à ideia um caráter inconsciente: “[...] o pensamento está em afinidade com o verdadeiro, possui formalmente o verdadeiro e quer materialmente o verdadeiro. E é sobre esta imagem que cada um sabe, que se presume que cada um saiba o que significa pensar” (Deleuze, 2006, p. 218-219).

A Ideia deleuziana é constituída espacialmente, a partir de “[...] agitações do espaço, buracos do tempo, puras sínteses de velocidades, direções, ritmos [...] processos dinâmicos que determinam a atualização da Ideia” (Deleuze, 2006, p. 347).

Para o autor a mesma é viva, como um ser em si. É dessa forma que considero a verificação da aplicação dos conceitos trabalhados nesta tese, durante as entrevistas e suas contribuições para a pesquisa, como narrativas em devir, como devir verdadeiro, e não como estatuto de verdade.

Por isso, mesmo que partindo da História Oral e sua clássica análise de discurso, que considera as representações, rasuro estas, por um “pensamento sem imagem”, parafraseando Deleuze (2006, p.178), uma filosofia da Diferença isenta de representação. Aqui, a diferença não é tratada como identidade, mas sim como força, potência criadora (2006, p. 201):

O eu penso é o princípio mais geral da representação, isto é, a fonte destes elementos e a unidade de todas estas faculdades: eu concebo, eu julgo, eu imagino e me recordo, eu percebo – como os quatro ramos do cogito. E, precisamente sobre estes ramos, é crucificada a diferença. Quádruplo cambão, em que só pode ser pensado como diferente o que é idêntico, semelhante, análogo e oposto; é sempre em relação a uma identidade concebida, a uma analogia julgada, a uma oposição imaginada, a uma similitude percebida que a diferença se torna objeto de representação. [...] Eis por que o mundo da representação se caracteriza por sua impotência em pensar a diferença em si mesma.

Dessa forma, o fenômeno deve ser abarcado para além de sua representação, mas como singularização, multiplicidade e movimento, bem como o humano deve ser considerado em sua univocidade e seu devir:

A univocidade do ser significa que o ser é a Voz, que ele se diz em um só e mesmo “sentido” de tudo aquilo de que se diz. (...) um só Ser para todas as formas e vezes, uma só insistência para tudo o que existe, um só fantasma para todos os vivos, uma só voz para todo o rumor e todas as gotas do mar (DELEUZE, 2006, p.210)

Além de estudar a configuração espacial dessas residências, utilizo-me desses três momentos de pesquisa de campo para sentir o funcionamento das duas residências localizadas em Cariacica. Essa proposta visa reconhecer a efetividade

desses ambientes como forma de avaliar as complexas relações que se estabelecem entre os moradores dessas residências e suas vizinhanças, e os processos de diferenciação decorrentes dessas relações e da associação desses indivíduos à loucura, bem como as permanências das injustiças sócio espaciais e a constituição ou não, de processos de coexistência e copertencimento por parte dos moradores na constituição de seus espaços de convivência.

Essas duas residências (Tabajara e Oriente) foram escolhidas em virtude de possuírem dinâmicas bastante distintas e por representarem dois momentos da instalação das RTs, Tabajara é a mais antiga de Cariacica, e a única a experimentar o formato de residência mista (lá habitam homens e mulheres) e Oriente por ser a mais recente, e ter recebido os últimos pacientes que ainda estavam internados no HEAC (Hospital Estadual de Atenção Clínica).

Essas diferenças foram cruciais para a análise dos elementos pretendidos a serem: a coexistência e o copertencimento, e seu funcionamento visando a garantia da justiça espacial. Apesar de localizada, a análise de campo nos traz reflexões a serem consideradas também em níveis macrosociais.

O tratamento metodológico que escolhi, não por acaso, parte da individuação (na forma do estudo de caso) que é considerada por Deleuze (2006) um problema central de seu método. Seria da individuação que se origina “um espaço pré-individual, não tributário do modelo ou da lógica da representação”, mas elaborado a partir de intensidades heterogêneas, que formam séries, as quais se comunicam por meio do que Deleuze (1988, p. 132) denomina “precursores sombrios”. Essas séries paradoxais se comunicariam não por correspondência ou identificação, mas pela relação de heterogêneos, efetivando-se a positividade da diferença que busco enfatizar.

Em síntese, no meio da individuação, desenhando fatores individuates, seria possível encontrar: o espaço, onde se organizam as intensidades; as séries paradoxais formadas da individuação; o precursor sombrio, que põe as séries em comunicação; os pares, as ressonâncias internas, os movimentos forçados, que

seguem as intensidades; e os sujeitos larvares que se proliferariam desse processo.

Os moradores da casa dos doidos são esses sujeitos larvares que não são considerados individualmente, mas derivados de campos e de regimes de individuação, ou seja: de uma realidade mais aberta e mais constitutiva do que o indivíduo. Essa realidade não é tomada como objeto de conhecimento, mas resultado de uma experimentação.

Os sistemas paradoxais de que trata Deleuze (2006) se comunicam através de encontros e de avaliação imanente. Seu método crítico e experimental cria novos tipos: valoriza os modos minoritários de vida e abre novos espaços ao constituir uma forma de pragmatismo ou de empirismo superior ou transcendental.

O método que sigo considera que um conceito só tem sentido porque alguém que o formula, pensa, enuncia, e ao pensá-lo, enuncia-lo; este passa a ter uma concretude desenvolvida em função de circunstâncias, a partir de um dado lugar. O pensamento que pensa a diferença é sintomatologista (DELEUZE, 2006), ou seja, trata fenômenos, ideias, conceitos, como sintomas de uma relação de forças capaz de produzi-los, cada um realizando um sentido ou um valor.

Dessa forma, busco experimentar os conceitos de copertencimento e coexistência em meu trabalho de campo, e termino por enuncia-los.

4.2 Impressões do campo na “casa dos doidos”

Iniciei meu primeiro campo, efetivamente (considerando o contato com os sujeitos e não apenas com os técnicos do CAPS e os profissionais de saúde envolvidos com as RTs) no dia 22 de janeiro de 2016, quando dois residentes de uma das RTs que eu trabalharia, foram ao CAPS consultar-se com o psiquiatra, e aproveitei para conversar com eles e convidá-los a pintar comigo na mesa do café.

Foi então que tive meu primeiro “choque”, quando não conseguir fazer um dos residentes nem mesmo sentar-se, e o outro mais solícito, sentou, e escreveu letras seguidamente e repetidamente efetuando movimentos circulares. Saia um “g”, um “o”, um “m” e, às vezes, um “a”, sem escrever nada inteligível, ele apenas trocava as cores do giz de cera, não sendo capaz de desenhar, ou de reconhecer o meu desenho (sentei ao seu lado e desenhei uma casa), já que também “escreveu” em cima do meu desenho quando seu papel acabou.

Como estudante de psicologia já havia tido contato com pacientes com transtorno mental, e também tive experiências próximas a mim, com parentes que já haviam passado por momentos traumáticos em sua vida, tendo desenvolvido surtos psicóticos, mas nunca havia tido contato próximo com pacientes com tantas dificuldades de comunicação.

Fiquei feliz quando o morador da residência, que aceitou desenhar comigo, interrompeu o desenho dizendo: “agora acabou”. Senti aquele “acabou” como uma espécie de empoderamento do sujeito, e sorri, obedecendo prontamente, afinal, era ele que ditava as regras ali!

Meu primeiro contato foi esclarecedor do meu campo: nada seria como planejado e tudo fugiria da estratégia elaborada. Tanto os moradores das RTs apresentavam diferentes estágios de interação e níveis de transtorno mental, como as minhas estratégias para me aproximar e me relacionar com eles deveria ser diferenciada.

Durante o campo, me dediquei à disciplina de *Saúde e Psicopatologia*, ofertada na graduação de psicologia da UFES, como forma de melhor me preparar, e compreender as psicoses de cada um. Meus doidos queridos, como eu os chamava, mereciam ser tratados como sujeitos únicos e singulares.

Em todas as minhas visitas ao campo estive acompanhada de uma psicóloga e uma terapeuta ocupacional, dessa forma, minha interação se dava também de forma intermediada com e por elas. As conversas com as cuidadoras eram sempre muito demoradas, elas desabafavam desde seus problemas pessoais a problemas com a

empresa, dificuldade com os colegas de trabalho, conflitos com outros cuidadores.

O procedimento de escuta ocorria como uma terapia, na qual eu estava lá apenas para ouvir e provocá-las a falar mais e mais, e, onde as perguntas eram direcionadas pelos próprios desabafos das cuidadoras. Minhas intervenções visavam sempre focar as relações dentro da casa, o uso dos espaços da casa, relacionamento com a vizinhança, as relações entre os residentes, as cuidadoras e os residentes, os residentes e a vizinhança, mas principalmente em compreender a dinâmica que estava estabelecida naquele lugar.

Um dos grandes dificultadores para a realização dessa pesquisa, que deve ser destacado aqui, foram as constantes mudanças de cuidadoras; em meus primeiros três dias de campo, conheci cinco cuidadoras diferentes. Essas ficavam sempre em duplas, e em dois turnos, mas as duplas não eram sempre as mesmas. Com isso, pude ter acesso a diversos olhares sobre a residência e também ouvir sobre a realidade de outras (já que algumas estavam cumprindo atestado e/ou férias e viriam de outras residências), mas não foi possível traçar um padrão de rotina para a casa com base na descrição dos cuidados e do dia a dia, por parte das cuidadoras.

Estressadas entre os cuidados com a casa e com os residentes, elas ainda tinham que se virar sem “estrutura”; limpar a casa, banheiro, fezes e urinas sem equipamento de proteção e se proteger de alguma reação mais violenta de algum residente mais exaltado. Algumas cuidadoras relataram ter passado por momentos de tensão e ter sofrido agressão, mas demonstraram entender, ser um fato isolado, e problema específico de “pacientes” mais nervosos ou sem medicação adequada.

A relação afetiva e a forma como conheciam pessoalmente cada um, me fez perceber que apesar das dificuldades, a relação dentro da casa era de cuidado. Aproveitei para perguntar sobre a relação com a vizinhança. E obtive a seguinte resposta: *“É como se não existíssemos, não existe relação, nem bom dia eles nos dão, é elas lá e nós aqui, acho que eles têm medo, e mesmo com a gente que trabalha, eles não dão nem bom dia e boa tarde”* ⁶¹.

⁶¹ Esta fala não está identificada, por ter sido uma fala escutada no campo e não durante uma entrevista. Dessa forma, a mesma não está transcrita e sim lembrada, como me veio a memória durante as minhas anotações de

Os moradores da residência não possuíam qualquer relação com a vizinhança e não tinham o costume de sair. Durante uma conversa, as cuidadoras relataram ter existido um problema antigo com um dos internos que teria a algum tempo atrás, “mexido”⁶² com crianças do bairro, mas há muito tempo esse mesmo paciente mudara os remédios e nunca mais havia ocorrido qualquer fato parecido.

Em uma de minhas visitas, um rapaz mais jovem e de libido mais aflorada, até mesmo havia tentado apalpar as nádegas da terapeuta ocupacional quando chegamos, tendo sido repreendido por ela. Ele era o mais saidinho⁶³, conforme relatavam e fazia o mesmo com as cuidadoras. O que era perfeitamente compreensivo por se tratar de um rapaz jovem, internado ainda adolescente, e sem muito contato com mulheres para além delas.

Conversei com as cuidadoras, também, sobre passear com eles, e estas afirmaram ser isso, naquela ocasião, impossível, e relataram sentir muito com o isolamento dos residentes: “Pois é, tadinhos, eles ficam trancados aqui, não saem, deve ser muito ruim, muito mesmo. Eles ficam presos, e seria bom se pudéssemos sair com eles, eles passearem interagirem com as pessoas, eu penso que seria bom”.

A sensação de isolamento dos residentes era fato consumado para as cuidadoras, que por serem apenas duas, para tudo: cuidar da casa, cuidar deles, e dar atenção para todos; jamais teriam condições de levar os pacientes para um passeio no bairro ou qualquer outro lugar. As mesmas afirmavam que esse tipo de contato “com outras pessoas” faria muito bem para os pacientes, para interagirem mais, falarem mais, e não se sentirem “presos”.

Em conversa com uma cuidadora que atuava também em outra Residência, pude acessar importantes considerações sobre o meu campo. A conversa com a mesma foi muito interessante, tanto por nos fornecer dados sobre a rotina em outras residências, quanto pelo seu perfil pessoal. Dada sua experiência em residências

campo, já que se tratam de escutas de campo e não entrevistas a mim concedidas.

⁶² Indaguei sobre o mexido, mas não souberam explicar, existe um tabu sobre este tema, entre as cuidadoras.

⁶³ O termo “saidinho” foi utilizado por uma das técnicas do CAPS.

onde os sujeitos seriam mais autônomos, ela afirmava que naquela residência existiriam cuidados excessivos que não permitiriam aos moradores serem mais independentes: “Aqui eles ganham tudo nas mãos, são tratados como criança, é tudo nas mãos, eles não participam das tarefas, eu não estou acostumada com isso, e para eles é ruim, ficam o dia todo sem fazer nada, andando na varanda! Eles têm que ter tarefa, mesmo que depois tenhamos que ir atrás e fazer tudo novamente, mas eles têm que começar a apreender, nas outras funciona, aqui também tem que ter”.

A mesma informou que seria uma cultura das cuidadoras infantilizar os moradores e não promover a autonomia na casa, uma forma de manterem maior controle, mas que acabaria por agravar a situação dos moradores, tratados como crianças.

Essa cuidadora teria sérios problemas de relacionamento com as mais antigas, e por esse motivo, não teria a intenção de ficar na residência, o que deixou claro o tamanho do desafio que temos, no que diz respeito a uma mudança de prática das cuidadoras, principalmente em relação ao estabelecimento de uma rotina de tarefas e responsabilidades para os moradores, visando o desenvolvimento de maior autonomia: “Lá em Tabajara [bairro do município de Cariacica] eles sentam na mesa [sic] e se servem, aqui não, cada um recebe o prato na mão... parece que querem que continue assim, não querem agir diferente”.

A cultura naquela residência visava a manutenção da relação hospitalar, e o sentimento era seguramente assimilado pelos residentes que insistiam em chamar as cuidadoras de “enfermeiras”. Outra expressão muito comum por parte das cuidadoras é a “tadinhos” e outros termos diminutivos e desqualificadores dos indivíduos que os encerram numa posição de “coitados”, “vítimas” e os retiram da posição de sujeitos.

Durante minhas conversas, percebi grande resistência por parte da maioria das cuidadoras em relação a uma possível mudança de rotina dentro da casa. Elas se sentem confortáveis com a rotina já estabelecida, e por isso, a cuidadora que tinha experiência em outra residência mais “autônoma” se tornava facilmente uma “invasora”, ou seja, o objeto estranho no local; aquela que perturba a ordem estabelecida. O desconforto durante a conversa foi grande, quando ela destacava a

importância de permitir aos moradores mais autonomia, as outras duas que estavam presentes (devido a troca de turno) ficavam mudas.

Apesar disso, não tive dificuldades em receber delas a informação de que os residentes não saíam da casa, com a exceção três moradores: um senhor que seria mais autônomo e efetuaria visitas aos seus familiares (morador esse que não tive a oportunidade de conhecer, pois só dormia na casa, não sendo fácil encontrá-lo durante as nossas visitas), no caso de Oriente, e dois em Tabajara, um homem e uma mulher, que frequentava curso de inglês e academia.

Não haviam passeios e outras formas de socialização fora da casa, e era comum encontrarmos os residentes na varanda, enquanto as cuidadoras ficavam na parte de dentro da casa, realizando afazeres domésticos e preparando a comida. Com destaque para Oriente que enquanto era preparada a refeição, o portão de acesso à cozinha ficava fechado sob o pretexto de que mexeriam nas panelas quentes.

Percebi que as cuidadoras se envolveriam quase exclusivamente com os afazeres de casa, limpeza, alimentação, tendo pouca interação com os moradores. E frequentemente reclamavam da quantidade de afazeres domésticos, e o peso de uma rotina de limpeza e preparação a comida, numa casa com oito moradores.

Por isso, a sugestão do estabelecimento de uma rotina de tarefas para os moradores, como forma de reaprenderem a realizar tarefas simples como: arrumar a cama, lavar a sua louça, e outras, deveria surgir de fora, como uma meta estabelecida junto aos técnicos do CAPS, dada a dificuldade de ser assimilada pelas cuidadoras.

Uma das sugestões dadas pela equipe do CAPS foi a tarefa conjunta de lavar o quintal, como forma de terem uma atividade diária onde todos interagissem, além da tarefa de arrumarem suas camas, como forma de ganharem autonomia dentro da casa. Mas ainda não foi possível ver a realização dessas mudanças até a escrita final desta tese.

O desenvolvimento de relações com os espaços da casa, bem como as possibilidades de circulação na vizinhança e na cidade, iria ampliar a esfera das relações sociais do sujeito psicótico, lhe permitindo o acesso ao seu próprio eu. Ao

estabelecer relações de cuidado com a casa, tarefas cotidianas, responsabilidades diárias, o sujeito amenizaria o sentido de ‘hospital’, e ascenderia o sentido de ‘casa’ e do familiar e a lógica da internação começa a ser interrompida, percebemos o nascer do amor pelo lugar, do qual fala Tuan, quando este lugar passa a constituir enquanto “vínculo de afinidade” com o sujeito (TUAN, 1980,p.106).

Seu conceito de “Topofilia” (TUAN, 1980, p.286) compreende a importância da relação emocional e afetiva, de diversas intensidades, em relação aos lugares, para o desenvolvimento de relações de familiaridade e apego. Trata-se de um sentimento que nasce da apropriação dos espaços e da convivência, e que se contrapõe a um espaço que seria indiferente.

A casa, carregaria uma forte intensidade desse sentimento de pertença, traduzido pelas profundas experiências que seriam partilhadas em teu seio. Nesse sentido, o estímulo à participação dos residentes nos afazeres da casa, bem como de sua circulação na vizinhança, se coloca como fundamental para o resgate desse sentimento de pertença, e de sua própria individualidade.

A casa é o primeiro exemplo de lugar do cotidiano, ela é sempre íntima e relacional, como na “dialética dinâmica” de Bachelard (2008, p.24), “a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo”. Essa é a sensível visão de Bachelard a respeito do lugar-casa e da casa-mundo.

O estar no mundo desses sujeitos, visando o resgate de sua dignidade e cidadania, passa necessariamente por sua reconexão aos espaços, de forma a torná-los lugares de suas experiências no mundo. Mesmo que a condição da psicose lhes permita construir um lugar que é só seu, esta relação com a casa, é fundamental para que se percebem enquanto sujeitos no mundo, capazes de construir laços, e nomear seu mundo.

Aqui a coexistência entre os residentes e também em relação as cuidadoras, os técnicos do CAPS e a vizinhança se tornam fundamentais, para o sentimento de pertencimento e por que não dizer: copertencimento, compreendido aqui, nos moldes

de Rimbaud, um pertencimento que envolve a relação com os espaços e as pessoas, um pertencimento à um laço social, afetivo e espacial, relacional e mutuamente pensado e partilhado, um co-existir no mundo.

4.3 O que senti das entrevistas ou o afetar-se do campo

As entrevistas com os técnicos do CAPS ocorreram em três dias alternados, entre os dias 23 e 27 de março, para melhor atender aos horários de trabalhos dos mesmos. No entanto, antes dessas entrevistas tive uma convivência de longo prazo, com duas das profissionais entrevistadas, em virtude do campo, já que as acompanhava durante as visitas nas *Rodas de Conversa*.

As entrevistas não foram agendadas, e dependeram da disponibilidade de cada um para ocorrerem, dessa forma, consegui um total de cinco entrevistas com diferentes profissionais: psicóloga, assistente social, terapeuta ocupacional, auxiliar de cuidados médicos, e enfermeiro. Todos atuantes nas Residências Terapêuticas, conhecedores do histórico das mesmas e responsáveis também pelos atendimentos de outras três residências que foram implantadas com o fechamento do Hospital Santa Izabel (último Hospital Psiquiátrico a ser fechado no Espírito Santo, em 2016).

A trajetória dos técnicos em sua maioria perpassou a saúde mental, não como uma escolha, mas como consequência de opções profissionais, no entanto, a sua permanência na saúde mental, teria ocorrido por identificação com a temática e uma profunda dedicação profissional e pessoal, fazendo com que muitos se tornassem militantes da causa, e buscassem constantemente o seu aprimoramento:

Como técnico de enfermagem eu tenho algo entorno de 20 anos, e cai na saúde mental, meio de paraquedas (...) porque nesse último concurso que tivemos, na escolha de vaga eu escolhi um próximo a minha residência, então escolhi o CRE Metropolitano, eu nem sabia o que era Saúde Mental e o CAPs (...) foi uma experiência fantástica, um ganho muito grande, que estou apreendendo a gostar muito, diferente de tudo que já fiz na minha vida profissional, todo dia eu aprendo um pouco e estou gostando muito (...) é uma experiência profissional mas uma experiência de vida (Funcionário 3 CAPS).

Mas apesar da ampla experiência dos profissionais, nenhum deles tinha especialização em saúde mental antes de atuar no CAPS e acompanhar os moradores das residências, e foi no trato diário conhecendo na prática, que passaram a compreender as especificidades desses pacientes.

Depois de cinco anos no Sentinela, eu fui trabalhar no CREAS – centro de referência especializado em assistência social, com famílias que sofriam diversas formas de violência, e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, lá tive muito contato com pacientes com transtorno mental grave... lá tinha vários casos de pessoas com transtorno mental grave, em cárcere privado, em situação de exploração por seus familiares, em situação de violência (Funcionário 5 CAPS).

Nem todos os técnicos haviam vivenciado o movimento da Reforma Psiquiátrica com olhar de dentro dos serviços, mas percebiam sua importância e o relacionavam à mudança na lógica do tratamento manicomial e ao trabalho especificamente realizado nas RTs.

A maioria dos entrevistados, apesar de não ter acompanhado todo o processo de fechamento dos hospitais psiquiátricos, e em virtude do trabalho no CAPS Cidade, haviam acompanhado pelo menos o fechamento do último hospital, o Hospital Psiquiátrico Santa Isabel, localizado no município de Cachoeiro de Itapemirim, que abrigava 360 pacientes pelo SUS (Sistema Único de Saúde) em 2015, tendo sido completamente fechado em 2016.

O estado do Espírito Santo possuía em 2016, 15 residências terapêuticas e teria aberto três: sendo duas residências tipo I, uma masculina e outra feminina, para pacientes com certa autonomia; e uma residência tipo II, mista, para pessoas com maior dependência de cuidados, para receber os pacientes deste hospital.

O caso dessas três residências é muito emblemático, pois os seus moradores, muitos até hoje, em 2019, não possuem nem mesmo documento de identidade, ou sequer possuem o registro de seus nascimentos, não sabendo nem suas idades ou sequer seus nomes de batismo, conforme relatado pelos funcionários do CAPS

entrevistados: “*Se você olhar o relatório do Santa Izabel, todo mundo nasceu dia 31 de dezembro, né... é um absurdo! Deve ser uma festa só de aniversário lá, né!*” (Funcionário 3 CAPS).

E a carteira de identidade pode ser interpretada como primeiro acesso à cidadania, se um indivíduo não a possui, os seus demais direitos automaticamente lhe são negados em virtude da própria burocracia do Estado, como em um dos casos citados durante as minhas entrevistas:

Boa parte dos pacientes da Residência terapêutica hoje, principalmente boa parte dos que vieram do Santa Izabel, não tem nem documentação, quer mais manicomial que isso? (..) Esses dias foi comentado uma coisa forte, uma moradora foi agredida por outro morador, fisicamente e queria abrir o boletim de ocorrência, mas não pode abrir o Boletim porque não tinha documento (...) olha a privação!! Você não tem identidade, não é ninguém, não é indivíduo (Funcionário 2 CAPS).

Percebi também, que apesar da urgência da necessidade do fechamento dos Hospitais Psiquiátricos, da forma como existiam, o Governo não se preparou para efetuar uma transição sem traumas para os pacientes e nem mesmo preparou os serviços para conseguirem acabar a demanda das RTs com qualidade e atenção necessárias:

Ai teve um outro processo com o fechamento de Santa Izabel que foi em Setembro de 2016 (...) quando Santa Izabel fecha, para onde vão os internados, ai começaram a pensar sobre o que fazer, praticamente do dia para noite (...) a comissão que acompanha as Residência Terapêuticas começou a acompanhar isso (...) para ver de onde eram os internos, e conversaram com os municípios, tentaram articular com os municípios Vitória, Serra, para não sobrecarregar nenhum, mas não deu muito certo, não (Funcionário 1)

Durante a entrevista com os técnicos do CAPS mesmo os que não possuíam o histórico da instalação das RTs, percebem muitos prejuízos na inexistência de uma preparação dos moradores antes irem para as residências.

Quando entrei aqui já tinham as residências de Oriente e Tabajara, e quando cheguei aqui eu pego o fechamento da Santa Izabel, mas não houve um processo, foi bruscamente, fechou a Santa Izabel e abriu a residência, hoje são 10 residências em Cariacica. (...) quando os moradores vieram para cá teve uma moradora que quebrou tudo, porque não teve o processo, de conhecer a casa, de ir se acostumando, não foi assim, uma residência (Funcionário 5).

Dessa forma, a proposta de devolver a dignidade desses sujeitos, esbarra no despreparo do Estado, na ausência ou deficiência das políticas públicas e a forma atropelada com que os processos ocorrem.

E ao contrário do ideal, que seriam residências localizadas de forma espalhada equitativamente pelo território da Grande Vitória, com amplo acesso aos serviços públicos de forma a não sobrecarregar nenhum município, assistimos com o fechamento do Hospital Santa Isabel, a concentração das residências no município de Cariacica que já é carente de serviços públicos e possui uma série de dificuldades para lidar com sua demanda atual:

Serviços municipais são muito precários esse vínculo, o sonho é que frequentassem o CRAS, o Posto de Saúde, mas pelo o que eu sei isso ainda é muito difícil (Funcionário 1 CAPS).

Dessa forma, durante as entrevistas tanto com os vizinhos como no caso dos técnicos foi enfatizado sobre a precariedade dos serviços de saúde no município, o que fragiliza a atenção e os serviços ofertados aos moradores das residências.

Ruim, pois se você pensar o município de Cariacica já é ruim, você não tem o básico, e para o tratamento do CAPS ser satisfatório você tem que ter uma rede para dar o suporte e hoje não se tem isso (...) a gente tentou diversas vezes aqui com o matriciamento mas esbarra na saúde de Cariacica que é muito precária, não conseguimos nem pensar num apoio matricial, você não consegue nem fazer o paciente ir ao Posto de Saúde. É de ruim a péssimo (Funcionário 3 CAPS).

É possível identificar claramente como um serviço que deveria sanar uma

injustiça social, acaba gerando uma injustiça espacial, que vai para além do problema do acesso à cidade e se circunscreve no domínio do *Direito à Cidade* (LEFEBVRE, 2006b) perpassando também o não acesso aos serviços e bens públicos, a falta de relação com a vizinhança, devido ao fato de ficarem institucionalmente isolados, e a carência ao qual estão submetidos devido à escolha locacional em instalar as residências no Município de Cariacica.

A inclusão social reflete uma aproximação dinâmica ao bem-estar, implicando muito mais do que quebrar barreiras, ela requer investimentos capazes de potenciar e redesenhar condições para a inclusão, num esforço holístico por parte dos atores sociais e sociedades (GUERRA, 2012).

Dessa forma, a justiça social não apenas tem seu reflexo na injustiça espacial promovida por essa política pública na forma como se encontra sendo gerida hoje, como a própria justiça espacial se faz impreterível para se alcançar as condições de justiça social (HARVEY, 1980). Esse claro processo é também segundo o qual assistimos a expressão das desigualdades sociais nos espaços urbanos brasileiros há décadas, onde “o processo de divisão e diferenciação do espaço urbano, segundo o seu conteúdo material, social ou simbólico, são definidos, comumente, como segregação socioespacial” (CAMPOS et.al, 2011).

Sendo assim, essa forma de segregação socioespacial, que em nosso caso é promovida institucionalmente por intermédio de uma política pública, ao mesmo tempo que se propõe funcionar como promotor de inclusão social, gera exclusão social por meio da injustiça espacial que é seu subproduto.

Os municípios onde estão as Residências hoje não tem muito a oferecer não apenas para os moradores das Residências, mas para todos, você já tem carência nos serviços ... você vem novamente na lógica da exclusão, onde estão as Residências hoje? Santana tem três ou quatro, e o que tem lá? Nada, uma pracinha?? Eles estão excluídos. O que não se enquadra no padrão socialmente aceito a gente descarta (...) é uma demanda que existe uma demanda especial, vários serviços. Cariacica não tem agente de saúde, não tem estratégia de Saúde da Família, e concentra a maioria das Residências, quando deveriam estar em Vitória (Funcionário 2 CAPS).

O conceito de justiça incorpora uma componente prática de projeto ou processo em construção que segundo Brawley passa pela denúncia das desigualdades espaciais e sociais e do uso ilegítimo do poder estatal e econômico em variados aspetos da vida coletiva como a segregação crescente, a vigilância urbana, a aquisição privada de infraestruturas públicas, a crescente militarização de fronteiras nacionais e municipais, e a falta de mobilidade dos cidadãos (BRET, 2009; BRAWLEY, 2009).

A noção de justiça espacial é entendida como a perspectiva integrada da justiça social e política numa determinada área geográfica.

Analisando as realidades multiescalares, percebe-se claramente a causalidade espacial da justiça, nomeadamente quando existem pessoas que não têm capacidade de atuar sobre a variável espacial, ou de outro modo, obter espacialidades múltiplas e diversas consoantes as necessidades (SOJA, 2009) como é o caso dos moradores das RTs.

É importante conviver com a Cidade e vizinhança, para ter estímulo, sentir parte de uma comunidade, aspecto cultural também, e sensação de pertença (...) lazer por exemplo, a nossa psiquê humana também está relacionada ao lazer, os gostos, conhecer os lugares (...) nós sabemos que muitos estão comprometidos, cognitivamente, intelectualmente, socialmente, alguns pedem o retorno, falam do desejo de rever os familiares, e essa reinserção familiar a INVISA não faz isso muito bem, além de conhecer a Cidade o resgate familiar também é importante (Funcionário 3 CAPS).

O conceito de equidade territorial de Bernard Bret (2008) ajuda a pensar essa dimensão espacial da justiça social, para o autor essa equidade levaria em conta uma configuração geográfica tal qual, em que todos os cidadãos tivessem as mesmas condições de acesso aos serviços públicos, e diversas outras vantagens da vida em sociedade. Dessa forma, assim como a justiça social seria uma utopia e um conceito, a equidade territorial seria um conceito e um princípio de planeamento urbano que permitiria uma maior compreensão de situações fortemente marcadas por injustiças espaciais.

Soja (2009, 2010) também alerta para a importância de se dar ênfase à espacialidade da justiça e das injustiças, não apenas no âmbito das cidades, mas também em escala local e global, e para tanto, cunha o termo “justiça espacial” para destacar os aspectos espaciais e geográficos da justiça e da injustiça, apontando para a necessidade de uma distribuição equitativa e justa, no espaço, das oportunidades, recursos sociais, serviços e bens públicos.

O Estado em nosso caso, aqui estudado, e de forma geral, possui um papel fundamental da redução ou amenização das desigualdades sociais, sendo este um dos papéis das políticas públicas. No entanto, o que assistimos no caso das Residências Terapêuticas localizadas no município de Cariacica, é que a própria gestão acaba por promover o aprofundamento dessas desigualdades, e a promoção de injustiça espacial em virtude das escolhas locacionais, dessas residências.

Para além do desafio que essa política pública engendra em sua constituição que é o do resgate das condições de cidadania e da dignidade desses sujeitos, impõe-se os desafios institucionais, culturais e sociais, que impedem as condições de coexistência e copertencimento desses sujeitos para a sua efetiva justiça espacial e social.

Isso está muito presente implicitamente nas falas dos técnicos do CAPS Cidade, acerca dos prejuízos que os Residentes teriam por sua não circulação na vizinhança, o não circular na cidade e também o fato de não terem acesso aos serviços públicos:

Como a gente garante autonomia cidadania, direito de ir e vir, como falar de garantia de direitos, é incoerente? (...) a ideia de que continuo trancado, institucionalizado, a ideia de não pertencimento ao território, de não sou morador daqui (Funcionário 2 CAPS).

A não circulação pela cidade, e até mesmo por dentro da casa, incorre em diversos prejuízos em relação ao sentimento de pertencimento e inviabilizam as relações de coexistência.

Quando assistimos a inexistência ou fragilidade do sentimento de pertencimento à cidade, promovemos também limites à realização do direito (Lefebvre, 2006b) e inviabilizamos o sucesso das políticas públicas que tenham o objetivo de promoção de justiça social e espacial, como é o caso das políticas públicas de saúde mental que discuto nessa tese: “Se eles não saírem, é como se fosse um Hospital, né, faz muita falta para eles sair, circular no território (...) as vezes eu não me identifico com minha casa, eu peço alta daquele local” (Funcionário 1 CAPS). A circulação na cidade é fundamental para a apropriação dos espaços, e para a criação dos lugares afetivos, ou seja, as conexões afetivas com os espaços.

Acho que a questão do pertencimento, essa casa é minha, esses são meus vizinhos, esse é meu bairro. Não são todos os moradores que dão conta de fazer essas conexões, mas a maioria sim, e os demais também tem sentimentos de pertença (Funcionário 2 CAPS).

O sujeito não desenvolve uma relação íntima com os espaços, não os representa para si, e estes não permitem o fortalecimento de sua relação com os objetos do mundo, ficando este alheio aos lugares que o rodeiam. Alienado deste espaço, ele acaba por não partilhar seus sentimentos, também, com os demais sujeitos que partilham com eles esses lugares. Dessa forma, os moradores das residências não avançam cognitivamente e nem mesmo socialmente, e acabam por reproduzir nas residências a lógica fria e hospitalar, e a relação dos os espaços do “manicômio”, ou seja: um local onde suas relações se davam com médicos e enfermeiros numa posição de “hierarquia”, controle de horários, comportamentos e impessoalidade.

Não se sentem parte de um bairro (...) Algumas das vezes que eu fui na Residência fazer as Rodas de Conversa, o portão estava no cadeado, entende ... Como você acha que vão fazer essa inclusão, que os vizinhos vão chegar e bater lá? Isso não vai acontecer! Não podemos acreditar nisso, né! E muitas vezes se você questionar isso com o cuidador da casa, vão dizer: não, tem que ficar, senão vão fugir (...) mas o que é o fugir? Como assim fugir! Quando você foge é porque está preso, e aí vai fugir, se estão em casa como assim fugir? (...) nós sabemos que tem moradores que saem e não voltam, mas é um trabalho que tem que ser feito de procurar, e eles tem que

se sentir em casa para não querer sair e não voltar (...) Prejuízo é do não acontecimento da ressocialização, ou da socialização, na verdade, você estar num ambiente onde você não tem acesso à vizinhança, fica num mini-hospital, você sai de lá e vem para o CAPS que é um hospital dia, você não sai da lógica manicomial. Tem que sair desse ciclo, lidar só com profissionais da saúde e pacientes com transtorno mental, não se convive, não sai desse mundo hospitalar, da lógica hospitalar (Funcionário 3 CAPS).

Socialmente e na relação com os outros os danos também são intensos: esses sujeitos acabam por não desenvolver bem a fala e nem as relações sociais, o que reforça estigmas sociais de “louco” e “perigoso” por parte da vizinhança que não convive com eles, e por parte da sociedade mais ampla que não convive com esses sujeitos na cidade. Já que se pensarmos numa concepção alargada de políticas públicas (BARBOSA, 2008) onde além do Estado outros agentes podem também ser seus promotores, podemos entender que estas podem se revelar de forma desigual do espaço urbano, e mesmo reprodutora de desigualdades e injustiças.

Afinal as políticas públicas são também práticas espaciais, e como tais devem ser pensadas a partir de sua reprodução nos espaços urbanos, e o modo como produzem sua seletividade, segregação, injustiças e como reproduzem práticas de diferentes grupos sociais, e representam diferentes interesses (CARLOS, 2002, LEFEBVRE, 2006a). Ou seja, entender as políticas públicas como práticas espaciais pode servir como importante recurso metodológico para pensar suas aplicabilidades e integralidades nas resoluções dos problemas relativos à afirmação dos direitos na cidade.

A associação entre práticas espaciais e as políticas públicas expõem um projeto de sociedade e também um projeto político que está representado na constituição desses espaços, que não podem ser pensados descolado de suas relações de poder (RAFFESTIN, 1993; FOULCAULT, 1984; 2009). Relações estas que historicamente colocou o “louco” num lugar de opressão, subalternidade e exclusão:

O prejuízo é geral, saindo ora fora, ou para a vizinhança, acho que traz aquele estigma para a vizinhança de que o louco é perigoso, que tem que ficar

trancado, e a não circulação não permite que o estigma seja quebrado é fundamental, eu não me vejo um dia sem sair de casa, a maioria das pessoas é assim, precisa estar circulando, precisa sair, isso é parte de sobrevivência (Funcionário 1 CAPS).

E pensando as políticas públicas dessa forma: como práticas espaciais, compreendo que a afetividade delas contribui com a produção do urbano. Além disso, como prática espacial esta pode produzir diferenciações uma vez que sua aplicabilidade está diretamente associada a jogos de interesses entre diferentes grupos que imprimem uma seletividade espacial na distribuição de serviços básicos, e muitas vezes, a sua não efetividade, se revela como uma estratégia política no urbano onde a ausência da política pública é o algoz da marginalização espacial e da não integralidade dos direitos. Ou seja, estamos reproduzindo uma lógica de marginalização em relação à loucura e não promovendo e reparo de uma injustiça praticada.

Óbvio que estou sendo bastante crítica, e que avanços ocorreram em relação aos Hospitais Psiquiátricos e as RTs, mas não podemos achar que estes avanços bastam, pelo contrário. Enquanto prática espacial as políticas públicas são furtos de lutas políticas e possuem uma manutenção frágil em democracias não maduras, como é o caso brasileiro.

Nos relatos dos técnicos, esteve muito forte o lamento pelo fim das chamadas “Rodas de Conversa”, e foi através delas que tive a oportunidade de adentrar nas residências. As mesmas foram suspensas por falta de carro e motorista. Ou seja, não houve priorização dessas atividades por parte do poder público, que optou por investir seus recursos em outros campos.

Por outro lado, a organização responsável pela administração das residências possuía dificuldades em promover saídas dos moradores, seja para um passeio no bairro ou uma visita a algum local da Cidade. E as saídas não estavam destacadas como responsabilidade da instituição uma vez que o termo de referência para a

contratação desta não era específico, em relação a essa atividade. Na atualidade, os passeios são promovidos pelo CAPS apenas com os pacientes menos “regredidos” que frequentam o CAPS juntamente com seus demais pacientes: “Eles também não se apropriam da Cidade, os passeios que eles fazem, são nas oficinas nossas, e que tivemos uma perda grande, com o fim do contrato da Combi” (Funcionário 3 CAPS).

O CAPS desenvolvia um projeto em que levavam seus pacientes para conhecer lugares, praias, praças, parques, entre outros, e que vez ou outra levava um paciente da RT, normalmente os que possuíam maior autonomia: “Nós temos o Projeto *Andando pela Cidade*, em que fazem um passeio pela cidade, mas não é nos serviços públicos, é só pela cidade mesmo” (Funcionário 5 CAPS).

A não circulação na vizinhança e a não apropriação dos espaços da cidade restringe a vida dos moradores aos muros da casa, casa essa que tampouco sentem como lar, e sim como a continuidade de um hospital, por isso, muitos moradores, chamam as cuidadoras de “enfermeira” numa alusão à vida nos Hospitais Psiquiátricos.

A casa dessa forma, se torna um microcosmo desse hospital, e talvez por isso, os pacientes menos cronificados gostem tanto de se pendurar no portão da casa e chamar atenção dos vizinhos, quando passam por lá. Assim, sentem-se mais na rua, do que “internados”!

A quebra do estigma só é possível com a convivência, o estranho nunca é assimilado, não se torna parte, a não pela relação de alteridade imposto, mas nunca um familiar. Dessa forma, os prejuízos do isolamento vão muito além de uma permanência da lógica hospitalar, jogam fora toda e qualquer possibilidade de se recuperar o ser e estar no mundo. A principal função das residências que é o resgate do convívio social, da individualidade, fica ameaçada.

Como na etnografia da Saada, o “ser afetado” é o nome que Favret-Saada escolheu dar a essa experiência de criação que escapa à representação, uma experiência que é simultaneamente de campo e de texto, e sobretudo, de sua sutil e

delicada conexão que não ocorre sem a convivência, sem se fazer parte de algo. “Ser afetado” concerne a “uma dimensão central do trabalho de campo”, à experiência de habitar um “outro lugar”, de ser “tomado” pelas suas “intensidades específicas”, as quais, em geral, “não são significáveis” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 155-159)

Trata-se daquilo que Goldman (2006, p. 16), aproximando criativamente o conceito de “devir” da noção de “ser afetado”, definiu como um “devir-nativo”. “Escrever”, dizia Deleuze (1997, p. 15):

Não é certamente impor uma forma (de expressão) a uma matéria vivida [...] Escrever é um caso de devir [...] É um processo, ou seja, uma passagem de vida que atravessa o vivível e o vivido. A escrita é inseparável do devir: ao escrever, estamos num devir-mulher, num devir-animal ou vegetal, num devir molécula, até num devir-imperceptível.

Esse fazer parte é exatamente do que diz respeito o conceito de copertencimento e coexistência em Rimbaud, é sobre o que tenho exposto ao longo dessa tese. Trata-se de uma convivência na alteridade onde diferentes coexistem e se constituem ao copertencerem, ao reconhecerem a si mesmos, superando a alteridade com este Outro⁶⁴. É uma coexistência na relação, é um devir que se realiza em si e no outro e em si. “O ego está lá, mas só para dizer que se retira, se expulsa da consciência plena, que se conduz ao extremo de si mesmo, lá onde se dissolve no momento: subjetivo, individual é o momento, não é o sujeito, o indivíduo” (BARTHES, 2004, p. 223).

Nas Residências Terapêuticas seus moradores passam todos os dias por processos intersubjetivos intensos, e nessas relações os afetos tomam frente, e se promove uma micropolítica que delineiam as mudanças efetivas. Por isso, o posicionamento das cuidadoras, que convivem diariamente com os moradores, é fundamental no sucesso da política pública, ou não.

A maioria das políticas de saúde são geridas por OCIPs (Organização da

⁶⁴ O “Outro” escrito com letra maiúscula refere-se ao “Outro” de Rimbaud, que nos habita, o próprio inconsciente.

Sociedade Civil de Interesse Público) e o Estado se posiciona de forma omissa, uma vez que não existe uma efetiva fiscalização, ou atenção constante dos agentes do Estado nestes locais. O CAPS tem o papel de acompanhar e fornecer serviços psicossociais, mas não fiscalizar o trabalho realizado.

Dessa forma, a instituição apesar da desinstitucionalização, o fechamento dos hospitais psiquiátricos não funciona de forma a deixar para trás o manicômio⁶⁵. As cuidadoras funcionam mais como “serventes, e o que se cria é uma mistificação, um novo manicômio, um minicasamanicômio⁶⁶. Ou seja, apesar de estar na casa, sou cuidado como se ainda estivesse no hospital, tenho horários determinados para todas as atividades, de acordo com o ritmo imposto pelas cuidadoras e não tenho autonomia dentro de minha própria casa, nem mesmo para tocar nas panelas do almoço.

Por isso, as críticas dos profissionais do CAPS vão ao encontro dessas questões e frisam a necessidade de a desinstitucionalização iniciar de dentro para fora, necessariamente:

Acho que para melhorar tinha que ter capacitação dos envolvidos, mais comunicação, da rotatividade também é muito grande. O CAPs estar mais próximo do Invisa, ser uma relação de parceria, e retirar o estigma de tratamento, entender que ali é uma residência, não é uma internação (...) Era importante existir um trabalho de melhor inserção junto à comunidade, junto a vizinhança,. Fazer eles circularem no território, porque a impressão que passa hoje é de que vivem num mini-manicômio (...) existe um preconceito grande da sociedade, que atrapalha muito isso, muitos relatos dos próprios profissionais em relação ao jeito manicomial que tratam os moradores (...) na época das Rodas de Conversa a gente tentava tratar isso, trabalhar a ideia que lá tem que ser um lar, e não um mini hospital ... por exemplo, alimentação, eles podiam se servir, comer a vontade, lavar seu prato, como se você estivesse na sua casa mesmo, e não u hospital, onde todos comem juntos, do mesmo jeito, na mesma hora, não tem acesso a talher ... uma lógica meio

⁶⁵ Refiro-me aqui ao manicômio enquanto local físico, mas também enquanto uma ideia, ou seja, um conjunto de ideias que representa a forma asilar e de isolamento a qual esses cidadãos estiveram sujeitados.

⁶⁶ Uso esse termo para reforçar a ideia de que a lógica asilar, de isolamento e de cuidado que não permitem a autonomia individual, estão reproduzidos nas relações dos moradores com as cuidadoras, nas RTs. Em uma de minhas visitas próximo a hora do almoço, assisti as mesmas preparando a refeição de portões fechados, e quando indaguei sobre o fato de estarem no quintal e não dentro de casa, circulando livremente, as mesmas justificaram que tinha receio de que mexessem nas panelas e se queimassem. Ratificando o cuidado hospitalar em relação aos moradores.

manicomial (Funcionário 3 CAPS).

A política pública que deveria retomar os direitos ao sujeito, funciona no sentido da manutenção de uma tutela que se torna perversa. As cuidadoras os tratam como crianças e nesse tratar reproduzem a lógica manicomial. Pois os sujeitos não se tornam capazes de se apropriar dos espaços da casa, de forma a torna-los um lugar (TUAN, 1983) da construção de uma relação, de memórias, de sentimentos, de sentidos, e este lugar não lhes pertence ainda. Continua sendo um lugar de cuidado: um hospital.

Embora este lugar de cuidado seja um lugar, ele se difere bastante do lugar da casa, do aconchego, do lar (RYBEZYNSKI, 1946). Nesse lugar o indivíduo é, e não apenas está. São relações diferentes! No estar não produz individualidade, sentido de pertença e identidade, já no meu lar as relações são de intimidade, de afeto e afeição.

O lugar da casa possui um profundo significado que vai sendo construído ao longo do tempo e a partir da convivência com os membros da casa e com os objetos dela também.

Se sou trocado de casa⁶⁷, ou impedido de circular na cozinha, sendo obrigado a estar na varanda, esse lugar não me pertence. E essa “troca” de morador por exemplo, é um fato que ocorre com frequência nessas residências, bem como a troca de cuidadores.

Muitas vezes nós somos responsáveis por uma Residência, e aí troca o morador, e ele vai pra outra casa, aí perdemos o vínculo com a casa (...) e não avisam a gente. E como você muda a pessoa de casa? É a casa dela, como assim você vai pra outra casa? Do nada, te tiram da sua casa e te colocam em outra (Funcionário 4 CAPS).

⁶⁷ Refiro-me a prática de trocar o morador de uma residência para a outra, por decisão da Invisa sem maiores explicações ou justificativas. O que me foi relatado acontecer para se evitar problemas de relacionamento entre os moradores, ou após, reclamações sobre o comportamento destes por parte das cuidadoras.

Muitos são os prejuízos que uma política pública que deveria resgatar a dignidade desses sujeitos, e reforçar seus laços de comunidade e de pertencimento a uma família, pode causar, ou gerar essa relação de tutela e cuidado. Trata-se de uma lógica hospitalar que não foi superada na micropolítica das relações dentro na casa.

Em seu lugar mais íntimo, no núcleo de onde se deveria produzir o copertencimento através de uma coexistência baseada no respeito à diferença e na sua positivação, se produz alteridade e demarcação dessa diferença nas relações de cuidado estabelecidas entre cuidadoras e moradores.

Essa relação foi muito nítida durante as entrevistas com a vizinhança, e percebi que embora exista uma surpreendente abertura por parte dos sujeitos para conhecer os moradores, e uma curiosidade em relação à casa, a distância e a não circulação destes pela vizinhança, ou seja, o não convívio, acaba reforçando os estigmas e dificultando a coexistência possível.

Durante a realização das entrevistas com a vizinhança tentei escolher entrevistados bem próximos da casa, pois a relação com a mesma seria mais direta, e seria mais fácil conhecerem a residência, seus pacientes e sua rotina.

Como em Tabajara eu já havia escutado falar de problemas de moradores com a vizinhança, já que um dos moradores teria urinado na rua, e um outro teria o costume de ficar nu, sempre. Pensei que escutaria muitas reclamações, e até mesmo críticas a manutenção da mesma naquele local, e me surpreendi com as entrevistas, ao perceber que a maioria das pessoas não se incomodavam com a residência e na verdade achavam uma boa oportunidade conviver com eles, para que lembrassem que a loucura é um estado em que qualquer um pode estar: “aqui todo mundo convive com eles, é tudo normal, ninguém nunca reclamou da residência aqui, não” (Moradora de Oriente, 58 anos).

A convivência narrada apesar de não ser uma convivência real, mas sim, uma aceitação de estarem no bairro e fazerem parte desse bairro, deve ser encarada de forma positiva e como uma abertura para a possibilidade de uma coexistência.

Eu acho interessante, eu gosto, acho interessante ter do lado da gente pessoas assim, conviver com pessoas assim (...)“Não tive a oportunidade de conversar com os moradores, mas eu conversaria sim (...) não sei se é aberta a visitas, mas eu até falo com minha mãe, que tenho curiosidade de conhecer (Moradora de Tabajara, 28 anos).

Esse fato, particularmente me surpreendeu, até mesmo por ter escutado dos técnicos do CAPs histórias de problemas entre os moradores a vizinhança, no início da instalação das residências, em especial em Oriente. E mesmo este caso tendo aparecido durante as entrevistas, não foi suficiente para que as pessoas tivessem rejeição à residência:

Olha, já tivemos problemas sim, mas o fato de se tratar de uma pessoa doente, por exemplo um fazendo xixi na rua, a gente não tem como dizer nada, porque a pessoa não tem noção do que está fazendo ... ai pedimos para eles não deixarem eles saírem, e ai eles fizeram a melhorou. Hoje ainda tem um que sai ... mas não da problema mais não, já nos acostumamos (Morador de Oriente, 63 anos).

Mas essa aceitação está longe de ser um copertencimento, na residência de Tabajara identifiquei uma coexistência em produção, uma vez que dois moradores circulam pela vizinhança e as pessoas conversam com os moradores vez ou outra através das grades do quintal. E a questão do medo que acompanha a ideia da loucura também se fez presente nas entrevistas com os vizinhos. Mesmo em Tabajara onde existe uma maior coexistência, a noção de que os moradores podem ser perigosos apareceu com frequência:

Lá não pode entrar, não, mas se pudesse eu iria ... mas lá é complicado, também! Porque são agitados, tem uma moça que trabalhou lá, ela até sofreu um tapa nas costas (Moradora de Tabajara, 69 anos).

Foi interessante também, algumas falas no sentido de se ter curiosidade sobre a residência e muita vontade de conhecer. No bairro ela é percebida como inacessível e os vizinhos sentem falta de interagir com os moradores, mesmo pontuando que nem todos estão bem para ter esse tipo de interação, ou que apenas alguns estariam

preparados e aptos para o convívio social:

Eles não incomodam, não, eu não ligo, não (...) Eu teria interesse de conhecer sim, nunca entrei lá não, mas tenho curiosidade” (Moradora de Oriente, 59 anos).

No geral, os vizinhos se mostraram favoráveis a existência de outras residências, mas avaliam o bairro como sendo sem infraestrutura, sem vagas nas Unidades de Saúde, sem praças, sem locais para crianças brincarem, ou seja, sem serviços e sem infraestrutura.

Segurança, eu acho que deveria ser mais patrulhado, o Posto a gente tem, mas é uma precariedade, não tem medico (...) Poderiam melhorar bastante. Eles têm capacidade de dar um serviço melhor para a comunidade, mas não fazem (moradora de Oriente, 36 anos).

Foi bastante recorrente a reclamação em relação aos serviços públicos, e em especial os serviços de saúde, assim como nas entrevistas com os técnicos do CAPS:

Falta infraestrutura, falta investimentos, falta área de lazer para as crianças, o Posto de Saúde apesar de ter é um pouco precário, as pessoas têm que ir para a fila de madrugada, e hoje estão assaltando muito, de madrugada. Aqui acontece muito no Posto de ônibus e na fila do Posto (Morador de Oriente, 36 anos).

Nos relatos da vizinhança percebi que a escolha do local das residências não levou em conta a demanda e nem a oferta dos serviços públicos do local. A vizinhança reclamou muito da falta de acesso à ônibus, da precariedade do atendimento no Posto de saúde, da falta de infraestrutura, dos pontos viciados de lixo, da falta de segurança, e de equipamentos de lazer.

Ainda sobre o distanciamento em relação a residência, os próprios moradores são críticos, e apontam para os prejuízos disso:

Eu não tenho nenhuma crítica, ou oposição, mas eu vejo que ali é ainda muito fechado em relação a comunidade, deveria ter uma maior integração com a comunidade, ter um envolvimento maior da comunidade com a residência para ter uma maior integração social desses pacientes, que precisam se socializar, ter uma relação com a comunidade (Morador de Oriente, 36 anos).

Mesmo assim, durante as falas, a lógica do cuidado e da tutela que permeia as práticas das cuidadoras também está muito presente nas falas dos vizinhos, bem como o medo e a dificuldade de lidar com os comportamentos dos moradores: “se eu fosse convidada a conhecer eu iria até para ver se eles cuidam mesmo, se está sendo bem tratado, é bom saber, por que as vezes estão precisando de alguém olhar, ver se estão bem” (Moradora de Tabajara, 41 anos). A periculosidade dos sujeitos, foi tratada de forma politicamente correta sempre sob alguma justificativa, reforçando a ideia da necessidade do cuidado intensivo dos moradores, dentro de uma lógica da vigilância médica ou dos manicômios mentais de Pelbart (1989):

Eu não sei, a minha preocupação é só com criança, ele pode surtar e agredir alguém, eu fico preocupada só com as crianças ... mas se tiver alguém com eles, que soubesse lidar com eles, ai não tem problema, são igual uma criança, tem que ter sempre alguém para vigiar, tem que sair (Moradora de Oriente, 49 anos)

Percebi também que alguns entrevistados que já haviam convivido com parentes ou pessoas próximas acometidas por transtornos mentais, apresentavam maior facilidade em lidar com a casa em sua vizinhança, embora também esses reproduzissem a fala da necessidade de se ter “pessoas cuidando”, e de circularem sempre acompanhados:

Tem que andar, isso deixa eles mais espertos (...) Eu lembro que meu tio andava muito, era ativo, lógico que fazia coisa errada, porque não tinha ninguém para vigiar, ele apagava a luz dos outros, o relógio dos outros, mas depois ele foi tomando os remédios fortes e foi ficando pior... ele ficando em casa, acho que piora (Moradora de Tabajara, 49 anos).

Ouvi muitos comentários em relação ao sentimento de medo, por parte da

vizinhança, e a necessidade de uma instância controladora das relações: ao mesmo tempo que os moradores precisam circular, conviver, e andar pela vizinhança, não o devem fazer como qualquer outro morador, mas sim, sempre acompanhado das cuidadoras ou outros profissionais.

Os entrevistados ao serem indagados sobre a existência das “Residências Terapêuticas” não sabiam identifica-las com esse nome, após a minha explicação sobre o que seriam, identificavam a residência, mas não a compreendiam como uma casa: “Tem uma aqui, mas não conhecemos por esse nome, não tem placa... a gente não tem muito conhecimento de como elas funcionam” (Moradora de Tabajara, 28 anos). Ou então respondiam: “Ah, sim, a casa dos doidos (risos)” (Moradora de Oriente, 59 anos).

A casa dos doidos é bem-vinda mas não é exatamente uma casa, porque sempre será algo estranho, distante, por outro lado, é bem vinda mas sempre sob a vigilância de especializados, na fala dos entrevistados eu escutei coisas como: “Andar sozinhos, não podem, só acompanhado, pois tem um por exemplo que não suporta roupa ... a gente mesmo passa e as vezes nem olha porque sabe que o espetáculo esta lá (risos), mas alguns podem sim, andar pelas ruas” (Moradora de Oriente, 59 anos).

A questão do louco perigoso também esteve presente em algumas falas que também destacavam a importância de estarem vigiados, controlados e sempre supervisionados para somente assim se tornarem aptos ao convívio social. Os entrevistados avaliavam: “*Eles sozinhos perambulando eu não gostaria, porque nunca se sabem quando podem ter um surto, mas acompanhado, eu acho que deveria, e seria bem benéfico para eles*” (Morador de Oriente, 37 anos). Ou seja, mesmo quando o medo e o perigo imperavam enquanto sentimentos, as falas dos entrevistados também consideravam a importância de andarem pela vizinhança .

Mas apesar desse “medo” constante, a vontade de conhecer, e conviver com a diferença, pode ser para nós o início de uma coexistência com potencial para o desenvolvimento de um copertencimento futuro. As intenções, a curiosidade, e o se abrir para a convivência devem ser estimulados e aproveitados de forma a propiciar

para os moradores os passeios pela vizinhança e para a vizinhança a convivência com os moradores, mesmo que acompanhados de início, afinal: temos medo do que não conhecemos!

E os entrevistados quando indagados sobre a curiosidade em conhecer a residência demonstravam bastante interesse e disposição à conviver: “Eu acho que é bem construtivo pra gente, pra aprender a lidar com o próximo, com pessoas diferentes de nós. Teve um que já me pediu café” (Moradora de Tabajara, 41 anos), ou ainda:

Talvez eu entraria para conhecer, para saber como é, matar a curiosidade. Eu acredito que vivem bem lá, eu moro de frente e minha mãe de fundos, e lá dá pra ver, eu vejo que tem televisão, que são bem tratados, que tem coisa que eles pintam... eu tenho uma amiga Assistente Social que já viu eles no CREA, eles as vezes são levados para lá pra ter atividade, não são jogados... estão bem tratados” (Moradora de Oriente, 49 anos)

A coexistência é ainda incompleta já que os moradores das residências não circulam pela vizinhança, não se apropriam dos espaços da casa, e mesmo são trocados de residências, como se aquele não fosse seu lar.

Ficou bastante claro durante campo que tanto a convivência com a vizinhança quanto a apropriação dos espaços da casa, gerariam condições de coexistência e estimulariam o sentido de pertencimento que antecede o copertencimento, o que significa a convivência com a diferença positivada e o partilhar da vida com o outro/diferente.

Como afirma Deleuze (1988, p. 31) “quando o corpo conjuga seus pontos relevantes com os da onda, ele estabelece o princípio de uma repetição, que não é a do Mesmo, mas que compreende o Outro, que compreende a diferença e que, de uma onda e de um gesto a outro, transporta esta diferença pelo espaço repetitivo assim constituído”, é necessário construir esse espaço, esse espaço conjugado, e por que não dizer: da coexistência.

Somente ao compreendermos essa diferença na alteridade promovida pela

coexistência, é que a constituiremos a partir de uma apresentação, passo *sine qua nom* para um copertencimento futuro. Essa diferença se distingue da alteridade de um Vs um outro, já que o que difere, não é uma oposição:

A diferença em geral se distingue da diversidade ou da alteridade, pois dois termos diferem quando são outros, não por si mesmos, mas por alguma coisa; portanto, eles diferem quando convêm também em outra coisa, quando convêm em gênero, para as diferenças de espécie, ou mesmo em espécie, para as diferenças de número, ou ainda "em ser segundo a analogia" (...) Os relativos se dizem um do outro; a contradição já se diz de um sujeito, mas para tomar sua subsistência impossível, e qualifica somente a mudança pela qual ele começa ou deixa de ser; a privação exprime ainda uma impotência determinada do sujeito existente (DELEUZE, 2006, p. 39).

Essa superação da ideia de alteridade para uma coexistência onde dois se copertencem, é a proposta que tomei aqui partindo da poética de Arthur Rimbaud, e cujo gérmen pude verificar no campo. Sem sucesso, mas passível de identificar a sua necessidade.

Relacionando aqui o *Ser Afetado* de Favret-Saada com a necessidade da superação de uma alteridade em favor de uma coexistência na diferença, temos o copertencimento como seu produto: o pertencimento mútuo do diferente a partir da reunião operada pela diferença num espaço de coexistência.

O que acabo por fazer aqui, é construir uma proposta de um novo humanismo em Rimbaud, que ajuda a pensar a diferença em toda a sua positividade, e seu poder de potência, ao propor uma coexistência entre diferentes que supere a alteridade primeira da constituição das identidades individuais, em prol de um copertencimento. Este não é apenas um reconhecimento solidário do outro, mas uma partilhar do sensível, um partilhar de experiências de convivência, e de experimentações. Um pertencimento duplo, em que o Eu é na relação com o outro e com seu Outro, e também com os espaços onde a coexistência ocorre, fundando assim as relações de pertença e afeto. A solidariedade dá lugar a empatia, e o louco deixa de seu o outro, para habitar em cada um.

CONCLUSÕES SEM FINDER

O longo período de confinamento desses sujeitos em hospitais e manicômios lhes fez perder a relação com os objetos considerados seus, pessoais, ou seja, a relação de propriedade e de pertencimento, bem como o copertencimento não se permitiu estabelecer. Na convivência diária, e no desenvolvimento de relações, práticas e atividades cotidianas na residência onde a autonomia é estimulada, os sujeitos conseguem iniciar o estabelecimento de relações de pertencimento com os objetos da casa, e desenvolve sentido de lugar, e mesmo de pertença em relação ao espaço da casa e em relação uns aos outros, e também com os cuidadores.

A coexistência não é bastante para o desenvolvimento de laços de pertença, uma vez que ainda falta essa relação ser estimulada em termos de vizinhança, os sujeitos pertencem a casa, mas não a vizinhança, uma vez que essa relação prescinde de mais circulação e do estabelecimento da coexistência com os vizinhos, coisa que ainda lhes é negada.

O estabelecimento de relações com os objetos e a casa se faz tão necessária quando o estabelecimento de relações com a vizinhança e com a cidade, para que o sujeito psicótico se perceba no mundo; ainda se faz urgente a necessidade de se promover sua circulação pela vizinhança, e pelos lugares da cidade. E, mesmo as relações que estes estabelecem entre si e com os cuidadores, só podem evoluir para fora da lógica hospitalar com a verdadeira significação dos espaços e esses ocupam social e fisicamente.

Não basta para o sujeito habitar um local em que este possa chamar de casa se os sentimentos de pertença não forem estimulados e permitidos. Somente significando os espaços que os cercam, movendo-se e se permitindo nomear e sentir esses espaços para além de sua cama ou da varanda onde circulam, deitam, ou sentam é que os sujeitos podem significar um “lar” e nomear os seus lugares favoritos no mundo.

Sentir-se em casa é se apropriar da casa, mas não apenas dela; é também circular na vizinhança e diferenciar a casa da rua, do lugar de passeio e da vizinhança,

e diferenciar os outros sujeitos dos sujeitos que moram na minha casa. A casa, não apropriada e significada, não difere do hospital e por isso as cuidadoras ainda são enfermeiras.

A ocupação dos espaços da casa pressupõe o estabelecimento de práticas cotidianas onde os sujeitos possam se relacionar com seus objetos e desenvolver relações de pertença com suas roupas, escova de dente, prato e outros objetos, mesmo que estes sejam de partilha coletiva. A casa é coletiva mas o lugar é meu antes de ser “nosso”.

O sentimento de pertencimento a casa, as coisas da casa, a vizinhança, ao bairro entre outros, de que tratei aqui é anterior ao copertencimento e requer a coexistência para se estabelecer. Sem a demarcação do eu e os outros, característica da relação de alteridade o sujeito não é capaz de sentir-se parte de algo, ou perceber um espaço enquanto lugar. E essa alteridade está ainda no campo da coexistência: onde os indivíduos partilham os mesmos lugares, mas não se sentem copertencentes, o que seria a superação dessa alteridade e uma assimilação da diferença enquanto positividade⁶⁸. É na relação entre os sujeitos, no viver e conviver dentro da casa, que as relações de saúde se produzem e reproduzem.

O desenvolvimento da fala, da coordenação motora e da independência desses sujeitos somente será possível se forem estimulados a circular, a identificar os lugares da casa o diferenciando de outros, e de estabelecer com ela relações de convivência e de cuidados, esses cuidados também irão influenciar no estabelecimento dos cuidados de si, se eu tenho pertencimento a casa, o banheiro e o quarto me são diferentes, e sei que preciso ir ao banheiro quando preciso urinar, e que isso não devo fazer em qualquer lugar.

Somente estimulando a apropriação por parte dos sujeitos dos espaços da casa, e dando a eles a possibilidade de conhecer novos espaços, que não o da casa,

⁶⁸ A diferenciação entre coexistir e copertencer reside principalmente no fato do primeiro conter em si a alteridade, e o segundo superá-la em prol de assimilação da diferença enquanto positividade, e permitir uma dupla existência, uma espécie de dobra no conceito de alteridade, ou seja, sua rasura. Essa diferenciação foi possível com base na leitura dos conceitos a partir de Rimbaud (2000, 1994, 1983, 2001) e Deleuze (2007, 2006, 2003), conforme venho expondo ao longo desta tese.

mas o da vizinhança, o da praia, e do passeio, terão condições de estabelecer com o espaço da casa, uma relação de lugar (TUAN, 1983).

Por outro lado, a seletividade espacial das políticas públicas e o debate acerca da garantia dos direitos no urbano devem constar na agenda de pesquisa daqueles que se debruçam sobre o urbano. Pensar a necessidade da coexistência e o pertencimento nos espaços urbanos como categoria operativa nos permite discutir a dimensão e a validade das políticas públicas, seja na garantia dos direitos civis, seja na desconstrução das formas de manutenção de interesses particulares. E também ajudam a promover reflexões sobre como funcionam as complexas relações de poder que desenham as políticas públicas e influenciam na constituição dos espaços das Cidades e também nas relações entre os sujeitos.

Ou seja, produz o espaço urbano no provimento de equipamentos básicos, dimensionando fluxos pela seletividade espacial dos serviços públicos, bem como as oportunidades de acesso aos bens e serviços, reproduzem uma política do urbano contido no recurso simbólico de delimitação dos recursos e priorização de investimentos públicos em determinadas políticas públicas em detrimento de outras. O mesmo ocorre com o acompanhamento dado a essas políticas, a exemplo da terceirização de alguns serviços, como no caso das RTs.

Por isso, as políticas públicas não dão conta de resolver as questões que envolvem antes de tudo e principalmente as relações entre as pessoas, relações essas que desenvolvem saúde e também doenças. A sociedade é fundamental no processo da produção da saúde desses sujeitos e não podemos pensar as RTs sem o componente social e de envolvimento da vizinhança e da comunidade.

O sofrimento mental é relacional, se constitui dentro do corpo social, e nesse sentido podemos falar num agenciamento da loucura. Logo o reconhecimento da loucura em sua positividade passa por encara-la como uma forma diferente se ser e estar no mundo. Trata-se, parafraseando Rimbaud (2006): de uma “experimentação dos sentidos”, de uma forma de produção de saber: um saber louco. E toda e qualquer forma de intervenção, para ser efetivamente promotora de justiça espacial, deve considerar o território da produção dos afetos nas relações entre os sujeitos, e o lugar

do louco enquanto produtor de um saber louco. Arte, ciência e loucura são produtoras de saber espacial, que não pode ser descartado no momento de se pensar as relações espaciais, a produção de territorialidade, os espaços, as cidades, e também as políticas públicas.

Antes de finalizar esta tese fiz contato com a uma técnica da INVISA que me informou sobre uma série de mudanças que teriam ocorrido desde as “rodadas de conversa” e que teriam sido estimuladas por estas e pelo meu campo inicial. Entre essas mudanças, a cozinha da residência de Oriente não foi mais fechada para os moradores, que agora circulam em sua casa.

E outras medidas também estariam sendo tomadas para criar mais individualidade para os moradores, a exemplo de cada um possuir seu espaço no guarda-roupas, mesmo este sendo coletivo.

Não existe campo sem interferência, e uma pesquisa não muda apenas o pesquisador, todas as pessoas envolvidas, mesmo aquelas que apenas concedem uma entrevista, acabam por refletir, fazer avaliações e isso leva a pensar sobre a realidade a partir de um olhar diferenciado, ou de uma forma não antes feita. E isso não foi diferente em relação a este trabalho. Embora as rodadas de conversa tenham sido suspensas por falta de carro e motorista, as técnicas do CAPs avaliaram tanto a sobrecarga e o estresse das cuidadoras quanto os problemas dentro da casa, e a necessidade de se estimular o sentimento de pertença a um lar, por parte dos moradores, e mesmo com todas as limitações ao trabalho que realizam, fizeram conversas com a INVISA e conseguiram promover melhorias. Como por exemplo a necessidade de realização de reuniões para se decidir sobre “mudança de morador de uma residência para a outra” de forma a evitar ao máximo essa prática.

Os desafios no campo da saúde mental são muitos, e aqui, esta tese utilizou-se desse campo para exemplificar como é fácil se promover injustiças espaciais no âmbito de políticas públicas que tem por objetivo sanar injustiças sociais, e como a as relações e os sentimentos de pertença a um lugar e um grupo social são elementos fundamentais para se garantir justiça social, política e espacial, ao dar voz, autonomia, e permitir ao sujeito a realização do direito de ir e vir, e de não apenas acessar mas

fazer parte da construção e constituição das Cidades.

Nesse sentido, não cessam os desafios, assim como não cessam as produções de desigualdades e segregações socioespaciais no mundo atual, o que leva a reflexões, também sobre nos movimentos migratórios, e em especial em casos como o dos imigrantes Sírios, expulsos de seus territórios, e por que não dizer, lesados em sua condição de existir no mundo.

Deixo minha singela contribuição, como parte de uma complexa discussão que não se finda e assim como as relações, e os territórios, muda a todo o momento. Mas acredito que a perspectiva humanística e afetiva que proponho aqui, pode ser de grande valia para superarmos as limitações de abordagens macrosociais que limitam o conceito de justiça à sua componente social, ampliando-se assim, o debate sobre o conceito de justiça espacial e sua importância na superação das injustiças num mundo globalizado onde as relações se tornam cada vez mais rizomáticas.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

A relação dos entrevistados respeita a cláusula de confidencialidade descrita no termo de consentimento livre esclarecido que foi assinado pelos entrevistados durante a realização das entrevistas. Dessa forma, utilizo para os entrevistados da CAPS o termo *Funcionário X CAPS*, sendo X o número correspondente a ordem em que foi realizada a entrevista, e para os vizinhos, utilizo o termo *Morador de Tabajara, Y*, e *Morador de Oriente, Y*, sendo Y, a idade do entrevistado e respeitando-se o gênero autodeclarado. Foram realizadas o total de 19 entrevistas válidas⁶⁹.

Rol de Entrevistados:

Técnicos do CAPS

Funcionário 1 CAPS – Terapeuta Ocupacional;

Funcionário 2 CAPS – Assistente Social;

Funcionário 3 CAPS – Enfermeiro;

Funcionário 4 CAPS – Auxiliar de Enfermagem;

Funcionário 5 CAPS – Psicóloga.

Vizinhos de Tabajara

Moradora de Tabajara, 28 anos;

Moradora de Tabajara, 51 anos;

Moradora de Tabajara, 59 anos;

Moradora de Tabajara, 65 anos;

Moradora de Tabajara, 68 anos;

Moradora de Tabajara, 69 anos;

Moradora de Tabajara, 41 anos;

Morador de Tabajara, 44 anos.

⁶⁹ Utilizo o termo válidas, uma vez que por dois momentos interrompi a entrevista e a desconsiderei para este trabalho, por estar o entrevistado sob o efeito de bebidas alcóolicas.

Vizinhos de Oriente

Morador de Oriente, 63 anos;

Moradora de Oriente, 49 anos;

Moradora de Oriente, 36 anos;

Moradora de Oriente, 59 anos;

Morador de Oriente, 37 anos;

BIBLIOGRAFIA

Legislação e documentos oficiais

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Gestão municipal de saúde: leis, normas e portarias atuais. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. Instituto de Geografia e Estatística. **Censo de 2016**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação em saúde mental**. Brasília, 2000.

MINISTERIO DA SAÚDE. **Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 12 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 44, de 10 de janeiro de 2001.** Brasília, 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt0044_10_01_2001.html>. Acesso em: 12 ago. 2015.

BRASIL. **Portaria n. 106, de 11 de fevereiro de 2000.** Institui os Serviços Residenciais Terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde para o atendimento ao portador de transtornos mentais. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/10/PORTARIA-106-11-FEVEREIRO-2000.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRAISL. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** In: Conferência Regional de Reforma dos Serviços em Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, nov. 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Residências terapêuticas: que são. Para que servem?** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>>. Acesso em 14 ago. 2015.

BRASIL. Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Drogas. **Saúde Mental em Dados 6.** Brasília, ano 4, n. 6, jun. 2009. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/smDados/2008_SMD_06.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. **Saúde Mental em Dados 7:** Edição Especial. Brasília, ano 5, n. 7, jun. 2010. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/430410/RESPOSTA_PEDIDO_07_Sade%20Mental%20em%20Dados%20V%20junho%20de%202010.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.

Jornais, Revistas e Anais Online

AMARANTE, Paulo. Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da reforma psiquiátrica. **Caderno de Saúde Pública**. v. 11(3), p. 491-494, 1995.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia e ciência**. Brasília, v. 32, n. spe, p. 44-65, 2012.

BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO-ARAUJO, Clasy Maria. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 393-402, jul./set. 2010. In: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300011>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BRAWLEY, Lisa. *La pratique de la justice spatiale en crise*. **Justice Spatiale / Spatial Justice**, n. 1, set. 2009. Disponível em: <<https://www.jssj.org/article/la-pratique-de-la-justice-spatiale-en-crise-2/>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

BRET, Bernard. *L'universalisme rawlsien confronté à la diversité du reel*. Tradução de Claire Hancock. In: **Justice Spatiale / Spatial Justice**, n. 01, set. 2009. Disponível em: <<https://www.jssj.org/article/luniversalisme-rawlsien-confronte-a-la-diversite-du-reel/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

CAMPOS, Adriana Pereira; GIL, Antônio Carlos Amador; SILVA, Gilvan Ventura da; BENTIVOGLIO, Júlio César; NADER, Maria Beatriz (Org.). **Anais eletrônicos do III Congresso Internacional Ufes / Université Paris-Est / Universidade do Minho: territórios, poderes, identidades** (*Terroires, pouvoirs, identités*). Vitória: GM Editora, 2011, p. 1-14.

COLLOT, Michel. Rumo a uma geografia literária. Tradução de Ida Alvez. In: **Revista Gragoatá**. Niterói, n. 33, pp. 17-31, sem. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Da “Nova Geografia” à “Geografia Nova”. **Revista de Cultura**. Vozes, Petrópolis, v.74, n. 4, p. 5-12, maio 1980.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. **Revista brasileira de ciências sociais da Associação Nacional de Pós-graduação**, v. 1, n. 1, p. 84-99, 1986.

GOULART, Maria Stella Brandão. (2006). A construção da mudança nas instituições sociais: a Reforma Psiquiátrica. In: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 1, n. 1, jun. 2006. <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/Resumo_A_Construcao_da_Mudanca..._-_MSB_Goulart.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. 1891. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/92113/mod_resource/content/1/Goffman%3B%20Estigma.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.

GOULART, Maria Stella Brandão ; DURÃES, Flávio. A reforma e os hospitais psiquiátricos: histórias da desinstitucionalização. In: **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 112-120, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a14>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

GUERRA, Paula. O Bairro do Cerco do Porto: cenário de pertencas, de afetividades e de simbologias. In: **Sociologia**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 12, p. 65-144, 2002. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2493/2282>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução de Paula de Siqueira Lopes. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.

HIRDES, Alice. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re)visão. In: **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 297-305, fev. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000100036>>. Acesso em: 20 out. 2015.

LAFAILLE, Richard Départ: *Géographie et poésie*. **The Canadian Geographer / Le Géographe Canadien**, v. 33, n. 2, p. 118-130, 1989.

LAGO, Vivian de Medeiros *et al.* Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. In: **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 26, n. 4, p. 483-491, dez. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X200900040000>>. Acesso em: 30 out. 2018.

LEVY, Bernard-Henry. Rimbaud - as comemorações perigosas. In: **Folha de São Paulo, Caderno Letras**. São Paulo, 13 jul. 1991, p. 6-5.

LIMA, Solange Terezinha de. Geografia e Literatura: alguns pontos sobre a percepção da Paisagem. In: **Geosul**. Florianópolis, v. 15, n. 30, jul./dez., 2000.

LOBOSQUE, Ana Marta. A luta antimanicomial: construção de um lugar. **Revista da Saúde: O Brasil falando como quer ser tratado**. Conselho Nacional de Saúde, Brasília, ano 2, n. 2, 2001.

MARCUSE, Peter. *Spatial justice: derivative but causal of social injustice*. Tradução de Sonia Lehman-Frisch. In: **Justice Spatiale / Spatial Justice**, n. 1, set. 2009. Disponível em: <<https://www.jssj.org/article/la-justice-spatiale-a-la-fois-resultante-et-cause-de-linjustice-sociale/>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. In: **GEOgraphia**, v. 6, n. 12, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13477>>. Acesso em: 06 set. 2015.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 24, p. 49-67, 2005.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; OLIVEIRA, Livia de . Geograficidade e espacialidade na literatura. **Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 3, p. 487-508, set./dez. 2009.

OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao Machado de. Imaginação e Pesquisa: apontamentos e fugas a partir d'a *poética do espaço*. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1237-1245, set./dez. 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a14.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

QUEIROZ FILHO, Antonio Carlos. A Edição dos Lugares: sobre fotografias e a política espacial das imagens espaciais. In: **Educação Temática Digital**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/883>>. Acesso em: 21 out. 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **Da partilha do sensível e das relações que estabelece entre política e estética**. 16 out. 2015. Entrevista concedida à Aurora Baêta, Revista Territórios de Filosofia. Disponível em:<<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/10/16/da-partilha-do-sensivel-e-das-relacoes-que-estabelece-entre-politica-e-estetica-jacques-ranciere/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

RIBEIRO NETO, Pedro Machado; AVELLAR, Luziane Zacché. Identidade social e desinstitucionalização: um estudo sobre uma localidade que recebe residências terapêuticas no Brasil. In: **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 204-216, 2015.

RIMBAUD, Arthur. Carta a Georges Izambard. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 154-163, jan./jun. 2006.

SCARPARI, Zília Mara Pastorello. É preciso ser absolutamente moderno. **Letras**. UFSM/CAL, Santa Maria, v. 1, n. 3, p. 112-117, 1992.

SOJA, Edward Willian. *La ville et la justice spatiale*. Tradução de Sophie Didier; Frédéric Dufaux. In: **Justice Spatiale / Spatial Justice**, n. 1, set. 2009. Disponível em: <<https://www.jssj.org/article/la-ville-et-la-justice-spatiale/>>. Acesso em: 02 set. 2015.

TENÓRIO, Fernando. A reforma psiquiátrica brasileira da década de 1980 aos dias atuais: histórias e conceitos. In: **História, Ciência, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-59, jan./abr., 2002.

ZIZEK, Slavoj. **Slavoj Zizek**: um rebelde com causa. 23 fev. 2013. Entrevista concedida a Luiz Antônio Araújo, Zero Hora. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/olharglobal/2013/02/23/slavoj-zizek-um-rebelde-sem-causa/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C%2C13&status=encerrado>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

Bibliografia

AMARANTE, Paulo. (Coord.). **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

AMARANTA, Paulo. **O homem e a serpente**: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração, 2013.

AZEREDO, Vânia Dutra de. **Nietzsche e a dissolução da moral**. São Paulo: Discurso Editorial; UNIJUÍ, 2000.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARTHES, Roland. Inéditos (vol.2): **Crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARROS, Sônia; BICHAFF, Regina (Org.). **Desafios para a desinstitucionalização:** censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do Estado de São. São Paulo: FUNDAP: Secretaria da Saúde, 2008.

BASAGLIA, Franco. **Psiquiatria alternativa:** contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

BASAGLIA, Franco. **A instituição negada:** relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1979.

BIRMAN, Joel. **A Psiquiatria como discurso da moralidade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BROSSEAU, Marc. **Des romans-géographes**. Paris: L' Harmattan, 1996.

CANGUILHEM. George. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do Espaço. In: ____ (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 173-186.

CASSIRER, Ernest. ***Substance ad Function***. New York: Dover, 1953.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Tradução de Ida Alvez. Rio de Janeiro: Oficina Rachel, 2013.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo**. Tradução de Eloisa de Araújo Ribeiro. Revisão filosófica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. Trad. Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi; Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Tradução de Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: para uma literatura menor. Tradução de Rafael Godinho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira; Aurélio Guerra Neto; Célia Pinto Costa. São Paulo: 34, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: 34, 1996b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: 34, 1992.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Les mots, la mort, les sorts**. Paris: Gallimard, 1977.

FOWLIE, Wallace. **Rimbaud e Jim Morrison: os poetas rebeldes**. Rio de Janeiro, Eselvier/Campus, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, Michel. A Vida dos Homens Infames. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Ditos e escritos**. v. 4. Estratégia-Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOULART, Maria Stella Brandão. **As raízes italianas do movimento antimanicomial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. Annablume: São Paulo, 2006.

ICHIKAWA, E. Y.; RAMPAZO, A. V. **Bricolage: a Busca pela Compreensão de Novas Perspectivas em Pesquisa Social**. II EnEPQ, Curitiba-PR, nov. 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do Espaço**. Tradução do Grupo As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea. Núcleo Geografia Urbana da UFMG. Belo Horizonte: Núcleo Geografia Urbana da UFMG, 2006a.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. ***Le manifeste différentialiste***. Paris: Gallimard, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006b.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Geosofia e humanismo - do conhecimento geográfico à geografia do conhecimento. In: KATUTA, Ângela Massumi; SILVA, William Ribeiro da. (Org.) **O Brasil frente aos arranjos espaciais do século XXI**. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 269-297.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. OLIVERA, Livia de. (Org.). **Geografia e Literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação**. Londrina: EDUEL, 2010.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. *La filosofía e la política de la espacialidade: algunas consideraciones*. In: Albert, Abel; Benach, Núria. (Org.). Doreen Massey. ***Un sentido global del lugar***. Barcelona: Icaria Editorial, 2012.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O Mapa e a Trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas**. Florianópolis: UFSC, 2002.

MOURA NETO, Francisco Drumond Marcondes de. Bases para uma reforma psiquiátrica. In: MARSIGLIA, Regina Maria Gifonni *et al.* **Saúde Mental e Cidadania**. São Paulo: Mandacaru, 1990.

MUSSET, Alain (Org.). **Ciudad, sociedad, justicia: um enfoque espacial y cultural**. Mar Del Plata: EUEM, 2010.

NICHOLLS, Charles. **Rimbaud na África: os últimos anos de um poeta no exílio (1880-1991)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito Fundamental à Moradia**. São Paulo: Pillares, 2008.

NOVAES, Adauto. Constelações. In: ____ (Org.). **Artepensamento**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao Machado de. Lugares Geográficos e(m) Locais Narrativos: um modo de se aproximar das geografias de cinema. In: MARANDOLA JÚNIOR JÚNIOR, Eduardo; OLIVERA, Livia de. (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PELBART, Peter Pál. **A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

QUEIROZ FILHO, Antônio Carlos. Desterritorialização do Pensamento: grafias visuais de um lugar. In: GALLO, Silvio; NOVAES, Marcus; GUARIENTI, Laisa Blancy de Oliveira (Org.). **Conexões: Deleuze e Política e Resistência e....** Petrópolis, Campinas, Brasília: De Petrus et Alii, ALB, Capes, 2013. p. 225-238.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAWLS, John. **Justiça como Equidade**: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. **O liberalismo Político**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo, São Paulo: Ática, 2000.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Tradução de Almiro Pisetta; Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: 34; EXO experimental org., 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desacordo**: Política e Filosofia. Tradução: Angela Leite Lopes. São Paulo, 34, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **Os Nomes da História**: Ensaio de Poética do Saber. São Paulo: Educ Pontes, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: 34, 1995.

RIMBAUD, Arthur. **Iluminuras**: gravuras coloridas. Tradução de Rodrigo Garcia Lopes; Maurício Arruda Mendonça. São Paulo: Iluminuras, 2002.

RIMBAUD, Arthur. **Poesia completa**. Tradução de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

RIMBAUD, Arthur. **Uma Estadia no inferno**. Tradução de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

RIMBAUD, Arthur. **Uma Temporada no Inferno**. Tradução de Paulo Hecker Filho. Porto Alegre: L&PM, 2001.

RYBEZYNSKI, Witold. **Casa**: pequena história de uma idéia. Tradução de Betina Von Staa. Rio de Janeiro: Record, 1946.

SOJA, Edward. **Seeking Spatial Justice**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2010.

SOUZA, Adauto de Oliveira *et al.* **Transfazer o espaço**: ensaios de como a literatura vira espaço e vice-versa. Dourados: UFGD, 2011.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação**: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **Poética da Prosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

TUNDIS, Silvério Almeida; COSTA, Nilson do Rosário (Org.). **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. Petrópolis: Vozes; Abrasco, 1987.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Do hospício à comunidade**: mudança sim, negligência não. Belo Horizonte: Segrac, 1992.

VASCONCELOS, Maurício Salles. **Rimbaud na América e outras iluminações**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

VEYNE, Paul. **Como Se Escreve a História e Foucault Revoluciona a História**. Brasília: EUB, 1982.

VICENTE, Adalberto Luis. **Uma parada selvagem**: para ler as Iluminações de Rimbaud. São Paulo: Unesp, 2010.

WESTPHAL, Bertrand. **La géocrítique**: réel, fiction, espace. Paris: Les Éditions de Minuit, 2007.

WHITE, Edmund. **Rimbaud**: a vida dupla de um rebelde. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZANOTELLI, Claudio Luiz. **Geofilosofia e geopolítica em Mil Platôs**. Vitória: Edufes, 2014.

Monografias, Dissertações e Teses

AGUIAR, Brena Leite de. **Serviços de residências terapêuticas**: entre a tutela e a autonomia, a incansável busca pelo cuidado. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BARBOSA, Lohaine Jardim. **Rimbaud: um subalterno híbrido em Contexto Colonial?** 2010. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_4152_.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FERREIRA, Lilia Emília Almeida. **Análise de Política Pública de Saúde Mental: o caso do Estado do Espírito Santo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental). Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

MOREIRA, Maria Inês Badaró. **Se esta casa fosse minha: habitar e viver na cidade a partir de uma residência terapêutica**. 2007. 186 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

OLIVEIRA, Fabianne Torres, **A imagem a ser consumida: política visual, imaginação espacial e as estéticas dos vídeos turísticos no estado do Espírito Santo**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.

RIBEIRO NETO, Pedro Machado. **Convivendo com residências terapêuticas: concepções sociais, processos identitários e relações intergrupais**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

WHITE, Kenneth. *Elements of geopoetics*. **Edinburgh Review**, n. 88, p. 163-178, 1992.

WRIGHT, John Kirtland. *Terrae incognitae: the place of the imagination in Geography*. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 37, n. 1, p. 01-15, mar. 1947.

ANEXO – 1

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa: FABIO RAUOS MIRANDA



Assinatura do Participante da pesquisa



Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa

Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

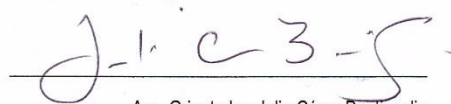
Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.


Nome do Participante da Pesquisa:


Assinatura do Participante da pesquisa



Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa



Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabelras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

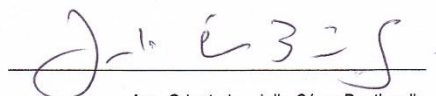
Nome do Participante da Pesquisa: *Adriana Leicia de Paula Zoppi*



Assinatura do Participante da pesquisa



Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa



Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa: *Luciana Alves de Oliveira*

Assinatura do Participante da pesquisa

Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa

Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa:

Bíliam Lopes Damasceno

Assinatura do Participante da pesquisa

Lohaine Jardim Barbosa

Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa

Julio César Bentivoglio

Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

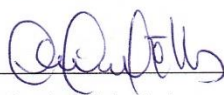
Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

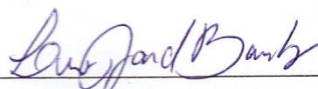
Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

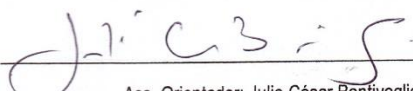
Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa:



Assinatura do Participante da pesquisa


Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa


Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa:

Ana Cristina G. Rodriguez

Assinatura do Participante da pesquisa

Lohaine Jardim Barbosa
Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa

Julio César Bentivoglio
Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

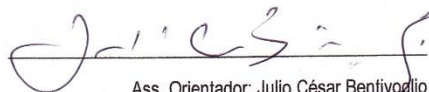
Nome do Participante da Pesquisa:



Assinatura do Participante da pesquisa



Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa



Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa:

Prisciana O. Santos

Assinatura do Participante da pesquisa

Lohaine Jardim Barbosa

Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa

Julio Cesar Bentivoglio

Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

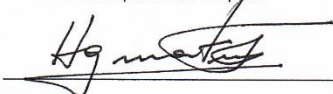
Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

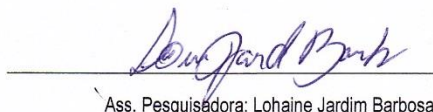
Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

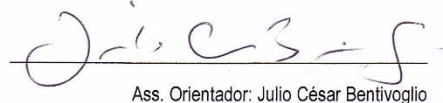
Nome do Participante da Pesquisa:



Assinatura do Participante da pesquisa



Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa



Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

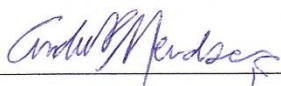
Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

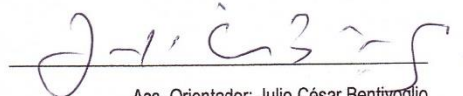
Nome do Participante da Pesquisa:



Assinatura do Participante da pesquisa



Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa



Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa:

Maria Jose

Assinatura do Participante da pesquisa

Lohaine Jardim Barbosa

Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa

Julio Cesar Bentivoglio

Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

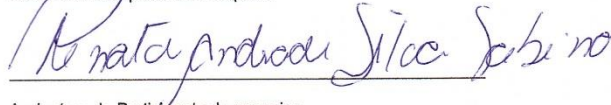
Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.


Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

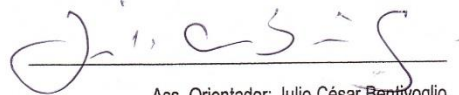
Nome do Participante da Pesquisa:



Assinatura do Participante da pesquisa



Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa



Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa:

Maria Jose

Assinatura do Participante da pesquisa

Lohaine Jardim Barbosa

Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa

Julio Cesar Bentivoglio

Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa:

Adriana Baia

Assinatura do Participante da pesquisa

Lohaine Jardim Barbosa

Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa

Julio César Bentivoglio

Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

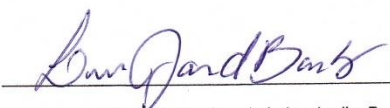
Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

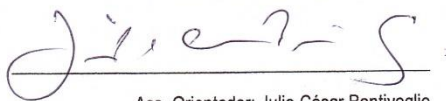
Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa:

Edirleise

Assinatura do Participante da pesquisa


Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa


Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

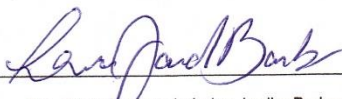
Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

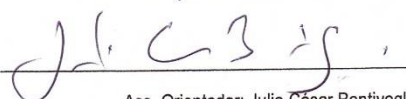
Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa: Vera Lúcia



Assinatura do Participante da pesquisa


Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa


Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DA RAZÃO A DESRAZÃO: POR UMA JUSTIÇA ESPACIAL DO COPERTENCIMENTO E DA COEXISTÊNCIA

Pesquisadora Responsável: Ms. Lohaine Jardim Barbosa

Orientador: Dr. Julio César Bentivoglio

O (a) Sr.(A) Esta sendo convidado(a) a participar deste pesquisa de Doutorado que tem como finalidade discutir o conceito de Justiça Espacial em condições de Justiça Social, para tanto, efetuando uma análise de Estudo de caso, e pensando o conceito de justiça espacial, na contemporaneidade.

Número de participantes: a pesquisa não possui limitação do número de participantes, apenas uma estimativa mínima, de um total de 10 entrevistas. Entretanto, encontrando-se sujeitos dispostos a participar, este número pode aumentar.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste pesquisa o(a) senhor(a) emitirá opiniões sobre as questões perguntadas, possuindo total liberdade de se recusar a responder, ou interromper a entrevista a qualquer momento. O (a) Senhor(a) também pode solicitar maiores informação sobre a pesquisa ao próprio pesquisador, ou mesmo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), onde esta encontra-se cadastrada.

Sobre as entrevistas serão realizadas com moradores do bairro Oriente e servidores do CAPs Cidade, localizado no CRE Metropolitano.

Risco e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os possíveis riscos ou desconfortos da mesma, podem ser eventualmente a indisposição em responder alguma questão perguntada, e a disponibilização do tempo do respondente. Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.


Benefícios: A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas a partir da mesma, podem se construídas reflexões sobre questões de justiça social e justiça espacial, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e promover visibilidade para importantes problemas sociais.

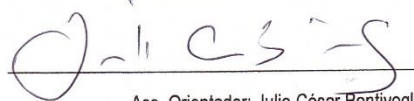
Pagamento: O(a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa para participar deste pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Nome do Participante da Pesquisa:

maria de slaria

Assinatura do Participante da pesquisa


Ass. Pesquisadora: Lohaine Jardim Barbosa


Ass. Orientador: Julio César Bentivoglio

Em caso de dúvidas/ e ou reclamações: telefone da pesquisadora (27) 999540827 (Ms. Lohaine Jardim)
Comitê de Ética e Pesquisa -CEP/UFES Campus Goiabeiras (27) 3145-9820 cep.ufes@hotmail.com

ANEXO – 2

MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS VIZINHOS DA RT ONDE FIZ MEU CAMPO

PERFIL:

Idade;

Profissão

Quanto tempo mora na casa:

Questão 1 – Como você vê o seu bairro? Gosta dele? O que me falaria sobre ele?

Questão 2 – Qual seria o maior ponto positivo do seu bairro?

Questão 3 – Qual seria o maior ponto negativo do seu bairro?

Questão 4 – Você já ouviu falar de Residências Terapêuticas ? (se sim) Tem alguma aqui no seu bairro?

Questão 5 - (**Caso a pessoa não saiba o que é**) – São casas para onde foram os antigos pacientes do Adauto Botelho? Já ouviu falar? Onde moram pessoas com transtornos mentais.

Questão 6 – Sabe que existe uma no seu bairro?

Questão 7 – (**se a pessoa identificar a existência**) Sabe onde fica? Já foi lá?

Questão 8 – (**Caso a pessoa diga não conhecer**) Pois é, tem uma aqui na sua vizinhança, não sabia? (**se a pessoa não souber**) e o que acha de ser vizinho de uma Residência Terapêutica?

Questão 9 - (**para quem identificou a RT**) – O que você acha da Residência terapêutica? Como é ter uma em sua vizinhança?

Questão 10 – Já viu ou conversou com algum dos moradores? Se encontrasse com um dos moradores da RT na rua? Conversaria? Tem curiosidade de conhecer a RT?

Questão 11 – Como a vizinhança daqui convive com eles? Como se sentem em relação a Residência?

Questão 12 – Sabe se eles frequentam o bairro, se saem de casa? Se usam o Posto? Já ouviu algo sobre isso?

Questão 13 – O que pensa sobre eles saírem mais, circularem na vizinhança? Usarem o Posto? Ou outro serviço público? Andarem de ônibus? ...

Questão 14 – Conhece alguém com transtorno mental? Sabe como vivem?

ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER REALIZADA COM OS PROFISSIONAIS DO CAPS CIDADE (CRE-JARDIM AMÉRICA)

PERFIL:

NOME

IDADE:

LOCAL DE MORADIA:

PROFISSÃO/ ATUAÇÃO NO CAPS:

Questão 1 – Eu gostaria que o(a) senhor(a) fizesse um resumo de sua história de vida profissional, para que possa compreender a sua experiência e atuação na área da saúde mental, e outras experiências que possam auxiliar em sua atuação profissional. Fale um pouco sobre você:

Questão 2 – Agora me conte um pouco de sua experiência especificamente com a saúde mental, no CAPS:

Questão 3 – Se eu te pedisse para me explicar como foi que surgiram as Residências, tudo que você acompanhou, ou a história que conhece, enfim, gostaria que me contasse tudo que sabe sobre a história das RTs;

Questão 4 – Onde você entra na história das Residências e que período é esse de agora? Como você avalia as Residências hoje?

Questão 5 – Quais seriam na sua opinião, considerando tudo que estamos conversamos e tudo que foi falado, os principais desafios da implantação e funcionamento das Residências Hoje?

Questão 6 – Como você avalia o trabalho que hoje vocês realizam lá?

Questão 7 – Como você avalia o trabalho da instituição que administra as Residências?

Questão 8 – Quais seriam os entraves atuais, à melhoria do trabalho realizado? O que poderia ser feito para melhorar?

Questão 9 – Como você avalia a relação dos moradores da RTs com a sua vizinhança? Eles tem contato? Como se dá essa relação?

Questão 10 – Como você avalia a relação dos moradores das RTs com a Cidade? Os espaços públicos? Os serviços municipais?

Questão 11 - (se tocarem na falta de relação com a Cidade) quais seriam os prejuízos dessa não circulação pela Cidade? Da não apropriação desses espaços por parte dos moradores das RTs?

Questão 12 – Essa falta de relação com a vizinhança, o fato de saírem pouco de dentro da casa, de não circularem pela vizinhança, traz que tipo de prejuízo para eles?

Questão 13 - Como você vê a importância da relação com a vizinhança, e com a Cidade como um todo?